

Município de Vila Velha de Ródão

Prestação de Contas

2025



LAGAR DE VARAS - EDIFÍCIO DE RECEÇÃO,
PASSADIÇO E ELEVADOR PANORÂMICO



EDIFÍCIO INACABADO EM FRATEL
OBRAS DE ALTERAÇÃO PARA MORADIA BIFAMILIAR



PARQUE INFANTIL
URBANIZAÇÃO DA QUINTA DA TORRE



NOVO EDIFÍCIO DO 2.º E 3.º CICLO DO AGRUPAMENTO
DE ESCOLAS DE VILA VELHA DE RÓDÃO



REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA ESTRADA

Município de Vila Velha de Ródão

Prestação de Contas

2025

Relatório de Gestão de 2025
Abril de 2026

Índice

1. INTRODUÇÃO	3
1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	3
2. CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO.....	4
2.1. CONTEXTOS E LIMITES ADMINISTRATIVOS.....	9
2.2. ESTATÍSTICAS TERRITORIAIS.....	10
2.3. HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA.....	11
2.4. ACESSIBILIDADES.....	17
2.5. ECONOMIA E EMPREGO.....	17
3. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO.....	21
3.1. ENQUADRAMENTO.....	21
3.2. RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2025.....	23
3.2.1. TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.....	23
3.2.2. OBRAS MUNICIPAIS.....	28
3.2.3. EDUCAÇÃO E CULTURA	44
3.2.4. PROTEÇÃO CIVIL, AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.....	60
3.2.5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES.....	65
3.2.6. AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E ASSOCIATIVISMO.....	69
3.2.7. GESTÃO MUNICIPAL, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TERRITORIAL.....	79
4. ANÁLISE ORÇAMENTAL	84
4.1. ORÇAMENTO.....	84
4.1.1. ANÁLISE SUMÁRIA	84
4.1.2. DADOS HISTÓRICOS.....	86
4.1.3. RECEITA.....	89
4.1.4. DESPESA.....	95
4.1.5. COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS	104

4.1.6.	ORÇAMENTO / GRANDES OPÇÕES DO PLANO	106
4.2.	GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	107
4.2.1.	EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI).....	107
4.2.2.	EXECUÇÃO DO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS (PAM).....	110
4.3.	INDICADORES ORÇAMENTAIS	113
5.	ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	127
5.1.	ESTRUTURA DO ATIVO NÃO CORRENTE.....	127
5.2.	ANÁLISE ECONÓMICA.....	130
5.3.	ANÁLISE FINANCEIRA.....	135
6.	APURAMENTO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES	140
7.	EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	143
8.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	145
9.	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	146

1. INTRODUÇÃO

1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

Os principais instrumentos que sintetizam, evidenciam e descrevem a atividade desenvolvida pelo Município no termo de cada exercício económico são a Prestação de Contas e o Relatório de Gestão, os quais refletem, de forma integrada, a execução orçamental, financeira, patrimonial e económica da atividade municipal.

Nos termos do disposto na *Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*, na sua redação atual, compete ao órgão executivo, a elaboração e aprovação dos documentos de prestação de contas, conforme previsto na *alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º*. Após aprovação pelo órgão executivo, a Câmara Municipal, estes documentos são submetidos à apreciação e votação do órgão deliberativo, a Assembleia Municipal, em conformidade com o estabelecido na *alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º* do mesmo diploma legal.

A *Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro*, que aprova o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), consagra, no seu *artigo 6.º*, que os municípios dispõem de património e finanças próprias, cuja gestão compete aos respetivos órgãos, no quadro da sua autonomia financeira. Esta autonomia concretiza-se através dos poderes enunciados no *n.º 2* do referido artigo, designadamente o de elaborar, aprovar e prestar contas, assegurando uma gestão responsável, transparente e sustentável dos recursos públicos.

As entidades integradas no subsetor da Administração Local encontram-se sujeitas à aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo *Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro*, na sua redação atual. Este sistema contabilístico permite o apuramento e o conhecimento integral do valor contabilístico do património público, bem como a apreciação, fiscalização e julgamento das contas anuais das autarquias locais.

Com a entrada em vigor do SNC-AP, foi revogado o anterior Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo *Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro*, com as sucessivas alterações legais, mantendo-se, contudo, em vigor os seus pontos 2.9 (controlo interno), 3.3 (regras previsionais) e 8.3.1 (modificações orçamentais), nos termos legalmente previstos.

A prestação de contas tem, designadamente, os seguintes objetivos fundamentais:

- Evidenciar os níveis de execução orçamental e financeira alcançados, salientando os aspetos mais relevantes da atividade municipal, na sua vertente económica, financeira e patrimonial;
- Apresentar, de forma clara, objetiva e transparente, a situação económica e financeira do Município no exercício em análise, bem como proceder a uma análise comparativa da evolução da gestão municipal nos diversos setores de atividade, nomeadamente no que respeita ao investimento realizado, ao endividamento de curto, médio e longo prazo, às fontes de financiamento e às condições gerais de funcionamento;

- Submeter à apreciação uma proposta de aplicação de resultados, respeitante ao exercício económico de 2025.

O regime contabilístico aplicável às autarquias locais prossegue objetivos de uniformização, normalização e simplificação, constituindo-se como um instrumento essencial de gestão económico-financeira, permitindo a avaliação rigorosa do património municipal e a apreciação do resultado anual da atividade autárquica.

O SNC-AP, instituído pelo *Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro*, consubstancia um novo modelo contabilístico para o setor público, aplicável à administração central, regional e local, ao subsector da segurança social e às entidades públicas reclassificadas que não assumam natureza empresarial, refletindo a convergência progressiva com normas contabilísticas internacionais, adaptadas à realidade do setor público.

Em conformidade com o enquadramento legal e normativo referido, a organização, estruturação e documentação da Prestação de Contas do Município foram elaboradas de acordo com o modelo contabilístico do SNC-AP, observando igualmente as orientações decorrentes da *Resolução n.º 6/2022, de 5 de janeiro de 2023*, do Tribunal de Contas, bem como a Lei Orgânica aplicável. Nos termos da *alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013*, compete à Câmara Municipal a aprovação da norma de controlo interno, do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município, da respetiva avaliação, bem como dos documentos de prestação de contas, os quais são submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Acresce, por último, que integram igualmente o presente processo de prestação de contas as declarações relativas a compromissos plurianuais em vigor, bem como aos recebimentos e pagamentos em atraso existentes a 31 de dezembro do exercício anterior, em cumprimento do disposto no *artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro* (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso).

2. CARATERIZAÇÃO DO CONCELHO

O concelho de Vila Velha de Ródão, situado na Região Centro, na sub-região da Beira Baixa (NUTS III) e integrado no distrito de Castelo Branco, ocupa uma área aproximada de 330 km², organizada em quatro freguesias. Com uma população de cerca de 3.515 habitantes, o território caracteriza-se por uma baixa densidade populacional, que constitui um claro fator diferenciador e estratégico, traduzindo-se numa elevada qualidade ambiental e de vida, bem como numa ampla disponibilidade territorial favorável à instalação e desenvolvimento de atividades económicas estruturantes, sustentáveis e geradoras de valor.

Vila Velha de Ródão assume, geograficamente, uma posição estratégica de fronteira, situando-se na margem direita do rio Tejo, confinando com os concelhos de Castelo Branco (Norte e Este), Nisa (Sul), Mação e Proença-a-Nova (Oeste), e com Espanha a Sudeste, reforçando o seu potencial de articulação transfronteiriça.

O rio Tejo constitui o principal eixo estruturante do território, desempenhando um papel determinante nas dimensões ambiental, paisagística e económica. Destaca-se a presença da Central Hidroelétrica de Fratel, com uma capacidade instalada de cerca de 132 MW, infraestrutura de relevância nacional integrada numa das mais importantes bacias hidrográficas da Península Ibérica, que reforça o posicionamento do concelho no domínio da produção de energia renovável.

O território distingue-se ainda pelo elevado valor do seu património natural, com especial destaque para o Monumento Natural das Portas de Ródão, integrado na Rede Nacional de Áreas Protegidas. Este geossítio de excecional relevância geológica, geomorfológica e paleontológica constitui um ativo estratégico do concelho, conjugando valores naturais, paisagísticos, arqueológicos e ecológicos de elevada singularidade.

As escarpas das Portas de Ródão acolhem importantes colónias de avifauna rupícola, posicionando o concelho como um território de referência para atividades de turismo de natureza e *birdwatching*, com espécies emblemáticas como o grifo, o abutre-negro, a cegonha-negra e o milhafre-real. Complementarmente, o concelho integra um conjunto relevante de sítios arqueológicos e patrimoniais, dos quais se destacam o Conhal do Arneiro, o povoado paleolítico de Vilas Ruivas e o Castelo do Rei Wamba, reforçando a diversidade e profundidade histórica do território.

Vila Velha de Ródão encontra-se integrado no Geopark Naturtejo, classificado pela UNESCO, e no Parque Natural do Tejo Internacional, enquadramentos territoriais que reforçam a notoriedade externa do concelho, promovem a conservação do património natural e criam oportunidades de valorização económica sustentável.

Do ponto de vista administrativo e institucional, o concelho integra a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB), beneficiando de uma lógica de cooperação intermunicipal e de escala territorial alargada, essencial à captação de investimento e à implementação de estratégias de desenvolvimento integrado.



Figura 1 – Composição da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa_Fonte: CIMBB

Em termos socioeconómicos, Vila Velha de Ródão destaca-se pela estabilidade do mercado de trabalho, refletida em níveis de desemprego reduzidos, e pela capacidade de atrair e fixar investimento empresarial, alicerçada na existência de empresas de grande dimensão e elevado valor económico. Este posicionamento é claramente evidenciado pelo elevado indicador de concentração do valor acrescentado bruto das quatro maiores empresas, que traduz a relevância do tecido empresarial local e a sua capacidade de gerar riqueza e emprego qualificado, constituindo um dos principais fatores de competitividade do concelho.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) é um indicador de cariz macroeconómico que permite aferir a riqueza gerada no processo produtivo, resultante da diferença entre o valor da produção e o valor dos bens e serviços intermédios consumidos, designadamente, matérias-primas, energia e serviços externos. Em termos empresariais, o VAB traduz o contributo direto das empresas para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) de uma determinada economia.

No âmbito da análise da estrutura económica empresarial, assume particular relevância o **Indicador de Concentração**, o qual mede o peso relativo das quatro maiores empresas no total do VAB ou do volume de negócios, sendo calculado pela seguinte expressão:

Indicador de Concentração (%) = (VAB das quatro maiores empresas / VAB total das empresas) × 100

De acordo com os dados apurados pelo **INE – Sistema de Contas Integradas das Empresas**, para o ano de 2024, e conforme evidenciado na tabela infra, o concelho de **Vila Velha de Ródão** destacou-se no conjunto dos municípios que integram a **Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB)**, ao registar o valor mais elevado do **Indicador de Concentração do Volume de Negócios das quatro maiores empresas**, situando-se este em **87,04%**, valor substancialmente superior à média regional da **Beira Baixa**, que se fixou em **18,95%**

Localização geográfica (NUTS - 2024)	%
Beira Baixa	18,95
Castelo Branco	23,89
Idanha-a-Nova	23,39
Oleiros	48,51
Penamacor	55,08
Proença-a-Nova	39,42
Sertã	24,28
Vila de Rei	35,73
Vila Velha de Ródão	87,04

Tabela 1 - Indicador de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual - INE, Sistema de contas integradas das empresas | Período de Referência dados: 2024

Este resultado evidencia uma **elevada concentração da atividade económica** no concelho, refletindo a forte preponderância de um número reduzido de empresas de grande dimensão na estrutura empresarial local, quando comparado com os restantes municípios da CIMBB.

No que concerne ao **Volume de Negócios**, as empresas sediadas em Vila Velha de Ródão representaram, em 2024, **13,86% do volume de negócios total da Beira Baixa**, sendo a **indústria transformadora** o principal motor da atividade económica do concelho. Este setor foi responsável por **89,23% do volume**

de negócios total, correspondendo a um montante de **325.530.301 euros**, o que confirma a forte especialização industrial do território.

O **Volume de Negócios** corresponde ao montante obtido pelas empresas com a venda de bens e a prestação de serviços no decurso da sua atividade normal, deduzido de impostos diretamente relacionados com as vendas, nomeadamente o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), bem como de reduções comerciais. Em termos contabilísticos, este indicador equivale, na prática, ao somatório das **contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade**, refletindo a quantia líquida das vendas e prestações de serviços realizadas no exercício económico.

Localização Geográfica (NUTS - 2024)	Total (€)	(%)
Castelo Branco	1 284 761 876 €	48,83%
Idanha-a-Nova	76 938 976 €	2,92%
Oleiros	132 778 349 €	5,05%
Penamacor	88 870 783 €	3,38%
Proença-a-Nova	158 706 556 €	6,03%
Sertã	456 409 978 €	17,35%
Vila de Rei	68 085 067 €	2,59%
Vila Velha de Ródão	364 822 720 €	13,86%
TOTAL - Beira Baixa	2 631 374 305 €	100%

Tabela 2 – Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2024) | Período de Referência dados: 2024

Do ponto de vista económico, o concelho de Vila Velha de Ródão apresenta uma estrutura económica diversificada e equilibrada, com representação dos três grandes setores de atividade – primário, secundário e terciário. Esta diversidade constitui um fator de resiliência económica e de sustentabilidade territorial, permitindo ao concelho responder de forma eficaz aos desafios económicos atuais.

Contudo, **é o setor secundário, em particular o setor industrial, que assume um papel absolutamente determinante na economia local, sendo o principal motor de crescimento económico, criação de emprego e dinamização do tecido empresarial.** Este setor é seguido pelo setor terciário, que assegura serviços essenciais à população e às empresas, e pelo setor primário, que mantém uma forte relevância económica e identitária.

O **setor primário** assume um papel relevante a nível local e distrital, com forte incidência na agricultura, floresta e agroindústria, contribuindo para a valorização dos recursos endógenos e dos produtos regionais.

Neste setor de atividade destacam-se: Produções de frutos de casca rija; Vinhas e olivais; Atividade apícola; Exploração florestal produtiva.

Estas atividades alimentam cadeias de valor locais, impulsionam a agroindústria e contribuem para a fixação da população em meio rural, atraindo investimento e gerando riqueza. O setor primário assume

também um papel estratégico na sustentabilidade ambiental, na gestão do território e na prevenção de riscos naturais.

O Setor Secundário, com forte tradição industrial, é o pilar central da economia do concelho, este, tem assistido ao longo dos anos ao desenvolvimento de novos investimentos, revestindo-se este de elevada importância para o concelho, na medida em que contribui para:

- O desenvolvimento da economia;
- Para a criação de emprego estável e qualificado;
- Promover a captação de novos investimentos, nacionais e internacionais;
- Reforço da atratividade territorial.

Quando olhamos para este setor de atividade, destaca-se a predominância e relevância das unidades industriais ligadas à fileira do papel e da produção de energia, assim como empresas familiares e de menor dimensão, mas igualmente importantes, já que estas são responsáveis pela criação de postos de trabalho e pela geração de riqueza para o território.

A **indústria do papel** assume particular destaque na medida em que posiciona o concelho de Vila Velha de Ródão como um território estratégico a nível nacional e internacional. São exemplo disso os investimentos estruturantes de grandes grupos industriais como: Biotek e a Navigator Tissue Ródão.

A par destas, operam empresas de pequena e média dimensão, como a Paperprime e a Roclayer, que desempenham um papel essencial na economia local.

Este forte tecido industrial confere ao concelho uma elevada capacidade exportadora, refletindo-se aos níveis de exportação muito acima da média regional, ao mesmo tempo que contribui significativamente para o PIB regional e nacional, o que se traduz num baixo índice de desemprego, posicionando o concelho entre os territórios com maior estabilidade laboral.

Este forte tecido industrial confere ao concelho uma elevada vocação exportadora, traduzida em níveis de exportação significativamente superiores à média regional. Em simultâneo, assegura um contributo relevante para o PIB regional e nacional, refletindo-se em baixas taxas de desemprego e afirmando o concelho como um dos territórios com maior estabilidade e solidez do mercado de trabalho.

O setor secundário integra ainda um conjunto diversificado de atividades industriais, nomeadamente:

- Produção de azeite, queijos, presuntos, salsicharia e panificação;
- Extração e transformação da cortiça;
- Produção e comercialização de mel;
- Construção civil, setor essencial ao desenvolvimento urbano e habitacional.

Estas unidades, muitas de carácter familiar, são fundamentais para a coesão económica e social, assegurando emprego e rendimento local.

O concelho tem vindo a afirmar-se no setor da energia, em particular nas energias renováveis, alinhando-se com as metas nacionais e europeias de transição energética e descarbonização. Destaca-se o projeto

VVR Green, promovido pela DH2 Portugal, Unipessoal, Lda., que representa um investimento de 161 milhões de euros e a criação de 60 postos de trabalho diretos e cerca de 200 indiretos, maioritariamente locais. Já no ano 2024, este projeto viu-se reconhecido com o Estatuto de Potencial Interesse Nacional (PIN), este integra uma central de produção de hidrogénio verde com 35 MW de eletrólise e 49 MWp de potência fotovoltaica, prevendo uma expansão futura para 75 MW e 100 MWp, respetivamente. Este investimento consolida Vila Velha de Ródão como um território de referência na nova economia verde, contribuindo para a inovação, a descarbonização e o desenvolvimento económico regional.

O **setor terciário**, também designado setor dos serviços, continua a assumir em 2025 um papel determinante na economia nacional, representando a maior fatia do Produto Interno Bruto português e evidenciando a crescente centralidade das atividades ligadas aos serviços, à inovação e ao turismo. No concelho de Vila Velha de Ródão, embora o setor terciário não tenha ainda a mesma expressão que o setor industrial, desempenha uma função estratégica no equilíbrio do tecido económico local, na medida em que apoia as atividades dos setores primário e secundário, assegura serviços essenciais à população, dinamiza o território e contribui para a criação de emprego.

O turismo mantém-se como uma das áreas mais relevantes dentro do setor dos serviços, com impacto direto na restauração, na hotelaria e nas atividades de animação turística, particularmente as associadas ao rio Tejo e ao património natural e paisagístico do concelho. A valorização de recursos como as Portas de Ródão tem reforçado a atratividade do território, promovendo um turismo de natureza sustentável e diferenciador.

Em 2025, o concelho continua a evidenciar capacidade de atrair investimento, gerar oportunidades de emprego e fixar população, verificando-se uma tendência gradual de rejuvenescimento demográfico e de regresso de jovens famílias, em resultado de melhores condições de habitação, qualidade de vida e oportunidades profissionais.

Com vista ao desenvolvimento territorial sustentável e ao crescimento económico, social, ambiental e cultural, o executivo municipal tem prosseguido uma estratégia integrada assente na ampliação e requalificação do parque habitacional, na melhoria das acessibilidades e das vias de comunicação, na promoção de ações de reabilitação urbana, na captação de investimento privado e no reforço da promoção turística do concelho, consolidando assim as bases para um crescimento equilibrado e sustentado.

2.1. CONTEXTOS E LIMITES ADMINISTRATIVOS

De acordo com a reconfiguração das NUT III, a Sub-Região da Beira Baixa é composta pelos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor e Proença-a-Nova, Sertã, Vila de Rei e Vila Velha de Ródão.

A localidade de Vila Velha de Ródão é a sede de um município constituído por 42 localidades. A população é constituída por 3.515 habitantes¹, o que representa uma densidade populacional de 10,7 habitantes/Km². O município encontra-se subdividido em 4 freguesias, são elas: Fratel, Perais, Sarnadas de Ródão e Vila Velha de Ródão.

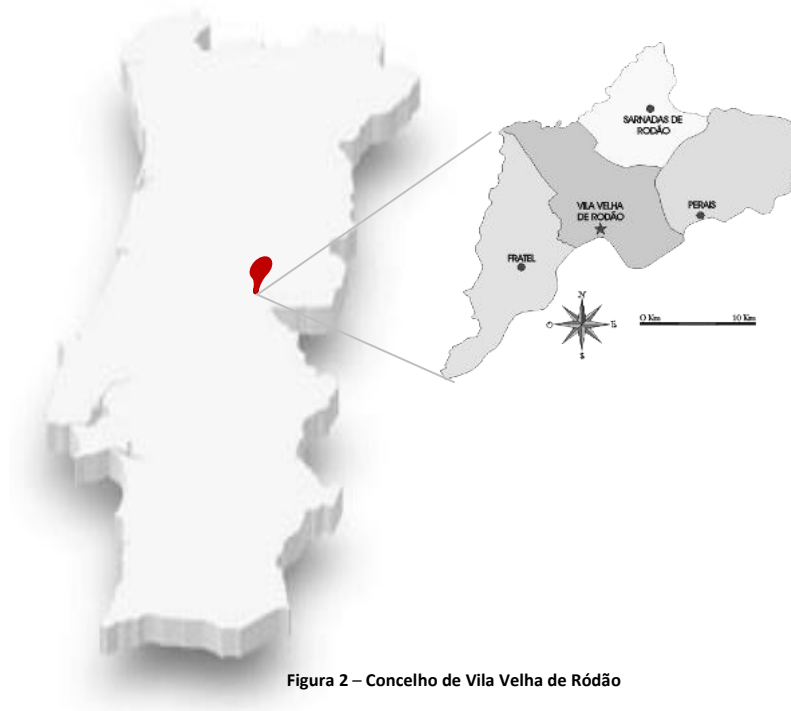


Figura 2 – Concelho de Vila Velha de Ródão

2.2. ESTATÍSTICAS TERRITORIAIS

Concelho de Vila Velha de Ródão

Indicador	Valor	Unidade / Observação
População residente	3 577	habitantes
Superfície	330	km ²
Densidade populacional	11	habitantes/km ²
Jovens (<15 anos)	9,9	%
População em idade ativa (15-64 anos)	48,3	%
População ≥65 anos	41,8	%
Índice de dependência total	106	dependentes por 100
Taxa bruta de natalidade	5,1	‰
Índice de envelhecimento	415	idosos por cada 100 jovens
População estrangeira	265	habitantes
População estrangeira	7,4	% da população residente
Nascimentos	18	n.º
Estabelecimentos de ensino pré-escolar	1	n.º

¹ FONTE: Instituto Nacional de Estatística

Indicador	Valor	Unidade / Observação
Estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico	1	n.º
Estabelecimentos do 2.º ciclo do ensino básico	1	n.º
Estabelecimentos do 3.º ciclo do ensino básico	1	n.º
Estabelecimentos do ensino secundário	1	n.º
Alunos do ensino não superior	319	n.º
Ecrãs de cinema	1	n.º
Despesa das câmaras municipais em cultura e desporto	9	% da despesa municipal
Comércio internacional de bens – exportações	75 000	mil euros
Comércio internacional de bens – importações	21 000	mil euros
Volume de negócios das quatro maiores empresas do município	89	%
Bancos / caixas económicas	1	n.º
Levantamentos em caixas automáticos Multibanco por habitante	1 900	euros
Compras através de terminais de pagamento automático por habitante	3 050	euros
Desempregados inscritos nos centros de emprego (média anual)	58	indivíduos
Trabalhadores da Administração Pública Local	160	n.º
Alojamentos turísticos	8	n.º
Capacidade de alojamento turístico	208	camas
Hóspedes em estabelecimentos turísticos	6 300	n.º
Proveitos totais nos estabelecimentos turísticos	820	mil euros
Taxa líquida de ocupação-cama	23	%

Tabela 3 – Informação Estatística – Município Vila Velha de Ródão 2023-24 | Fonte Informação: INE², Pordata, IEFP³, DGEEC⁴, Banco de Portugal

2.3. HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA

Em matéria de reabilitação urbana, destacam-se as intervenções realizadas ao longo de 2025 nas diversas freguesias do concelho, atualmente disponíveis para utilização da população. São disso exemplo a requalificação da Rua da Portela, em Vilar do Boi, a requalificação do Cais do Tejo, a construção de um

² Instituto Nacional de Estatística

³ Instituto do Emprego e Formação Profissional

⁴ Direção Geral de Estatística da Educação e Ciência

parque infantil na Urbanização da Quinta da Torre, em Vila Velha de Ródão, bem como a requalificação do Lagar de Varas – edifício de receção, passadiço e elevador panorâmico.

Importa ainda salientar outras intervenções relevantes de requalificação, já concluídas, em curso ou em fase final de execução, como é o caso do Centro de Interpretação da Arte Rupestre do Vale do Tejo, cuja reabertura ao público ocorreu a 17 de outubro, ou as obras de requalificação da Rua da Estrada (incluindo requalificação urbanística, infraestruturas e instalações elétricas e rede de saneamento), que ainda decorrem.

No âmbito da habitação, destaca-se a reabilitação do edifício da antiga Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão, convertido em habitação de tipologia T2, bem como a intervenção no edifício inacabado em Fratel, onde estão a decorrer obras de alteração para criação de uma moradia bifamiliar. Refere-se ainda a ampliação do parque habitacional de Vila Velha de Ródão, no âmbito do Loteamento da Av.ª da Serra, que contempla a construção de 26 habitações.

A execução destas intervenções traduziu-se em melhorias significativas ao nível da acessibilidade e da mobilidade da população, promovendo igualmente a criação de novos espaços de fruição pública e contribuindo para a valorização e maior atratividade do território.

No que respeita às políticas públicas orientadas para o bem-estar das populações, a habitação e a reabilitação urbana assumem-se como áreas estratégicas e de elevado valor acrescentado, essenciais não apenas ao desenvolvimento humano, mas também ao desenvolvimento territorial, à vida em comunidade e à promoção da competitividade dos territórios.

No cumprimento do consagrado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa, no domínio da Habitação, eixo que entendemos como prioritário, encontra-se previsto que *todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar competindo ao Estado:*

- a) *Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social;*
- b) *Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais;*
- c) *Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada;*
- d) *Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução.*

O acesso à habitação, mais do que um elemento basilar de integração social e de socialização, é uma necessidade básica e que deve estar acessível a qualquer ser humano, competindo ao Estado a adoção de políticas tendentes ao estabelecimento de metodologias que facilitem o acesso a uma habitação condigna a todas as famílias.

Também os municípios dispõem de atribuições próprias ao nível da habitação, conforme o disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 24.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro. Atento às suas responsabilidades, o _____

Município tem procurado assegurar respostas eficazes com vista à supressão das necessidades identificadas, que se traduzem, por exemplo, na disponibilização de terrenos para construção de habitação, na reabilitação de imóveis degradados para disponibilização no mercado de arrendamento a preços simbólicos, no apoio ao arrendamento e na construção de habitação a custos controlados, para venda.

À data, o Município dispõe de um parque habitacional próprio constituído por oito imóveis de tipologia T1, T2 e T3. Alguns destes imóveis são disponibilizados no âmbito de medidas de arrendamento acessível.

Encontra-se ainda em fase de articulação com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) a disponibilização para arrendamento de duas frações localizadas na Rua de Santo António, em Vila Velha de Ródão, através da celebração de um contrato de direito de superfície. Este regime enquadra-se na habitação a custos controlados e visa a atribuição de habitações com rendas acessíveis, nos termos do Decreto-Lei n.º 68/2019, de 22 de maio, na sua redação atual.

Esta iniciativa contribui para a concretização do “Investimento RE-C02-i05 – Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis”, integrado na Componente 02 – Habitação do Plano de Recuperação e Resiliência, celebrado com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal.

O Projeto de Loteamento da Avenida da Serra, promovido pelo Município, o qual prevê a construção de 26 fogos habitacionais (12-T2 e 14-T3) em regime de habitação a custos controlados, ao abrigo da Portaria n.º 65/2019, visa a atribuição de habitações com rendas acessíveis, nos termos do Decreto-Lei n.º 68/2019, na sua redação atual. Numa fase inicial, estava previsto o financiamento do mesmo pelo IHRU, no âmbito do investimento RE-C02-i05 do PRR, em articulação com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal. Posteriormente os projetos de investimento para habitação a financiar pelo Plano de Recuperação e Resiliência foram reestruturados, passando a ser financiados pelo IHRU com recurso a empréstimo ao Banco Europeu de Investimento. Atualmente o Município continua a aguardar a aprovação deste financiamento aguardar através do IHRU.

Todas estas iniciativas integram a estratégia municipal de reabilitação e dinamização do parque habitacional de Vila Velha de Ródão, com o objetivo de promover o acesso à habitação a preços acessíveis, quer através da compra, quer do arrendamento.

Trata-se de medidas estruturantes que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população, favorecendo a fixação de residentes no concelho e criando novas oportunidades de acesso à habitação para quem já vive no território e ainda não conseguiu dispor de uma habitação própria.

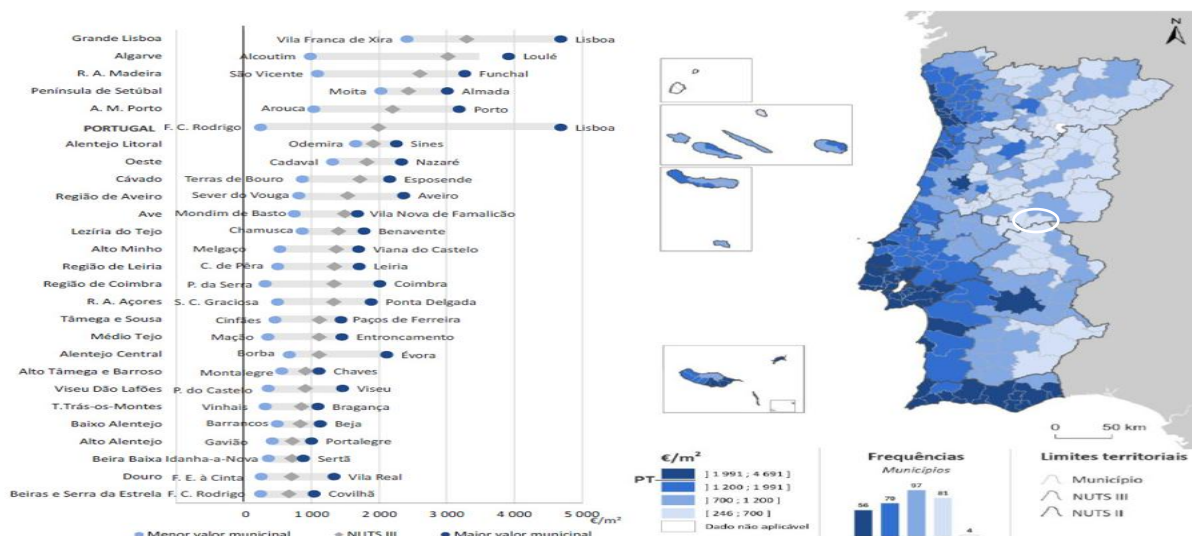
No estudo divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística, a 2 de fevereiro de 2026, dedicado ao tema das Estatísticas de Preços da Habitação ao Nível Local, referente ao 3.º trimestre de 2025, no que respeita aos *preços de venda de alojamentos familiares em Portugal (€/m²)*, pode ler-se que “no 3.º trimestre de 2025, o preço mediano dos 41 117 alojamentos familiares transacionados em Portugal foi 2 111 €/m², na sequência de uma taxa de variação de 16,1% em relação ao 3.º trimestre de 2024 (19,0% no trimestre anterior).

No período de referência verificou-se um aumento do *preço mediano da habitação*, face ao período homólogo, nas 26 sub-regiões NUTS III, destacando-se Terras de Trás-os-Montes com o maior crescimento (34,3%).

Ainda de acordo com o estudo suprarreferido, cinco das seis sub-regiões com preços medianos da habitação mais elevados – Grande Lisboa, Algarve, Península de Setúbal, Região Autónoma da Madeira e Área Metropolitana do Porto – apresentaram também os valores mais elevados em ambas as categorias de domicílio fiscal do comprador (território nacional e estrangeiro). O Alentejo Litoral também superou a referência nacional nas transações envolvendo compradores com domicílio fiscal em território nacional. Nas sub-regiões Grande Lisboa e Área Metropolitana do Porto, o preço mediano (€/m²) das transações efetuadas por compradores com domicílio fiscal no estrangeiro superou, respetivamente em 61,7% e 39,8%, o preço das transações por compradores com domicílio fiscal em território nacional.

Pode ainda ler-se neste estudo que, no 3.º trimestre de 2025, os preços da habitação aceleraram em 12 dos 24 municípios com mais de 100 mil habitantes (em 19, no 2.º trimestre de 2025), tendo os municípios de Coimbra (+14,8 p.p.) e de Setúbal (+11,4 p.p.) apresentado os maiores acréscimos. As maiores diminuições na taxa de variação homóloga ocorreram nos municípios de Vila Nova de Gaia (-9,2 p.p.) e de Santa Maria da Feira (-8,6 p.p.). Os municípios de Lisboa e do Porto registaram acréscimos de 3,9 p.p. e 6,2 p.p. nas taxas de variação homólogas do 2.º para o 3.º trimestre de 2025. Os municípios de Lisboa (5 000 €/m²), Cascais (4 713 €/m²) e Oeiras (4 361 €/m²) apresentaram os preços da habitação mais elevados.

Ainda no período de análise deste estudo, e conforme ilustrado na figura infra, verifica-se que **56 municípios apresentaram um preço mediano superior ao valor nacional**, encontrando-se estes maioritariamente nas sub-regiões da Grande Lisboa (3 567 €/m²), Algarve (3 203 €/m²), Península de Setúbal (2 710 €/m²), Região Autónoma da Madeira (2 512 €/m²) e na Área Metropolitana do Porto (2 350 €/m²). Por outro lado, Vila Velha de Ródão integra um grupo de 81 municípios cujo preço mediano se situa entre 246 € e 700 €/m².



⁵ Fonte de dados e imagem: Publicação Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local, INE

Valor mediano das vendas por m ² de alojamentos familiares (€/m ²)	
ÚLTIMOS 12 MESES TERMINADOS EM SETEMBRO DE 2025	
Castelo Branco	880 (€/m ²)
Idanha-a-Nova	359 (€/m ²)
Oleiros	490 (€/m ²)
Penamacor	396 (€/m ²)
Proença-a-Nova	573 (€/m ²)
Sertã	881 (€/m ²)
Vila de Rei	554 (€/m ²)
Vila Velha de Ródão	388 (€/m ²)

Tabela 4 - Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares (€/m²) | Municípios da CIMBB | Fonte: INE⁶

Nos últimos 12 meses terminados em setembro de 2025, no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, Castelo Branco registou o valor mediano de venda de alojamentos familiares mais elevado (880 €/m²), enquanto Idanha-a-Nova apresentou o valor mais baixo (359 €/m²), já Vila Velha de Ródão apresentou o segundo valor mais baixo neste indicador (388 €/m²).

Ao longo dos últimos anos, o Município tem investido de forma consistente na requalificação do espaço público, nas infraestruturas viárias, nos equipamentos culturais e turísticos, na educação e, especialmente, na habitação. Estes investimentos visam melhorar a qualidade de vida da população, fomentar o desenvolvimento económico, gerar emprego e preservar o património cultural.

Destacam-se, neste contexto, as obras de maior relevância, tanto pelo investimento realizado, como pelo impacto direto na vida das populações:

- Reabilitação de Edifício da antiga Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão, para habitação de tipologia T2;
- Requalificação do Lagar de Varas - Edifício de Receção, Passadiço e Elevador Panorâmico;
- Edifício inacabado em Fratel (obras de alteração para moradia bifamiliar);
- Requalificação do Cais do Tejo;
- Construção de Parque Infantil na Urbanização da Quinta da Torre, em Vila Velha de Ródão;
- Novo Edifício do 2.º e 3.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão;
- Requalificação da Rua da Estrada (Requalificação Urbanística; Infraestruturas e Instalações Elétricas; Rede de Saneamento);
- Ampliação do Parque Habitacional de Vila Velha de Ródão – Loteamento da Av.ª da Serra;
- Requalificação da Rua da Portela, em Vilar do Boi;

Conforme o consagrado na *alínea g) do nº 2 conjugado com o nº1 do artigo 23 da lei 75/2013, de 12 de setembro*, constituem-se como *atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses*

⁶ Instituto Nacional de Estatística

próprios das respetivas populações, nomeadamente no domínio da saúde. Deste modo, os Municípios revestem-se de elevada importância no que concerne à promoção da qualidade de vida e bem-estar das suas populações, através de uma abordagem de saúde pública abrangente e integrativa.

O **Programa Saúde Mais** assinalou em 2025, nove anos desde a sua entrada em funcionamento, através do qual se veio disponibilizar aos Municípios deste concelho o acesso a serviços de saúde, nomeadamente a consultas médicas de clínica geral.

Este é um serviço de proximidade promovido pela Câmara Municipal, que veio disponibilizar aos munícipes consultas médicas de clínica geral num curto espaço de tempo. Estas são gratuitas para os portadores do Cartão de Idosos ou do Cartão Social, enquanto aos demais utilizadores é cobrado um valor simbólico. A aposta nesta matéria tem procurado garantir a qualidade de vida dos munícipes, promover o acesso à saúde e facilitar a prestação de cuidados a todos aqueles que deles necessitem.

O funcionamento do programa, disponível nas quatro freguesias do concelho, representa uma mais valia para todos os munícipes, principalmente numa época de crise, como aquela que se têm vindo a registar no Serviço Nacional de Saúde, ao nível do acesso a serviços de saúde primários. Só no ano 2025, este serviço registou uma procura de 690 utentes, a que lhe corresponde uma média mensal de 58 consultas.

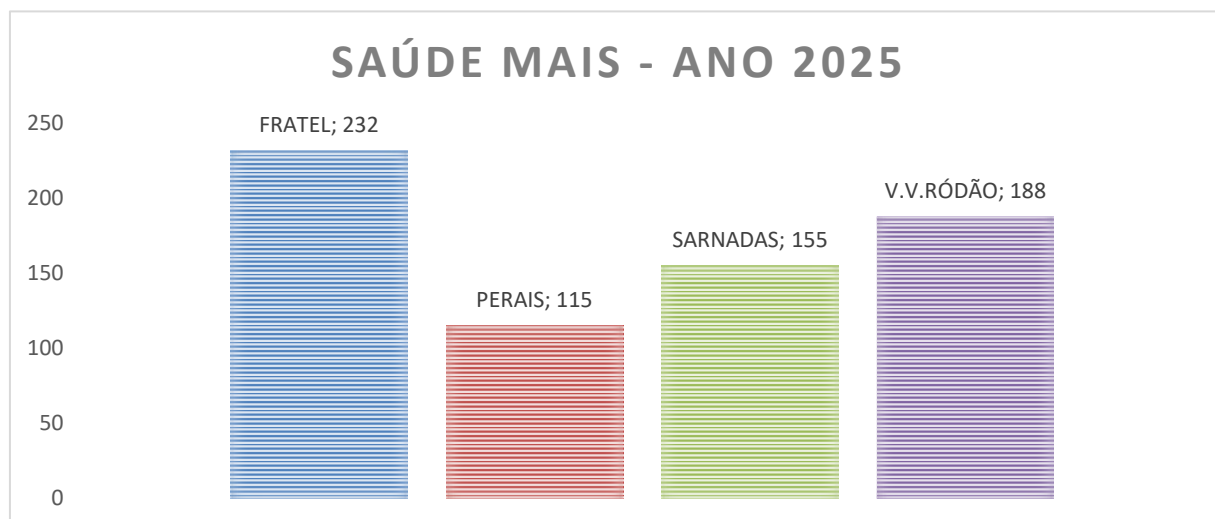


Figura 4 – Programa Saúde Mais – Ano 2024- Consultas realizadas por Freguesias

Desde a entrada em funcionamento deste projeto (2017) e até ao final do ano 2025, foram registadas 6.329 consultas ao abrigo deste programa, o que se traduziu numa média anual na ordem das 703 consultas.

As disponibilizações de serviços de saúde, pelas autarquias aos seus munícipes, revestem-se de especial importância na medida em que:

- Disponibilizam serviços de saúde de proximidade e de fácil acesso;
- Diligenciam ações de promoção da saúde e de prevenção de doenças;
- Promovem a equidade no acesso a cuidados de saúde;
- Criam respostas céleres ao nível do acesso a cuidados de saúde primários.

2.4. ACESSIBILIDADES

O concelho beneficia de uma boa rede viária, bem localizada em relação aos grandes centros urbanos ibéricos: dista 209 km de Lisboa, 250 km do Porto, 160 km de Cáceres e 489 km de Madrid.

O Município é atravessado por um corredor traçado na diagonal ao território, na direção SW-NE, formado pela autoestrada A23 e pela linha ferroviária da Beira Baixa e os eixos rodoviários IP2 e N18.

No que concerne às acessibilidades, a A23 assume hierarquicamente a função mais relevante, na medida em que esta via integra a rede nacional de autoestradas, que atravessa os distritos da Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Santarém e assegura, a partir de um conjunto de outras vias integradas na Rede Fundamental, a ligação à grande maioria dos centros urbanos nacionais.

Apesar da posição geograficamente periférica que Vila Velha de Ródão ocupa no território, esta deve ser entendida como estratégica, se observada na ótica de aproximação às regiões espanholas, dado que possibilitam uma eficaz ligação ao território nacional e ibérico, podendo-se constituir como uma vantagem competitiva para a atividade económica e a mobilidade de pessoas e mercadorias.

2.5. ECONOMIA E EMPREGO

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, cuja última edição foi apresentada em novembro de 2025, analisa económica e financeiramente as contas dos 308 municípios, referentes ao exercício económico de 2024, e ainda uma análise detalhada do setor empresarial local. O documento apresenta também a análise das contas individuais da totalidade dos municípios portugueses, de 152 empresas municipais e de 26 serviços municipalizados de uma amostra de 93% das empresas municipais e ainda uma amostra de 100% dos serviços municipalizados.

Da listagem dos 35 municípios hierarquizados com **menor volume de amortizações de empréstimos**, no universo total 308 municípios, **Vila Velha de Ródão** destaca-se pela posição cimeira que **ocupa, 8.ª posição, sendo um dos dezasseis municípios que não apresentaram qualquer valor de despesa com amortizações**, evidenciando uma situação particularmente favorável ao nível do endividamento financeiro.

Da análise ao ranking global dos municípios de pequena dimensão, conforme o número de habitantes que possuem, Vila Velha de Ródão destacou-se na lista dos 100 melhores municípios classificados globalmente por ocupar a 17.ª posição da tabela, reunindo o total de 1 295 pontos, na perspetiva da melhor eficácia e eficiência financeira, em 2024.

No que concerne ao Ranking Global dos Municípios do Distrito de Castelo Branco com melhor pontuação global, e conforme os dados da tabela infra, o Município de Vila Velha de Ródão ocupa a 3.ª posição do Ranking referido com um total de 1 295 pontos.

	Município	Dim.	Pontuação 2024
1	Castelo Branco	M	1 493
2	Penamacor	P	1 388
3	Vila Velha de Ródão	P	1 295
4	Sertã	P	1 193

Tabela 5 – Ranking Global dos Municípios do Distrito de Castelo Branco com melhor pontuação global | Fonte: Anuário financeiro OCC 2024

Quanto ao indicador que lista os **50 municípios com melhor índice de dívida total**, verifica-se que Vila Velha de Ródão se **situou nos 4,2%, o que nos coloca na 11.ª posição da tabela**, contudo e pela falta de informação atualizada pela DGAL pode ler-se no Anuário que o ranking que lista os 50 municípios com melhor índice da dívida total se encontra reportado ao ano 2023.

Em 2024, no ranking dos **municípios com menor prazo médio de pagamentos**, verifica-se que os 54 municípios que pagaram num prazo mais curto — praticamente a pronto — são, na sua maioria, de pequena ou média dimensão. Neste ranking o município de Vila Velha de Ródão surge na 54.ª posição.

O **Índice de Dívida Total** é um indicador relevante no âmbito do Regime Financeiro das Autarquias Locais, definido no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece que, no final de cada ano, a dívida total do município não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três anos anteriores.

De acordo com os dados divulgados pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), referentes a dezembro de 2023, o Município de Vila Velha de Ródão apresenta um índice de dívida total de **4,59%**, situando-se na **12.ª posição do ranking dos 20 municípios com menor índice de dívida total**. Este resultado evidencia um nível de endividamento muito reduzido, demonstrando uma situação financeira sólida e uma gestão prudente da dívida municipal.

Ao nível do **ranking dos 35 municípios com menor volume de despesa paga em juros e outros encargos financeiros**, apresenta-se o valor estimado desses encargos no período correspondente aos dois últimos mandatos. Estes rankings têm ainda como objetivo evidenciar o valor estimado de encargos com juros por habitante, bem como o peso dos juros acumulados nos últimos onze anos em relação ao investimento total (direto e indireto) realizado no mesmo período.

Como se pode observar, Vila Velha de Ródão ocupa a 4.ª posição da tabela. O valor estimado de encargos com juros por habitante é de 6,4€, enquanto o peso dos juros acumulados nos últimos onze anos face ao investimento total (direto e indireto) efetuado nesse período corresponde a 0,1%.

O Passivo Exigível é uma das variáveis mais relevantes na gestão financeira municipal. No ranking dos **50 municípios com menor passivo exigível em 2024**, verifica-se que todos são de pequena dimensão. Quatro deles apresentam menos de meio milhão de euros de dívida a terceiros e outros oito não ultrapassam um milhão de euros. Cumpre-nos destacar que, neste indicador, o Município de Vila Velha de Ródão ocupa a 5.ª posição da tabela.

No que respeita ao **Índice de Liquidez**, indicador que relaciona as dívidas a receber a curto prazo e os valores monetários disponíveis com as dívidas a pagar no mesmo prazo, permitindo avaliar a capacidade de um município para cumprir os seus compromissos de curto prazo e o respetivo grau de cobertura financeira dessas dívidas, o Município de Vila Velha de Ródão surge na **17.ª posição do ranking dos 20 municípios com melhor índice de liquidez**, com um valor de **859%**.

Peso do Passivo Exigível no Ativo - *Este indicador mede o nível de comprometimento obtido pela dívida total sobre o ativo, sendo um indicador exclusivamente de avaliação comparativa, pois a sua execução será inverosímil no enquadramento jurídico vigente dos municípios. Trata-se de um indicador de*

comparabilidade para efeitos de medição da eficácia da gestão orçamental – Para efeito do seu cálculo, deduziu-se ao ativo o valor de bens de domínio público, uma vez que estes não podem ser alienados sem a necessária desafetação. É de referir que em relação ao ano económico de 2024, nenhum município apresentou uma dívida total a pagar superior ao valor do seu Ativo deduzido dos bens de domínio público. Destaca-se pela positiva o facto de se identificarem 220 municípios com este rácio inferior a 20%. No ranking dos 20 Municípios com menor Peso do Passivo Exigível no ativo surge o Município de Vila Velha de Ródão, onde ocupa a **7.ª posição da tabela, apresentando um total de 194 pontos e um Peso Passivo Exigível de 2,2%.**

No que concerne ao ranking global apresentado no Anuário da Ordem dos Contabilistas Certificados, e como se pode verificar na imagem infra, Vila Velha de Ródão encontra-se em destaque, já que se encontra entre os 100 municípios com melhor eficiência financeira.

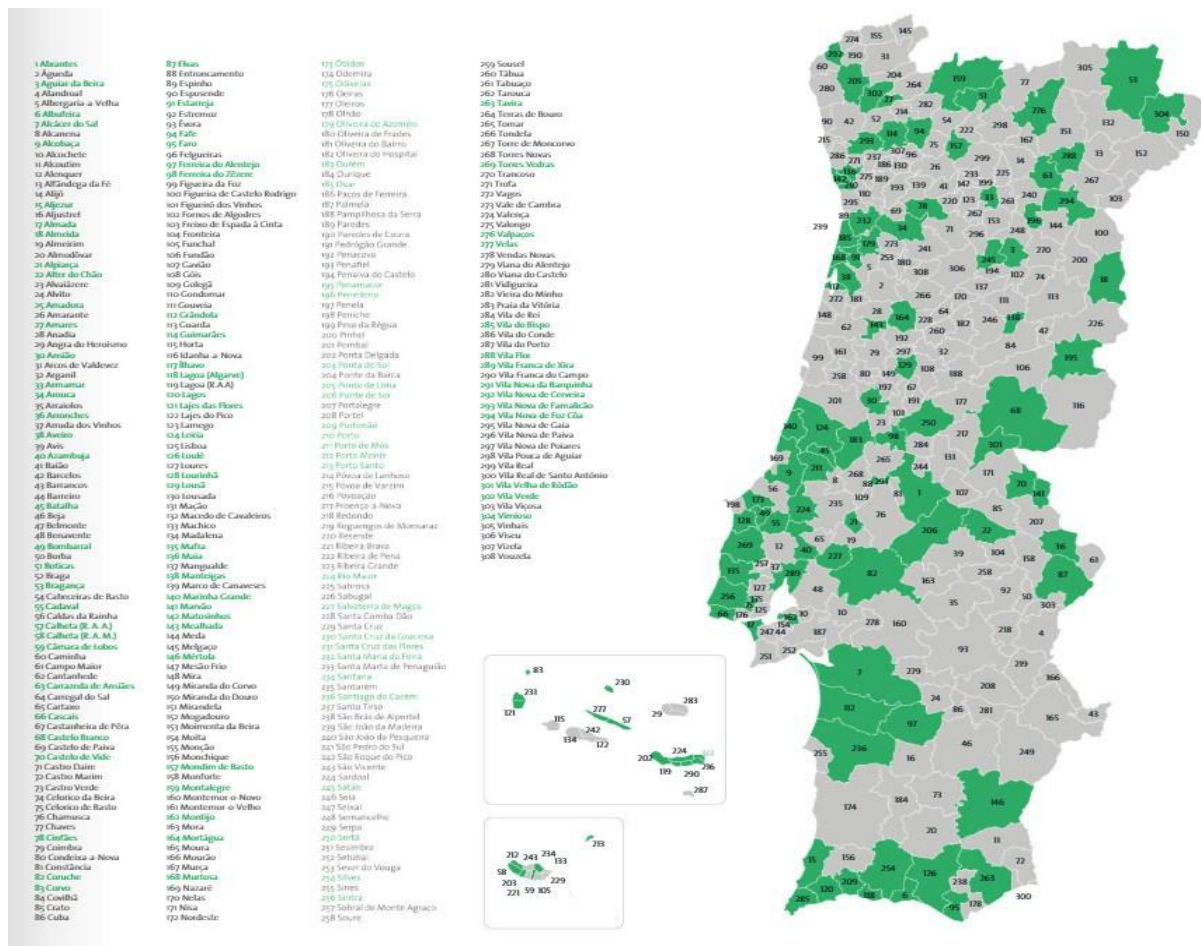


Figura 5 – 100 Municípios com melhor eficiência financeira | Fonte: OCC

Na figura infra, podemos observar um gráfico extraído do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, o qual ilustra de forma clara a **Evolução da Situação Financeira** do Município de Vila Velha de Ródão, no período compreendido entre 2006 e 2024, encontrando-se ali analisados os seguintes indicadores: *Orçamento Corrigido; Despesas Comprometidas; Receitas Cobradas; Dívidas a Pagar e o Resultado Operacional antes de Amortizações e Provisões.*

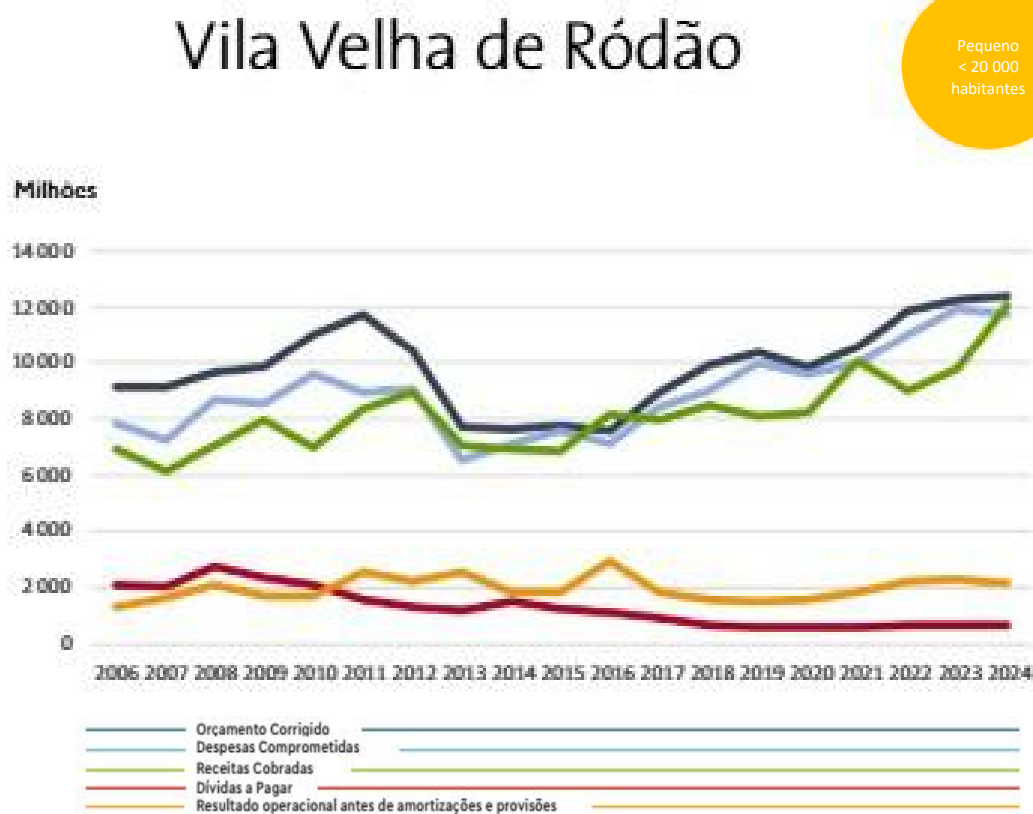


Figura 6 – Evolução da situação financeira por município | Fonte: OCC

A administração pública assume um papel fundamental pela sua proximidade aos cidadãos, pelo vasto conjunto de serviços que presta às populações e pelo conhecimento direto das suas necessidades e interesses.

Neste contexto, a gestão das finanças municipais é particularmente relevante para assegurar a manutenção de contas públicas equilibradas e sustentáveis. Esta gestão deve orientar-se para a satisfação das necessidades essenciais das populações, nomeadamente nas áreas da habitação, do abastecimento de água e do saneamento básico, bem como para a promoção de investimentos públicos estratégicos que contribuam para o desenvolvimento económico e para o reforço da competitividade do território.

Da consulta à publicação *Desemprego Registado por Concelho — Estatísticas Mensais*, disponibilizada no site do Instituto do Emprego e Formação Profissional, verificarmos que Vila Velha de Ródão é um dos concelhos da CIMBB que apresenta o menor número de desempregados inscritos, situando-se, a 31 de

dezembro de 2025, nos 3,29% do total de desemprego registado na região da CIMBB, a que lhe correspondem 97 desempregados inscritos no IEFP.

A base económica do concelho afirma-se de forma clara e robusta na indústria transformadora, com especial destaque para a fileira do papel. No parque empresarial de Vila Velha de Ródão encontram-se instaladas quatro grandes unidades industriais, três das quais diretamente ligadas à produção de papel e uma dedicada ao fabrico de compostos de papel com polímeros, formando um núcleo industrial sólido, competitivo e tecnologicamente avançado.

Este polo industrial tem sido determinante para a vitalidade económica do território, contribuindo decisivamente para a manutenção de níveis de desemprego historicamente baixos no concelho e desempenhando igualmente um papel relevante na absorção de mão de obra dos municípios vizinhos, como Castelo Branco, Proença-a-Nova e Nisa, reforçando a sua influência à escala regional.

Paralelamente, os setores primário e terciário têm vindo a crescer de forma consistente, diversificando a estrutura económica local e consolidando um ecossistema mais equilibrado e resiliente. Em conjunto, estes setores sustentam a dinâmica de desenvolvimento do concelho e contribuem para a continuidade dos baixos níveis de desemprego, projetando uma imagem de estabilidade, oportunidade e confiança no futuro.

Desempregados inscritos nos Centros de Emprego e de Formação Profissional – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa –		
	N.º Total Desempregados	%
Castelo Branco	1 666	56,49%
Idanha-a-Nova	412	13,97%
Oleiros	88	2,98%
Penamacor	100	3,39%
Proença-a-Nova	147	4,98%
Sertão	375	12,75%
Vila de Rei	64	2,17%
Vila Velha e Ródão	97	3,29%
Total	2 949	100%

Tabela 6 – Desemprego Registado por Concelho — Estatísticas Mensais a 31.12.2025

3. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

3.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E INSTITUCIONAL

O exercício económico de 2025 resultou de um contexto internacional caracterizado por um nível elevado de incerteza económica e geopolítica, em resultado da persistência de conflitos armados e de tensões em diversas regiões estratégicas do globo. Entre os principais fatores de instabilidade destaque para a continuidade da Invasão da Ucrânia pela Rússia, iniciada a 24 de fevereiro de 2022, com impactos prolongados nos mercados energéticos e nas cadeias de abastecimento internacionais, bem como o

agravamento das tensões no Médio Oriente associado ao conflito entre a Hamas e o Israel, no contexto da Guerra Israel–Hamas, iniciado em 07 de outubro de 2023. Estes fatores contribuíram para um ambiente económico global marcado por volatilidade nos preços da energia e das matérias-primas, condicionando o ritmo de crescimento das economias europeias.

Neste enquadramento, a economia portuguesa apresentou, em 2025, um crescimento moderado, evidenciando, contudo, sinais de resiliência. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento real de cerca de 1,9%, refletindo uma desaceleração face ao ano anterior. A evolução da atividade económica foi sustentada sobretudo pela procura interna, com destaque para o contributo do consumo privado e do investimento.

O consumo privado manteve uma evolução positiva ao longo do ano, beneficiando da recuperação gradual do rendimento disponível das famílias, da evolução favorável do mercado de trabalho e da desaceleração da inflação. De acordo com projeções macroeconómicas do Banco de Portugal, o consumo privado apresentou um crescimento na ordem dos 3,6% em 2025. Por sua vez, o consumo público associado à atividade das Administrações Públicas manteve um crescimento moderado, refletindo a evolução da despesa pública e a continuidade do processo de consolidação orçamental.

De acordo com as Estatísticas do Emprego, 4.º trimestre de 2025, divulgadas no Flache GEE, da Direção Geral da Economia, verifica-se que a taxa de desemprego, em 2025, se situou nos 6,0% e a taxa de subutilização do trabalho foi de 10,2%, tendo ambas diminuído em relação a 2024 (0,4 p.p. e 0,8 p.p., respetivamente), mantendo-se em níveis relativamente reduzidos no contexto histórico recente, correspondendo aos valores mais baixos desde 2011, refletindo a resiliência do mercado de trabalho.

Já a taxa de desemprego de jovens (16 a 24 anos) situou-se em 19,5%, menos 2,1 p.p. do que no ano anterior, enquanto a proporção de desempregados de longa duração foi estimada em 36,8%, menos 0,1 p.p. do que em 2024.

No domínio da evolução dos preços, ao longo de 2025, observou-se uma desaceleração das pressões inflacionistas. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, a taxa média anual de inflação, medida através do Índice de Preços no Consumidor (IPC), situou-se em aproximadamente 2,4%, refletindo a estabilização progressiva dos preços da energia e das matérias-primas e a normalização das cadeias de abastecimento internacionais. Esta evolução foi igualmente influenciada pela política monetária restritiva conduzida pelo Banco Central Europeu.

Os Indicadores de Curto Prazo (ICP) divulgados pelo INE evidenciaram, ao longo do ano, uma evolução globalmente positiva da atividade económica, ainda que com comportamentos diferenciados entre setores. Neste contexto, o índice de volume de negócios registou variações positivas em diversos ramos de atividade, particularmente no setor dos serviços.

O setor do turismo manteve igualmente um contributo relevante para a economia portuguesa. De acordo com dados do INE, os principais indicadores da atividade turística, designadamente o número de hóspedes e de dormidas no alojamento turístico, mantiveram níveis elevados, consolidando a trajetória de crescimento registada nos anos anteriores e reforçando o papel do turismo como um dos principais motores da economia nacional.

Importa ainda referir que o ano de 2025 ficou marcado pela realização das Eleições Autárquicas, as quais determinaram a renovação dos órgãos autárquicos a nível Municipal, traduzindo-se numa mudança de ciclo político e numa redefinição de prioridades estratégicas ao nível da governação local.

Em jeito de síntese, podemos concluir que o exercício económico de 2025 se desenvolveu num contexto internacional exigente e marcado por tensões geopolíticas. Apesar deste enquadramento, a economia portuguesa evidenciou uma evolução globalmente resiliente, caracterizada por crescimento económico moderado, desaceleração da inflação, estabilidade no mercado de trabalho e manutenção de níveis elevados de atividade em setores estratégicos como o turismo, constituindo este o contexto macroeconómico e institucional no qual se desenvolveu a atividade das entidades públicas locais ao longo do período em análise.

3.2. RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2025

3.2.1. TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

O turismo assume um papel especialmente relevante para municípios de baixa densidade localizados no interior do país, na medida em que este se pode constituir como um fator decisivo e diferenciador para a dinamização e valorização destes territórios. Para além de contribuir para o desenvolvimento territorial ao nível municipal, o turismo estimula a economia local, cria novas oportunidades económicas e sociais e favorece a diversificação das atividades existentes. Simultaneamente, promove a valorização dos recursos naturais, culturais e patrimoniais, contribuindo também para a melhoria da qualidade de vida das populações residentes.

Neste sentido, o turismo afirma-se como um dos principais motores do desenvolvimento económico, não apenas à escala local, mas também regional e nacional. A sua relevância resulta da capacidade de gerar impactos diretos e indiretos em múltiplos setores de atividade, como o alojamento, a restauração, o comércio, os transportes ou os serviços, estimulando um conjunto alargado de atividades económicas associadas. Assim, em territórios do interior marcados por desafios como o despovoamento ou a menor dinâmica económica, o turismo pode desempenhar um papel estratégico na promoção do desenvolvimento económico e social, bem como na valorização dos territórios e das comunidades que neles vivem.



De acordo com os dados provisórios divulgados pelo Banco de Portugal, em 2025 as receitas turísticas em Portugal atingiram 29.131 milhões de euros, registando um crescimento de 5% face ao ano anterior. No mesmo período, as despesas dos turistas portugueses no estrangeiro totalizaram 7.155 milhões de euros, aumentando 4,5% em termos homólogos. Como resultado, o saldo da balança turística alcançou cerca de 22 mil milhões de euros, o valor mais elevado desde o início da série estatística em 1948, representando 7,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Estes resultados evidenciam a crescente importância do turismo para a economia nacional e reforçam o seu papel como um setor estratégico para o desenvolvimento dos territórios.

Neste contexto, o turismo surge como uma verdadeira janela de oportunidade para a valorização e dinamização regional. Como bem sabemos, o Centro de Portugal é a maior e mais diversa região turística nacional, detentora de um enorme potencial turístico resultante da combinação de fatores naturais, históricos e culturais. O principal desafio que se coloca à região prende-se com a capacidade de captar mais turistas, promovendo simultaneamente um equilíbrio na distribuição dos fluxos de visitantes por todo o território.

Inserido nesta região, Vila Velha de Ródão destaca-se como um território turístico marcado pelas suas riquezas naturais, paisagísticas, patrimoniais e culturais. A estas características juntam-se infraestruturas de qualidade, bons acessos e a hospitalidade das suas gentes, fatores que contribuem para o crescimento turístico local. O concelho apresenta ainda uma configuração geomorfológica singular, marcada pela presença do Monumento Natural das Portas de Ródão, um geomonumento imponente sobre o rio Tejo, que constitui uma referência incontornável da paisagem e que, pela sua beleza e grandiosidade, atrai anualmente um número significativo de visitantes ao território.

Ao longo do ano 2025, foram dinamizadas iniciativas de natureza diversificada, das quais se destacam: a gastronomia; a história; a cultura; o desporto e a música; através das quais procurámos atrair novos visitantes e procurámos promover o potencial do território.

Das iniciativas desenvolvidas ao longo do ano 2025, destaque para:

FEIRA DOS SABORES DO TEJO – A Feira dos Sabores do Tejo 2025, realizada entre 27 e 29 de junho pelo Município de Vila Velha de Ródão, afirmou-se como um evento de promoção da cultura, gastronomia, artesanato, turismo e atividades económicas locais, reunindo mais de 120 expositores e um programa diversificado dirigido a diferentes públicos. A sessão de abertura contou com a participação de entidades locais e com a presença do Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, que destacou a importância do evento como montra regional.

Durante os dois primeiros dias, verificou-se uma forte adesão do público, impulsionada pela programação musical e pelas diversas atividades de animação, *showcookings* e iniciativas culturais e desportivas. Foi igualmente assegurada a acessibilidade ao evento através da disponibilização de transporte gratuito, abrangendo o concelho de Castelo Branco e as freguesias de Vila Velha de Ródão.

O evento foi, contudo, encerrado antecipadamente no dia 29 de junho, devido a condições meteorológicas adversas causadas por calor extremo, baixa humidade e ventos fortes que comprometeram a segurança do recinto, em particular do palco principal. Os espetáculos previstos para esse dia foram reagendados para 22 de agosto.



No dia 22 de agosto Tony Carreira regressou a Vila Velha de Ródão para um Concerto Solidário, no recinto da Senhora da Alagada. O evento que contou também com a presença de Custódio Castelo e DJ Petter Nox, tendo resultado do reagendamento do espetáculo cancelado no último dia da Feira dos Sabores do Tejo.

Apesar de gratuito, o concerto teve carácter solidário, com as receitas a revertermem para a remodelação da Capela da Senhora da Alagada.



LOJA ONLINE e MARCA TERRAS DE OIRO – A divulgação turística do concelho continua a merecer destaque por parte do Município, sendo a marca Terras de Oiro um dos elementos mais visíveis do trabalho que vem sendo desenvolvido. Com o intuito de promover e divulgar o setor agroalimentar do concelho, o Município procedeu à criação de uma loja online, a qual veio permitir a venda de produtos regionais, a nível nacional e internacional. Sob a designação da Terras de Oiro, procurou-se dar notoriedade e valor aos produtos do concelho, através da criação de uma marca e uma identidade facilmente reconhecíveis e ligadas a um território.

Para além de adquirir os melhores produtos gastronómicos, através do site da loja online Terras de Oiro os visitantes podem também conhecer a oferta turística da região, agendar alojamento, descobrir restaurantes e planear experiências de oiro através do património natural e cultural do concelho ou dos seus percursos pedestres com paisagens únicas.



Durante a quadra festiva do natal, a marca Terras de Oiro voltou a apostar no lançamento de uma **campanha de divulgação online e em meios de comunicação social e outdoors**, de forma a levar até à mesa de Natal de todos os portugueses, onde quer que se encontrem de

Norte a Sul do país, os produtos da marca territorial do concelho.

O **Posto de Turismo** do Município, a funcionar no Parque de Campismo Rural do Tejo, é a sala de visita do concelho. Situado junto ao rio Tejo, em frente à área de serviço de autocaravanas, este local foi

estrategicamente escolhido pela proximidade que dista de um dos maiores pontos de interesse e procura de Vila Velha de Ródão, o Monumento Natural das Portas de Ródão, o qual se encontra a cerca de cinco minutos de viagem a partir do cais de Ródão.

Para além de prestar informações turísticas, este espaço serve de montra aos produtos regionais, que encontraram neste local condições de excelência para se promoverem e darem a conhecer o que melhor se produz na região.

LAGAR DE VARAS – O Lagar de Varas, localizado em Vila Velha de Ródão, é um espaço museológico que documenta todas as fases históricas do fabrico do azeite, desde o uso da energia humana e animal até à hidráulica e à mecânica. Este encontra-se aberto ao público de terça a domingo e recebe anualmente um elevado número de visitantes.

Em 2025, o concelho evidenciou um impacto turístico relevante, refletido nas 1.315 pernoitas registadas no parque de caravanas, nas 442 pessoas atendidas pelo Posto de Turismo e nas 3.112 visitas ao Lagar de Varas, números que demonstram a crescente atratividade do território e a sua capacidade de acolher e envolver visitantes.

CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DE ARTE RUPESTRE DO VALE DO TEJO (CIART) – O CIART, em Vila Velha



de Ródão, reabriu ao público a 17 de outubro, após uma profunda intervenção de requalificação e ampliação que dotou o espaço de um novo e mais atrativo projeto museográfico. Este equipamento oferece uma perspetiva única sobre a arte rupestre existente ao longo de cerca de 40 quilómetros das margens do Tejo, valorizando um património singular e prestando homenagem à chamada “Geração do Tejo”, responsável pela sua identificação, estudo e preservação. Desde a sua reabertura e até 31 de dezembro de 2025, o CIART recebeu 353 visitantes, refletindo o interesse crescente por este importante polo cultural.



Criado com o objetivo de salvaguardar e divulgar um vasto conjunto de mais de 20 mil gravuras rupestres — muitas hoje submersas após a construção da barragem do Fratel — o CIART assume-se como um espaço de referência para o estudo e interpretação deste legado. A recente

requalificação, iniciada em 2020, permitiu modernizar conteúdos e melhorar a experiência dos visitantes, apesar dos atrasos provocados pela pandemia e pelo contexto internacional. O resultado é um espaço arquitetonicamente marcante e cientificamente rigoroso, que reforça a identidade e a valorização do território.

A nova exposição permanente convida os visitantes a uma viagem no tempo, desde as comunidades pré-históricas até à atualidade, integrando enquadramentos geológicos, modos de vida e diferentes expressões de arte rupestre. Mais do que um espaço museológico, o CIART afirma-se como um importante ativo cultural e turístico, contribuindo para a dinamização económica, a promoção do património e o reforço da identidade local.

3.2.2. OBRAS MUNICIPAIS

A estratégia de investimento executada em 2025 centrou-se na modernização do território, através de um conjunto alargado de intervenções na requalificação de espaços públicos, infraestruturas básicas e vias de comunicação. Este esforço de conservação e renovação do edificado municipal tem procurado dar resposta às necessidades imediatas das populações e ao mesmo tempo, consolidar o desenvolvimento sustentado do concelho, a longo prazo.

Ao revitalizar o espaço urbano e reforçar a qualidade das redes públicas, o Município elevou significativamente os índices de atratividade e competitividade local. Estas obras constituem um fator diferenciador na captação de investimento e na fixação de novos residentes, garantindo condições de excelência que posicionam o concelho como um território de eleição para viver, trabalhar e investir, com impactos diretos no bem-estar e na prosperidade da comunidade.

Os trabalhos que passamos a elencar, pela sua dimensão e natureza, foram concretizados com recurso à contratação de empreitada:

REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA ESTRADA – No final de setembro teve início a empreitada de requalificação urbanística e viária da Rua da Estrada, em Vila Velha de Ródão, uma intervenção de elevada relevância estratégica que marca a concretização da segunda fase de um dos principais eixos estruturantes da vila. Esta via assegura a circulação na EN18, ligando Nisa a Castelo Branco, pelo que a sua requalificação representa um passo decisivo para a melhoria da mobilidade, da segurança e da qualidade urbana no concelho.

Adjudicada à empresa Civibérica - Obras Civis, S.A., a empreitada representa um investimento de



cerca de três milhões de euros, com um prazo de execução de aproximadamente 15 meses. Para além de reforçar significativamente as condições de circulação rodoviária e a segurança pedonal, o projeto afirma-se pela valorização do espaço público, potenciando o enquadramento paisagístico e a relação privilegiada com o rio Tejo. A intervenção inclui a

reorganização dos espaços pedonais e de estacionamento, a adaptação da faixa rodoviária ao contexto urbano, a aplicação de novos pavimentos, a plantação de árvores e a qualificação do

mobiliário urbano e da sinalética, contribuindo para uma imagem mais moderna, funcional e atrativa da vila.

A concretização desta obra resulta de uma estratégia rigorosa e faseada, permitindo otimizar recursos e garantir a sua viabilidade. Integrada no plano de ação ITI CIM 2030, com financiamento FEDER de 400.000 €, esta intervenção foi precedida por uma primeira fase concluída em 2024, assegurada por administração direta do Município, em parceria com a E-Redes, que permitiu modernizar infraestruturas essenciais. No seu conjunto, esta operação constitui um investimento estruturante para o desenvolvimento de Vila Velha de Ródão, com impacto direto na qualidade de vida da população e na valorização do território.

CRESCIMENTO DO PARQUE HABITACIONAL DE RÓDÃO - LOTEAMENTO DA AVENIDA DA SERRA – A 17 de outubro realizou-se o lançamento da primeira pedra do novo loteamento da Avenida da Serra,



em Vila Velha de Ródão. O projeto que se encontra em decurso prevê a construção de 26 habitações — 12 de tipologia T2 e 14 de tipologia T3 — destinadas a reforçar o acesso da população a habitação de qualidade a custos controlados. A empreitada, adjudicada à empresa DUAFAR – Construção Civil e Obras Públicas, Lda., representa um investimento superior a 3,9 milhões de euros e tem um prazo de execução de um ano.

O projeto encontra-se a ser realizado com recurso exclusivamente a fundos próprios da autarquia, integrando um conjunto de iniciativas municipais na área da habitação, as quais totalizam mais de sete milhões de euros e cujos principais objetivos passam pela criação condições para fixar população, atrair novos residentes e contribuir para a inversão da tendência de envelhecimento demográfico do concelho.

A concretização deste projeto irá resultar na requalificação de uma área anteriormente ocupada pelo



estaleiro municipal, numa intervenção com cerca de oito mil metros quadrados que inclui três lotes habitacionais, zonas verdes, estacionamento e áreas de lazer. A cerimónia contou ainda com intervenções do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e do arquiteto responsável pelo projeto, José António Lopes, e terminou com o assentamento simbólico da primeira pedra e a bênção pelo pároco local. A obra, inicialmente prevista no âmbito do PRR,

poderá beneficiar de uma linha de crédito do Banco Europeu de Investimento, mantendo-se, contudo, já assegurada a sua adjudicação com financiamento municipal.

MUSEOGRAFIA E COMUNICAÇÃO DO CIART – Ao longo de 2025, foi concretizada uma prestação de serviços de elevada relevância estratégica nas áreas da museografia e da comunicação do CIART, assumindo-se como um passo fundamental para a valorização e qualificação deste espaço museológico. Esta intervenção teve como principal objetivo dotar o CIART de estruturas expositivas sólidas e de conteúdos museográficos consistentes, capazes de revelar, de forma clara e envolvente, uma parte significativa da riqueza histórica do concelho.

Mais do que uma simples organização expositiva, esta prestação de serviços foi determinante para a definição de uma estratégia integrada de comunicação e interpretação da arte rupestre do Tejo e do território envolvente, contribuindo para afirmar a identidade cultural local e reforçar a sua projeção junto de diferentes públicos. A criação de uma exposição atrativa, contemporânea e pedagogicamente estruturada constitui, assim, um elemento central para promover o conhecimento, a fruição e a valorização do património.

A exposição assume-se como um verdadeiro showroom do desenvolvimento social, económico e histórico do concelho, articulando de forma inovadora a tecnologia, o design e os recursos expositivos com o espólio arqueológico e histórico existente. Esta abordagem multitemática e integrada reforça o papel do CIART enquanto espaço dinâmico de interpretação, aprendizagem e comunicação, evidenciando a importância desta prestação de serviços para a consolidação e modernização da sua missão museológica.

LAGAR DE VARAS - EDIFÍCIO DE RECEÇÃO, PASSADIÇO E ELEVADOR PANORÂMICO – No âmbito da



estratégia política do Executivo Municipal para a valorização do território e reforço da sua competitividade turística, foi concluída a intervenção no Lagar de Varas do Enxarrique, integrada no Plano Plurianual de Investimentos. A empreitada, adjudicada pelo montante de 383.446,01 € (acrescido de IVA), teve execução física ao longo do ano 2025, tendo a mesma sido finalizada já no decurso do primeiro trimestre de 2026.

Este investimento assume-se como estruturante para a dinamização do setor turístico e para o aumento da atratividade do concelho, traduzindo uma aposta clara na valorização do património cultural enquanto ativo económico e diferenciador territorial. A requalificação do espaço permitiu a criação de um núcleo museológico moderno e apelativo, capaz de atrair visitantes, reforçar a identidade local e diversificar a oferta cultural, garantindo simultaneamente a melhoria das condições de acessibilidade física e funcional, de forma a assegurar uma fruição mais inclusiva por parte de todos os públicos.

A intervenção contemplou a renovação museográfica integral, com incorporação de soluções expositivas contemporâneas, recursos multimédia e uma abordagem cenográfica inovadora,

garantindo um percurso interpretativo coerente, acessível e envolvente. Paralelamente, foi assegurado o respeito pela autenticidade do edifício e pela sua arquitetura em xisto, promovendo uma integração harmoniosa entre tradição e modernidade.

Refira-se, por fim, que este investimento foi concretizado com recurso a financiamento externo, no âmbito da Linha Turismo + Interior do Turismo de Portugal, que aprovou um apoio de 366.902 €, sendo o remanescente assegurado pelo orçamento municipal, evidenciando a capacidade do Município em captar fundos e executar projetos com impacto no desenvolvimento local.

LAGAR DE VARAS DO ENXARRIQUE MUSEOGRAFIA– No último trimestre de 2025 foi lançada a empreitada de renovação museográfica do Lagar de Varas do Enxarrique, com um investimento de 164.350 € (acrescido de IVA) e um prazo de execução de 120 dias, a contar de 24 de fevereiro de 2026. Esta intervenção reveste-se de particular importância estratégica, ao reforçar a atratividade turística do concelho e qualificar de forma significativa a experiência de visita a este espaço museológico dedicado ao património do azeite.

O projeto integra a estratégia municipal de valorização do património e de promoção do território como destino associado à cultura do azeite, à identidade rural e ao turismo de natureza. A intervenção moderniza o percurso expositivo, introduz uma nova narrativa interpretativa, conteúdos multimédia e iluminação cénica, tornando o espaço mais apelativo, acessível e competitivo no contexto da oferta turística regional. Estima-se um aumento superior a 30% no número de visitantes, com impacto direto na dinamização da economia local, nomeadamente no comércio, na restauração e nos serviços turísticos.



Em paralelo, encontra-se em execução a componente de Gestão, Digitalização e Comunicação do projeto, com um investimento adicional de cerca de 105 mil euros, que reforça a promoção e inovação do espaço através de campanhas digitais, conteúdos multimédia, aplicação móvel com audioguia multilingue e ferramentas de análise de fluxos turísticos. Complementarmente, foram ainda realizadas obras de requalificação e melhoria das acessibilidades, incluindo a construção de um edifício de receção ao turista com cerca de 60 m², um novo passadiço e um elevador semi-panorâmico, garantindo acessibilidade plena entre os diferentes espaços e reforçando a integração do equipamento na paisagem urbana e natural envolvente. Estas intervenções consolidam o Lagar de Varas do Enxarrique como um polo turístico estruturante, com forte capacidade de atração de visitantes e de geração de valor económico para o território.

REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO POSTO DA GNR – Já tiveram início as obras de requalificação e ampliação do Posto Territorial da GNR de Vila Velha de Ródão, uma intervenção de carácter

estruturante e de enorme relevância para o reforço da segurança das populações. Este projeto, há muito aguardado, ganhou forma com a assinatura, a 17 de abril, no Ministério da Administração Interna, do contrato de cooperação interadministrativa entre a Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, a Guarda Nacional Republicana e o Município, no âmbito de uma cerimónia que reuniu diversas entidades institucionais. Com um investimento superior a 1,4 milhões de euros, suportado inicialmente pela autarquia e posteriormente reembolsado pela Administração Central, esta obra traduz um compromisso claro com a proteção, proximidade e bem-estar da comunidade.



A empreitada, adjudicada à construtora Jerónimo Reis e Afonso Lda. e com um prazo de execução de 20 meses, contempla uma profunda transformação do edifício existente, incluindo a demolição de anexos e de todo o interior, mantendo as fachadas, e a reorganização integral dos três pisos. O projeto prevê a criação de novas valências, como salas de atendimento, espaços de apoio à vítima, gabinetes operacionais e de investigação, áreas administrativas, zonas de detenção, garagem, armazéns e ainda espaços de alojamento, assegurando melhores condições de trabalho para os efetivos e uma resposta mais eficaz às necessidades da população.



Para além da modernização funcional, a intervenção incorpora sistemas de segurança avançados, como controlo de acessos, videovigilância e gestão de emergências, permitindo uma atuação mais rápida, coordenada e eficiente em situações críticas. No seu conjunto, esta obra representa um investimento decisivo na capacitação das forças de segurança e na melhoria das condições de proteção das populações, contribuindo diretamente para o aumento da confiança, tranquilidade e qualidade de vida no concelho.

EDIFÍCIO INACABADO EM FRATEL | OBRAS DE ALTERAÇÃO PARA MORADIA BIFAMILIAR –

Encontram-se em fase de conclusão as obras de reabilitação de um edifício inacabado e degradado, localizado à entrada de Fratel, numa intervenção de grande importância para a fixação de população nas freguesias do concelho. A operação permitirá disponibilizar dois fogos de tipologia T3 para arrendamento a custos acessíveis, integrando o parque habitacional do Município de Vila Velha de Ródão e respondendo de forma concreta à escassez de habitação em contexto rural.



Com início em setembro de 2024 e adjudicada por 250 mil euros à Construtora Jerónimo Reis & Afonso, Lda, a empreitada contemplou a reorganização integral do edifício, criando duas habitações independentes, modernas e funcionais. Esta intervenção traduz-se numa oferta habitacional qualificada, essencial para atrair novos residentes e, sobretudo, para permitir que famílias permaneçam nas freguesias, contrariando o despovoamento e promovendo a coesão territorial.



Enquadrado no programa “Projetos

de Habitação a Custos Acessíveis da Beira Baixa”, em parceria com a CIMBB e o IHRU, e financiado pelo PRR com um apoio de 278 mil euros, este investimento assume um papel determinante na política de habitação do concelho. Ao disponibilizar rendas compatíveis com os rendimentos das famílias, o projeto cria condições reais e sustentáveis para reforçar a atratividade das freguesias e garantir a sua vitalidade social e económica.

REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PORTELA, EM VILAR DO BOI – A Rua da Portela, em Vilar do Boi, no concelho de Vila Velha de Ródão, foi alvo de uma intervenção de requalificação urbanística, numa ação que reflete o compromisso firme da autarquia com a melhoria das condições de vida das populações e a valorização do território.

Esta obra, orientada para o alargamento da via, teve como principal objetivo reforçar a segurança da circulação rodoviária e facilitar o acesso ao centro da aldeia, devolvendo comodidade aos residentes e promovendo uma utilização mais funcional do espaço público. Trata-se de uma intervenção

estratégica que procurou corrigir constrangimentos antigos e devolver centralidade a uma zona que, ao longo dos anos, perdeu relevância.

A zona norte de Vilar do Boi, outrora principal porta de entrada da localidade, viu a sua dinâmica alterada com a construção do IP2 (atual EN3), que transferiu os fluxos de circulação para nascente. A reduzida largura da Rua da Portela contribuiu para o seu progressivo desuso, dificultando não só a mobilidade, mas também a reabilitação do edificado envolvente, potenciando situações de abandono.



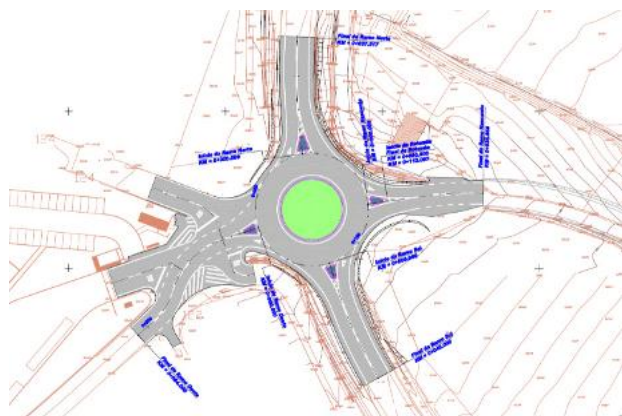
Consciente desta realidade, o Município assumiu a requalificação deste arruamento como uma prioridade, numa clara aposta na revitalização urbana e na criação de melhores condições para os seus munícipes. Esta intervenção visa precisamente contrariar o abandono, facilitar o acesso e incentivar a reabilitação do património habitacional existente.

Com um investimento global de 72 mil euros, a empreitada contemplou o alargamento da via ao longo de cerca de 100 metros, através da remoção de muros no lado nascente, criando uma faixa central em betuminoso com 4,50 metros de largura, complementada por faixas laterais em calçada de granito. O projeto integrou ainda a criação de uma nova entrada a norte, a execução de passeios e a plantação de árvores, reforçando a qualidade urbana e ambiental do espaço.

Esta intervenção é mais um exemplo de uma política municipal próxima das pessoas, que valoriza as comunidades locais, combate a desertificação e promove uma maior coesão territorial, reafirmando o papel da autarquia como agente ativo no desenvolvimento sustentável do concelho.

CONSTRUÇÃO DE ROTUNDA NA ENTRADA NORTE DE VILA VELHA DE RÓDÃO - Na reunião do

executivo de 5 de setembro de 2025, foi aprovado o lançamento do concurso para a construção de uma rotunda na EN241, na entrada norte de Vila Velha de Ródão, uma intervenção de elevada importância para o reforço da segurança rodoviária nesta zona. Esta solução permitirá organizar o tráfego de forma mais eficiente, reduzir pontos de conflito e melhorar significativamente as condições de circulação e acessibilidade.



O concurso foi concretizado no último trimestre de 2025, tendo o contrato sido celebrado a 18 de fevereiro de 2026, pelo valor de 318.727,43 euros e com um prazo de execução de 180 dias. Trata-se de uma infraestrutura fundamental para acompanhar o crescimento urbano previsto na zona norte, assegurando uma resposta adequada ao aumento de fluxos de tráfego e promovendo uma circulação mais segura e fluida.

O projeto contempla a criação de faixas de desaceleração e aceleração, garantindo acessos mais seguros, e a organização do espaço viário de forma a minimizar riscos de acidente. Para além do impacto direto na segurança rodoviária, a intervenção inclui o tratamento paisagístico da envolvente, contribuindo para uma entrada na vila mais qualificada, funcional e ambientalmente mais equilibrada, com benefícios também ao nível da redução de emissões e melhoria da qualidade do ar.

NOVO EDIFÍCIO DO 2.º E 3.º CICLO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA VELHA DE RÓDÃO – A construção do novo edifício destinado ao 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, iniciada no primeiro trimestre de 2025, e com um prazo de execução previsto de 365 dias, representa um investimento de 2.143.940 € (acrescido de IVA), financiado com recurso a fundos próprios e com apoio do Plano de Recuperação e Resiliência.

O projeto contempla a construção de um edifício de dois pisos, com 6 salas de aula modernas e devidamente equipadas, capacidade para 150 alunos, um auditório/sala polivalente, um laboratório de ciências naturais, gabinetes de trabalho para docentes e uma zona de recreio exterior coberta. Esta



intervenção surge como resposta ao significativo aumento da população escolar, que praticamente duplicou na última década, bem como à necessidade de dotar o concelho de uma infraestrutura educativa moderna, adequada às atuais exigências pedagógicas, de conforto e de segurança.

A sua concretização assume-se como um investimento estruturante para o futuro do concelho, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino, o reforço da comunidade educativa e a valorização do território. Para além do impacto direto nos alunos e docentes, esta nova infraestrutura reforçará a atratividade do concelho e a sua capacidade de resposta no setor da educação, promovendo o desenvolvimento local.

REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO DA ANTIGA JUNTA DE FREGUESIA DE V.ª V.ª DE RÓDÃO – A empreitada



de reabilitação do edifício da antiga Junta de Freguesia de Vila Velha de Ródão, destinada à sua conversão em habitação para arrendamento, constitui uma intervenção estratégica para o concelho, com impacto direto na fixação e atração de população. Promovida pela Câmara Municipal, insere-se numa resposta estruturada à escassez de oferta habitacional, através da recuperação de imóveis devolutos no centro histórico.

Mais do que uma simples reabilitação, o projeto contribui para a dinamização demográfica e para a revitalização urbana, criando condições para atrair novos residentes e manter a população local. A

intervenção procura integrar o edifício no Largo do Pelourinho, respeitando a escala e identidade do espaço, e valorizando a sua relação com o imóvel classificado, através de uma linguagem contemporânea assente em materiais tradicionais.

O projeto inclui ainda a requalificação do espaço público envolvente, nomeadamente o túnel da Rua do Terreiro, melhorando as condições de utilização e segurança. Com um investimento de 176.996,48 € (acrescido de IVA) e prazo de execução de 180 dias, a qual foi consignada em 29 de maio de 2025, esta obra afirma-se como um contributo relevante para a valorização do centro histórico e para a criação de condições efetivas de fixação de população no concelho.



PARQUE INFANTIL URBANIZAÇÃO DA QUINTA DA TORRE – No último trimestre de 2025, o Município concretizou a construção de um novo parque infantil na Urbanização da Quinta da Torre, em Vila Velha de Ródão, dando resposta célere e responsável à necessidade de realocação do anterior equipamento, cuja remoção se tornou indispensável no âmbito da execução do Loteamento da Avenida da Serra. Esta intervenção assegurou a continuidade de um serviço essencial para as famílias, evitando a perda de um espaço fundamental para o lazer e desenvolvimento das crianças.



A concretização deste equipamento enquadra-se na estratégia municipal de valorização do espaço público e de promoção da qualidade de vida das populações, com especial enfoque na infância e no bem-estar das famílias. Trata-se de um investimento que evidencia a prioridade atribuída à criação de ambientes urbanos mais qualificados, seguros e inclusivos, capazes de responder às necessidades reais da comunidade.

A escolha da localização, na zona da ilha do pátio interior da urbanização, reflete uma aposta na proximidade e na acessibilidade, incentivando a utilização regular do espaço e promovendo a convivência comunitária. Este novo parque infantil constitui, assim, um importante ponto de encontro intergeracional, reforçando a coesão social e a vivência coletiva do espaço público.

Do ponto de vista técnico, a intervenção foi executada com elevados padrões de qualidade e segurança, incluindo a construção de uma base adequada, delimitada por vedação metálica, e a aplicação de pavimento sintético, garantindo condições de conforto e proteção ajustadas à utilização infantil.

Com um investimento global de 27.281,00 € (acrescido de IVA à taxa legal) e um prazo de execução de 30 dias, esta obra demonstra a capacidade do Município em concretizar soluções eficazes, com rigor na gestão dos recursos públicos e foco nos resultados.

Mais do que um simples equipamento de recreio, este parque infantil representa um investimento estruturante no futuro da comunidade, promovendo estilos de vida saudáveis, o contacto com o espaço exterior e o desenvolvimento harmonioso das crianças. Ao concretizar esta intervenção, o Município reafirma o seu compromisso com políticas públicas centradas nas pessoas, na coesão social e na construção de um território mais atrativo e sustentável.

CIART | ADAPTAÇÃO AO SERVIÇO EDUCATIVO E SUBSTITUIÇÃO/REFORÇO ESCADARIA - No âmbito da conclusão e qualificação funcional do Centro de Interpretação da Arte Rupestre do Vale do Tejo (CIART), foi identificada a necessidade de integrar um serviço educativo, inicialmente não previsto na empreitada realizada, reforçando assim a capacidade do equipamento enquanto polo cultural e pedagógico. Esta valência assume um papel estratégico na dinamização do Centro, permitindo alargar a sua atratividade a diferentes públicos e potenciar a valorização do património.

Para assegurar o adequado funcionamento deste serviço, tornou-se indispensável a criação de espaços de arrumos específicos, destinados ao acondicionamento de materiais técnicos, consumíveis e produtos de merchandising institucional, garantindo melhores condições de organização, conservação e operacionalidade.

Paralelamente, a avaliação da utilização do edifício, ainda que em fase prévia à sua abertura ao público, permitiu identificar a necessidade de corrigir fragilidades ao nível do conforto e segurança das escadarias interiores. Não obstante a coerência da linguagem arquitetónica contemporânea do edifício, marcada pela conjugação de betão, aço e vidro, verificou-se que a solução inicialmente adotada não assegurava os níveis desejáveis de estabilidade e confiança para os utilizadores. Neste sentido, foi realizada a substituição integral das escadarias por soluções mais robustas e seguras, salvaguardando simultaneamente a identidade conceptual do espaço.

Atendendo à conceção arquitetónica em regime de *open space* e à linguagem expositiva unificada, todas as intervenções foram desenvolvidas de forma a garantir coerência estética e funcional, recorrendo a mobiliário fixo, executado à medida e em conformidade com os materiais e acabamentos existentes.

Os trabalhos realizados incluíram a ampliação do balcão de atendimento, a instalação e adaptação de módulos de arrumação, bem como a reconfiguração de elementos interiores, assegurando uma resposta integrada, funcional e alinhada com a identidade do equipamento.

A presente intervenção foi concretizada através de duas empreitadas distintas, com um investimento global de 42.166 €, tendo como principal objetivo a qualificação das condições de funcionamento, o

reforço da segurança e a valorização da experiência de fruição do Centro. Esta aposta contribui de forma clara para a consolidação do seu papel enquanto referência na promoção cultural, educativa e turística do território.

SINALIZAÇÃO DA PASSAGEM DE NÍVEL E APLICAÇÃO DE REDUTORES DE VELOCIDADE – No âmbito da estratégia municipal de reforço da segurança rodoviária e de qualificação das infraestruturas viárias existentes foi concretizada uma intervenção ao nível da sinalização da passagem de nível ao Km 62+542 e à instalação de redutores de velocidade.

Este projeto teve como principal objetivo melhorar as condições de circulação, nomeadamente ao nível da segurança e da fluidez do tráfego, incidindo sobre pontos sensíveis como interseções e atravessamentos ferroviários. A intervenção foi desenvolvida em conformidade com as normas das Infraestruturas de Portugal, o Código da Estrada e as convenções internacionais aplicáveis, assegurando o cumprimento dos mais elevados padrões técnicos.

As soluções adotadas privilegiaram a clareza e a fácil interpretação por parte dos utilizadores, contribuindo para uma circulação mais segura, regular e intuitiva. Neste âmbito, procedeu-se à implementação de um conjunto integrado de dispositivos de segurança, incluindo sinalização vertical de código e informativa, marcas rodoviárias e redutores de velocidade, devidamente localizados e dimensionados de acordo com as características da via.

Com um investimento de 16.840 € (acrescido de IVA à taxa legal), esta ação representa um contributo relevante para a prevenção da sinistralidade rodoviária e para a proteção de pessoas e bens, reforçando o compromisso do Município com a segurança, a mobilidade sustentável e a melhoria contínua da qualidade de vida das populações.

TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL – No âmbito da estratégia municipal de manutenção, qualificação e valorização do espaço público e dos equipamentos existentes, assegurando melhores condições de funcionalidade, segurança e fruição para a população foi concretizada uma intervenção relativa à execução de trabalhos de construção civil, em diversos pontos do concelho.

Este conjunto de intervenções teve como objetivo dar resposta a necessidades concretas identificadas no território, através de ações pontuais, mas de elevado impacto no quotidiano dos cidadãos. Entre os trabalhos realizados, destaca-se a abertura e reposição de roços em edifícios localizados na Rua da Estrada, permitindo a instalação de novas caixas de infraestruturas e contribuindo para a modernização e eficiência das redes existentes.

Foram ainda executadas melhorias ao nível da drenagem, nomeadamente junto ao edifício do CIART, com a criação de uma caixa na soleira do tubo de esgoto, mitigando problemas de acumulação de águas e reforçando as condições de salubridade e segurança.

No domínio da qualificação urbana, procedeu-se ao fornecimento e assentamento de pedra de granito na entrada do antigo edifício da ADRACES, incluindo a substituição de elementos degradados, bem como à execução de uma floreira no Centro Náutico e à colocação do monumento das “Portas de Ródão” na zona do Cais do Tejo, valorizando o espaço público e a identidade local.

Com um investimento global de 20.590 € (acrescido de IVA à taxa legal), esta intervenção demonstra o compromisso do Município com uma gestão de proximidade, assente na resolução eficaz de necessidades concretas e na melhoria contínua da qualidade de vida das populações, através da qualificação e valorização do território.

REPARAÇÃO PISCINAS MUNICIPAIS – No decurso de 2025, e antes da abertura da época balnear, foi levada a efeito uma empreitada de reparação nas Piscinas Municipais de Vila Velha de Ródão, insere-se na estratégia municipal de manutenção e qualificação contínua dos equipamentos desportivos e



de lazer, garantindo condições adequadas de segurança, funcionalidade e conforto aos seus utilizadores e ao mesmo tempo garantindo elevados padrões de segurança e qualidade, essenciais ao bom funcionamento de um espaço com forte procura por parte da população

A empreitada em causa teve como principal objetivo a reabilitação de diversos elementos estruturais e

funcionais das piscinas, abrangendo a piscina de adultos, o tanque de compensação e a piscina intermédia, bem como a instalação de diverso material de apoio. As intervenções executadas incidiram, em particular, sobre a substituição de revestimentos, através da remoção de membranas existentes, correção de cotas e aplicação de novas soluções impermeabilizantes, incluindo ainda a reposição de capeados nas zonas envolventes.

Com um investimento global de 50.254,73 € (acrescidos de IVA à taxa legal), o Município reafirma o seu compromisso com a gestão responsável do património público, promovendo a melhoria contínua das infraestruturas desportivas, numa aposta clara na preservação e valorização dos equipamentos municipais, assegurando a sua adequada operacionalidade e a qualidade de vida da população.

CENTRO OPERACIONAL MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL (COMPC) – No decurso de 2025, relativamente ao Centro Operacional Municipal de Proteção Civil (COMPC), apenas se desenvolveram os procedimentos administrativos e formalismos necessários à adjudicação da empreitada, tendo ocorrido a celebração do contrato com a empresa DUAFAR - Construção Civil e Obras Públicas, Lda.

em 29.09.2025. Neste ano não ocorreu qualquer execução física da obra, tratando-se de uma fase exclusivamente preparatória e essencial à sua conformidade legal e contratual.

O COMPC constitui um investimento estruturante para o concelho de Vila Velha de Ródão, destinado a reforçar significativamente a capacidade municipal de prevenção, preparação e resposta a situações de emergência, catástrofe e gestão de risco, consolidando-se como um pilar central da estratégia municipal de proteção civil e resiliência territorial.

Nos termos do Código dos Contratos Públicos, o prazo de execução tem início em 02.03.2026, com uma duração total de 450 dias, período durante o qual serão executadas as infraestruturas essenciais, incluindo áreas de comando e controlo, logística, oficinas, estacionamento operacional e sistemas técnicos de suporte, assegurando autonomia e capacidade de resposta em cenários críticos.

O investimento global da empreitada ascende a 1.982.000 € (acrescidos de IVA à taxa legal), refletindo a dimensão e relevância estratégica do projeto. A execução concentra-se maioritariamente em 2026, com conclusão e fase de testes e entrada em funcionamento previstas para 2027.

Desta forma, o COMPC representa um marco decisivo para a segurança e proteção das populações, fortalecendo a articulação interinstitucional, a eficiência operacional e a resiliência do território concelhio.

OUTRAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO NAS FREGUESIA DE VILA VELHA DE RÓDÃO | CONSTRUÇÃO DE MURO DE SUPORTE EM ALVAIADE –



A presente intervenção, enquadrada nas Obras de Ordenamento Urbano na freguesia de Vila Velha de Ródão, respeita à construção de um muro de suporte em Alvaiade, visando a reabilitação e reforço de uma estrutura existente, com o objetivo de melhorar as condições de segurança e estabilidade da via envolvente.

Esta intervenção assume particular relevância na salvaguarda da infraestrutura

viária e na qualificação do espaço público, recorrendo a técnicas construtivas atuais e a materiais adequados, de forma a garantir a durabilidade, resistência e integração harmoniosa da obra no contexto urbano e paisagístico.

Os trabalhos realizados incidiram essencialmente na execução de betão armado em sapatas e muros de suporte, assegurando as condições estruturais necessárias ao correto desempenho da intervenção. A solução adotada contribuiu para a consolidação do terreno e para a melhoria das condições de circulação na área adjacente.

Com um investimento global de 6.694,00 € (acrescidos de IVA à taxa legal), esta obra reflete uma intervenção de proximidade, orientada para a resolução de necessidades concretas da população e para a preservação das infraestruturas existentes.

Desta forma, o Município reafirma o seu compromisso com a manutenção e valorização do espaço público, promovendo a segurança, a funcionalidade e a qualidade do território.

LIMPEZA DE CAMINHOS NAS FREGUESIAS

No Município, no decorrer do ano 2025, procedeu-se à implementação da limpeza de faixas de combustíveis na rede viária, ferroviária e de infraestruturas de transporte de energia, de acordo com o seu Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, promovendo ações de limpeza de estradas municipais, de caminhos florestais e faixas de proteção a infraestruturas nas freguesias de Fratel, Perais, Sarnadas de Ródão e Vila Velha de Ródão.

No total, foram executados pelo Município **75,4 ha** de silvicultura preventiva, nas diversas Freguesias.

Para além deste trabalho foram ainda realizados, nas diversas Freguesias, trabalhos de **manutenção da rede viária florestal** num total superior a **20 Km**, com recurso a meios mecânicos.

Este trabalho representou uma importante contribuição no Município para a qualificação e valorização do meio ambiente, promovendo desta forma a segurança, a gestão sustentável dos recursos naturais, em particular das suas áreas florestais e a proteção de toda a população e os seus bens, garantindo deste modo que a diversidade paisagística e biofísica do Concelho seja salvaguardada.”

Complementarmente, e num esforço contínuo de proximidade, o Executivo assegurou a realização de diversas obras e arranjos locais através do Sector de Obras por Administração Direta, respondendo prontamente às solicitações dos munícipes em todo o território. Estas intervenções, executadas em estreita articulação com todas as Juntas de Freguesia, foram determinantes para a melhoria do bem-estar das populações e para a valorização do espaço público. Esta metodologia de gestão, que combina a grande escala da defesa da floresta com a microescala das necessidades locais, reflete uma visão integrada de desenvolvimento que privilegia a coesão territorial e a qualidade de vida dos cidadãos.

Destaque ainda para os trabalhos realizados com recurso à Administração Direta do Município, ao longo do ano 2025:

- Recuperação de calçadas, passeios, caixas de águas e saneamento, em diversos locais do concelho;
- Lavagem e desinfeção dos contentores do lixo;
- Reparação de ruturas nas condutas de água;
- Montagem e retirada de diversos contadores de água;
- Limpeza de prédios rústicos do município;
- Plantações em diversos espaços do concelho;
- Limpeza de árvores nos terrenos rústicos do município;
- Limpeza dos terrenos rústicos dando cumprimento ao “Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios”;
- Lavagem, desinfeção e desmatação dos reservatórios do concelho;
- Requalificação da Avenida da Serra, em Vila Velha de Ródão;
- Desmatação das fossas sépticas do concelho;
- Apoio logístico à realização da Festa de Natal do Município;
- Limpeza do Estaleiro Municipal para possibilitar o arranque da obra do Loteamento da Urbanização da Achada;
- Beneficiação do Caminho Rural em Marmelal;
- Beneficiação do Largo da Sr.^a dos Remédios, em Gardete;
- Beneficiação do Largo da Sr.^a da Piedade em Alvaiade;
- Trabalhos de apoio à realização do Rali de Castelo Branco e Vila Velha de Ródão;
- Pintura interior do Complexo Desportivo;
- Recuperação de calçadas danificadas no concelho;
- Execução de ramais de água e saneamento no concelho;
- Recolha de RSU’s e de monos;
- Manutenção de abrigos de passageiros no concelho;
- Transportes escolares e sociais no concelho;
- Limpeza de arruamentos, em Vila Velha de Ródão;
- Manutenção e limpeza de cemitérios do concelho;
- Apoio logístico à Feira do Carnaval;
- Automatização e manutenção dos espaços ajardinados e dos sistemas de rega;
- Recolha de animais errantes;
- Trabalhos de apoio à realização das eleições autárquicas 2025;
- Manutenção de mobiliário urbano em Vila Velha de Ródão;
- Beneficiação de caminhos rurais em Vila Velha de Ródão;
- Plantação de árvores em Vila Velha de Ródão e Serrasqueira;
- Colocação de medidores de caudal nos reservatórios do concelho;
- Ajardinamento do Loteamento da Tapada do Correio;
- Requalificação da Rua da Estrada (EN18) em Vila Velha de Ródão;
- Estrutura de sustentação da margem direita rio Tejo, junto ao cais de Ródão;
- Trabalhos de beneficiação do edifício do Infantário de Vila Velha de Ródão;
- Construção e aplicação de gradeamento de proteção pedonal na Quinta da Torre Velha;
- Reparação do piso da sala polivalente e substituição do piso do palco do auditório da Casa de Artes e Cultura do Tejo;
- Construção de rede de águas pluviais no espaço do Centro Náutico;

- Limpeza do tanque de rega do Cabeço Salvador;
- Colocação de novos conjuntos de ecopontos em cinco aldeias do concelho;
- Construção e colocação de guardas metálicas no museu de Sarnadas de Ródão;
- Espaços verdes na Urbanização do Barreiro, em Sarnadas de Ródão;
- Plantação de árvores;
- Pintura interior do edifício de apoio à Zona de Lazer da Foz do Cobreiro e das tasquinhas do Campo de Feiras;
- Requalificação da Rua dos Barros, no Marmelal;
- Limpeza do Largo do PNTI, em Alfrivida;
- Colocação de terras e nivelamento de terreno, propriedade do Município, junto ao Estádio Municipal;
- Trabalhos de apoio à realização das Atividades de Verão para crianças do Jardim de Infância e dos Campos de Férias;
- Trabalhos de apoio à realização do Campeonato do Mundo de F2 de Motonáutica;
- Transportes escolares e sociais no concelho;
- Melhoramentos no Bairro Fernandes, em Fratel;
- Melhoramento do Estaleiro Municipal;
- Infraestruturas do Edifício da CMCD;
- Movimentação de terras no espaço para construção do novo Centro Operacional Municipal da Proteção Civil;
- Montagem de palcos para diversas atividades religiosas, culturais e desportivas;
- Apoio logístico à realização da Feira dos Sabores do Tejo;
- Caminhos das freguesias de Sarnadas e Vila Velha de Ródão;
- Requalificação da Zona Industrial n.º 2;
- Apoio logístico à realização do XVII Encontro de Gerações de Ródão;
- Apoio logístico à realização da Feira do Dia de Todos os Santos;
- Remodelação do Quiosque do Campo de Feiras;
- Remodelação do Quiosque da Rua de Santana;
- Recolha de Bio Resíduos, em Vila Velha de Ródão.



3.2.3. EDUCAÇÃO E CULTURA

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.”

Nelson Mandela

A educação e a cultura constituem eixos estratégicos indissociáveis da ação municipal, funcionando como sistemas complementares onde a educação assegura a transmissão do património imaterial e a cultura enriquece os métodos e conteúdos formativos. Esta simbiose é fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico e da consciência social, traduzindo-se num fenómeno plural que promove a socialização e o debate. Ao investir nestas áreas, o Município não só preserva a identidade local, como reforça os alicerces de uma democracia participativa, dotando os cidadãos de ferramentas essenciais para a interpretação e intervenção consciente no mundo que os rodeia.

Ao nível do desenvolvimento local, a aposta na qualificação escolar assume-se como um motor de competitividade e progresso socioeconómico. Uma população com melhores níveis de escolaridade está mais capacitada para enfrentar as exigências do mercado de trabalho e para contribuir ativamente para o fortalecimento das instituições. Assim, a convergência entre políticas educativas e culturais permite reduzir assimetrias sociais e promover a equidade, capacitando cada indivíduo para desempenhar um papel transformador na sociedade e garantindo que o crescimento do concelho assenta em sólidos pilares de conhecimento e tolerância.

No plano da gestão direta, a continuidade das políticas de apoio à educação tem sido determinante para aliviar os encargos financeiros das famílias, elevando significativamente a sua qualidade de vida. Este investimento público tem funcionado como um fator de atratividade territorial, incentivando a fixação de novos residentes e o rejuvenescimento do tecido social. O resultado prático desta estratégia é visível no aumento gradual do número de crianças a frequentar os estabelecimentos de ensino do concelho, consolidando um ciclo virtuoso de sustentabilidade demográfica e investimento no capital humano do futuro.

Das medidas implementadas pelo executivo, na área da educação, destacam-se:

- Isenção do pagamento da Creche a quatro crianças. Este número diminuiu em relação aos dados registados nos anteriores em virtude da entrada em vigor das medidas de apoio do Governo designado de **Programa Creche Feliz**;
- A atribuição de Bolsas de Estudo aos alunos do concelho que frequentam o Ensino Superior;
- Transportes escolares gratuitos, ao nível do ensino pré-escolar e básico;
- Transporte gratuito do Município em horário definido (apenas hora de almoço) para compensar o desfasamento das carreiras públicas – alunos do secundário;
- Fornecimento de refeições gratuitas, aos alunos transportados a frequentar o 1.º ciclo;
- Apoio no pagamento de refeições (Componente de Apoio à Família), no 1.º ciclo do ensino básico;
- Oferta de almoço e lanches a todos os alunos que frequentam o pré-escolar;
- Apoio a alunos com carências económicas;
- Oferta da Componente de Apoio à Família no Jardim-de-Infância, que inclui o prolongamento do horário durante o ano letivo (das 7h45 às 9h00 e das 15h30 18h30) e o funcionamento durante as interrupções letivas;
- Oferta das atividades extracurriculares (AEC's) no 1.º Ciclo e Jardim-de-infância, as quais incluem atividade física, música e artes plásticas;

- Apoio à participação nas Universidades de Verão das Universidades de Porto e de Coimbra, aos estudantes do concelho, inscritos no ensino Básico e Secundário, do 5.º ao 12.º ano;
- Disponibilização de ATL para crianças e jovens do concelho, nas interrupções das atividades letivas do Carnaval, da Páscoa, férias de Verão e Natal;
- Prolongamento de horários e desenvolvimento de atividades extracurriculares;
- Apoios concedidos ao Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas;
- Ainda no âmbito das medidas que têm vindo a ser desenvolvidas pelo executivo municipal, e em complemento ao apoio concedido pelo Governo no que respeita à oferta dos manuais escolares, o município adquiriu os cadernos de atividades e kit's de material escolar, os quais foram distribuídos por todas as crianças que frequentam o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, cujas famílias residiam no concelho;
- Oferta do acesso à plataforma **Escola Virtual** aos docentes e alunos do concelho que frequentam 1.º, 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e o Ensino Secundário, no ano letivo de 2025/2026.

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – No âmbito do processo de transferências de competências do Estado central para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, ao nível da educação, nos termos do disposto no Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, que entrou em vigor no dia 01 de abril de 2022, os municípios viram transferidas para si as competências ao nível do planeamento, da gestão e da realização de investimentos, de acordo com normas e orientações definidas pela administração central. Neste âmbito, o Município celebrou um novo contrato interadministrativo de Delegação de Competências com o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, tendo este vigorado entre 01 de janeiro e 31 dezembro de 2025.

NOVO EDIFÍCIO DO 2.º E 3.º CICLO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA VELHA DE RÓDÃO – Ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o Município vai receber um apoio superior a dois milhões de euros para a construção de um novo edifício destinado a acolher os alunos do 2.º e 3.º ciclo do Ensino Básico do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão.

A obra de construção teve início no dia 1 de abril de 2025 e encontra-se atualmente em curso. Esta intervenção reflete a atenção do Município ao crescimento sustentado do número de alunos e à necessidade de adaptar e reforçar a capacidade de resposta das infraestruturas educativas existentes face a essa procura crescente.

Neste sentido, a intervenção irá permitir a ampliação e requalificação das instalações atuais, garantindo melhores condições para a comunidade escolar e uma resposta adequada às exigências pedagógicas. O novo edifício irá integrar seis salas de aula, com capacidade para cerca de 150 alunos, uma sala polivalente/auditório e um laboratório. Estão ainda previstos cinco gabinetes de apoio, designadamente um gabinete de terapia da fala, um gabinete de apoio psicológico e três gabinetes de trabalho. De acordo com as regras do PRR, a conclusão da obra deverá ocorrer até 30 de junho de 2026.

ENSINO SECUNDÁRIO – Desde o ano letivo 2024/2025 que se encontra assegurada a oferta do Ensino Secundário no Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão. Esta medida passou a permitir que os alunos do concelho possam dar continuidade ao seu percurso escolar no seu território de residência, promovendo uma maior igualdade de oportunidades no acesso à educação.

Até então, Vila Velha de Ródão era um dos poucos concelhos do país e o único do distrito de Castelo Branco sem oferta de Ensino Secundário, obrigando os alunos que concluíam o 9.º ano a prosseguir estudos em concelhos vizinhos.

A decisão de criar esta oferta educativa surge num contexto de evolução demográfica e educativa positiva no concelho. De acordo com dados recentes do Instituto Nacional de Estatística e da Pordata, a população residente no município aumentou para 3.577 habitantes em 2024, representando um crescimento de cerca de 4,3% face a 2021, impulsionado sobretudo pelo saldo migratório positivo. Paralelamente, verifica-se também uma evolução favorável na estrutura etária: em 2024 residiam no concelho 355 jovens com menos de 15 anos, evidenciando um ligeiro rejuvenescimento da população.

No mesmo período registou-se igualmente um crescimento significativo do número de alunos no concelho. Entre 2021 e 2025, o número total de alunos matriculados nas escolas do município aumentou de 240 para 336, o que representa um crescimento de cerca de 40%.

Perante esta evolução e a consolidação do crescimento do número de alunos que frequentam o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão desde o ano letivo 2017/2018, a criação da oferta de Ensino Secundário constituiu uma resposta necessária para garantir acesso a educação de qualidade e à igualdade de oportunidades, contribuindo dessa forma para reforçar as estratégias de fixação e atração de população no concelho. Esta nova oferta educativa complementa as políticas municipais que têm vindo a promover o desenvolvimento económico, social e cultural do território.

No ano letivo 2025/2026, o Ensino Secundário registou um total de 27 alunos, repartidos entre o 10.º e o 11.º ano, a frequentar os cursos científico-humanísticos de Ciências e Tecnologias e Línguas e Humanidades.

Considerando o dinamismo do tecido empresarial existente no concelho, o Município continuará igualmente a defender a criação de oferta de Ensino Profissional, identificada como uma necessidade estratégica entre as áreas prioritárias apontadas no Relatório Final da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (novembro de 2023).

CARTA EDUCATIVA – O executivo da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão aprovou, por unanimidade em 22 de agosto, a 2.ª Geração da Carta Educativa do concelho, um instrumento estratégico de planeamento da rede educativa municipal, válida por 10 anos. Esta foi elaborado pelo Instituto Politécnico de Castelo Branco e vem substituir a versão anterior, revista em 2014, e visa otimizar a utilização dos recursos escolares, apoiar a redução do abandono escolar precoce e promover o sucesso educativo.

A nova Carta Educativa apresenta propostas de reorganização da rede escolar, garantindo igualdade de oportunidades no acesso à educação, e inclui a caracterização socioeconómica do concelho, diagnóstico estratégico da rede educativa e plano de intervenções a médio e longo prazo.

PROGRAMAS INTERMUNICIPAIS DE PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR (PIPSE) – Os PIPSE (Programas Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar) são iniciativas financiadas pelo Portugal 2030, através do FSE+, orientadas para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e o reforço da equidade no sistema de ensino. Centram-se na valorização das aprendizagens e na prevenção do insucesso, com especial atenção a alunos em contextos mais vulneráveis.

Desenvolvidos em articulação com as comunidades intermunicipais, estes programas integram um conjunto diversificado de ações, como atividades multidisciplinares, iniciativas de mentoria, medidas de inclusão de alunos migrantes e estratégias que incentivam o envolvimento das famílias no percurso escolar. A intervenção assenta numa abordagem integrada, envolvendo diferentes técnicos e respostas ajustadas às necessidades individuais.

Paralelamente, os PIPSE promovem o envolvimento ativo de toda a comunidade educativa — escolas, famílias, autarquias e parceiros locais —, bem como a inovação pedagógica e a capacitação de profissionais. A sua estrutura em rede intermunicipal permite desenvolver soluções mais eficazes e adequadas às especificidades de cada território.

Durante o ano 2025, a equipa de trabalho deste projeto foi constituída por uma equipa multidisciplinar e de intervenção multinível – composta por profissionais de diferentes áreas de atuação, nomeadamente: terapia ocupacional e música – equipa que realizou um trabalho diário e personalizado com os alunos do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, procurando esbater as assimetrias e contribuindo de forma significativa para a promoção do sucesso escolar.

No âmbito do PIPSE – Projeto Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar, foram dinamizadas Atividades de Enriquecimento Curricular dirigidas aos alunos do Agrupamento de Escolas, durante o mês de dezembro, incluindo o período de interrupção letiva do Natal. Importa referir que, integrada na Atividade I – Intervenção Precoce e Multidisciplinar, se encontra afeto ao projeto, ao longo de todo o ano letivo, um técnico superior de música, reforçando a componente artística e contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos.

Estas atividades incluíram a oferta de atividade física e desportiva, bem como sessões de Yoga para crianças, com o objetivo de complementar o percurso educativo, promover a igualdade de oportunidades, apoiar a conciliação entre a vida familiar e profissional e fomentar o desenvolvimento de competências pessoais e sociais. Pretendeu-se, igualmente, assegurar uma ocupação segura, estruturada e enriquecedora para as crianças fora do horário escolar.

Para a concretização destas ações, foram contratualizados dois prestadores de serviços, com experiência relevante na área, e contemplaram 6 horas diárias de atividade física e desportiva e 1 hora diária de Yoga para crianças, ao longo do período em causa.

OFERTA DE CADERNOS DE ATIVIDADES, KITS DE MATERIAL E ESCOLA VIRTUAL – O Município reforçou, uma vez mais, o apoio educativo aos alunos do concelho, através da oferta de cadernos de atividades, kits de material escolar e do acesso à plataforma Escola Virtual, em complemento aos livros escolares fornecidos pelo Ministério da Educação. A medida abrangeu os alunos do 1.º ao 3.º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário, representando um investimento de cerca de 27,5 mil euros, com o objetivo de aliviar os encargos das famílias e promover a igualdade de acesso às ferramentas educativas.

Esta iniciativa integra um conjunto mais amplo de apoios da autarquia na área da educação, que inclui a gratuidade dos transportes e refeições escolares, atividades extracurriculares, ampliação do horário do pré-escolar, apoio ao projeto educativo do Agrupamento de Escolas e atribuição de bolsas de estudo. Estas ações visam garantir a igualdade no acesso ao ensino, apoiar o sucesso escolar e contribuir para a fixação das famílias no concelho.

ATL FÉRIAS DA PÁSCOA - Entre 7 e 21 de abril, o Município de Vila Velha de Ródão, em parceria com o



Centro Municipal de Desenvolvimento e Cultura (CMDC), através do projeto CLDS 5G, e o Agrupamento de Escolas, dinamizou Atividades de Páscoa dirigidas a crianças do Jardim de Infância e do 1.º e 2.º ciclo, proporcionando momentos de aprendizagem, convívio e diversão. As atividades, adaptadas às diferentes faixas etárias e acompanhadas por técnicos especializados, incluíram experiências ao ar livre, jogos educativos, atividades sensoriais, oficinas criativas, práticas desportivas, iniciativas culturais e ambientais, bem como

dinâmicas como a “Caça aos Ovos da Páscoa” e a criação de filmes de animação no âmbito do projeto ANIM-Ó-NINHO. Esta iniciativa, de forte adesão, constitui uma resposta social do Município que apoia as famílias durante a interrupção letiva, garantindo um ambiente seguro, inclusivo e estimulante.

No âmbito da celebração das tradições da Páscoa, o Município, em parceria com a Academia Sénior e o CLDS 5G, promoveu no dia 15 de abril, no Posto de Turismo, um workshop dedicado à confeção dos tradicionais bolos fintos, uma receita típica da região. A atividade contou com a participação das crianças integradas nas Atividades de Páscoa, proporcionando um momento de encontro entre gerações, onde aprenderam a preparar esta iguaria com as alunas da Academia Sénior, levando consigo o resultado da confeção e uma nova aprendizagem.

Os participantes tiveram ainda a oportunidade de degustar os bolos confeccionados em forno de lenha e de os adquirir no Posto de Turismo de Vila Velha de Ródão, onde integram o catálogo da marca territorial “Terras de Ouro”, contribuindo para a valorização e preservação das tradições gastronómicas locais.

CAMPO DE FÉRIAS - ATL DE VERÃO “REÚNE A TUA TRIBO” – Entre 30 de junho e 14 de agosto, o Município de Vila Velha de Ródão promoveu atividades de ocupação dos tempos livres para crianças e jovens do concelho, em parceria com o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento, no âmbito do CLDS 5G.



As iniciativas dividiram-se em três programas adaptados às idades: Atividades de Verão para crianças dos 3 aos 5 anos, Campo de Férias “Reúne a tua Tribo” para os 6 aos 12 anos e Campo de Férias “Defende a tua Tribo” para jovens dos 12 aos 16 anos, proporcionando experiências educativas e lúdicas em contacto com a natureza.

ATL DE NATAL - Durante a pausa letiva do Natal, o Município de Vila Velha de Ródão, em parceria com o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento (CLDS 5G), promoveu a iniciativa “A Magia do Natal 2025”, dirigida a crianças dos 3 aos 12 anos.



Esta resposta social revelou-se essencial no apoio às famílias, sobretudo àquelas que, neste período, não dispõem de retaguarda familiar, assegurando às crianças um ambiente seguro, estruturado e estimulante. Ao mesmo tempo, proporcionou férias ativas e enriquecedoras, com atividades lúdicas, criativas e educativas — desde ateliers e jogos a saídas culturais e momentos de convívio — promovendo o desenvolvimento pessoal, a inclusão e a criação de memórias positivas.



Neste contexto, a iniciativa integrou-se no conjunto das Atividades de Tempos Livres (ATL's) dinamizadas pelo Município, asseguradas pelos setores de Educação (PIPSE), Desporto e Tempos Livres, com o apoio dos técnicos do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento. Estas ações refletem uma resposta social estruturada e contínua, pensada para dar resposta às necessidades reais das famílias durante as interrupções letivas, inserindo-se numa estratégia mais ampla do executivo municipal de valorização do território e fixação de famílias e jovens no concelho.

ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO – O executivo da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão aprovou, por unanimidade na reunião de 21 de novembro, a atribuição de seis bolsas de estudo aos alunos do concelho que se inscrevam pela primeira vez no Instituto Politécnico de Castelo Branco, no valor de 4.182 € cada, correspondendo ao total das propinas do primeiro ano. Esta medida, ao abrigo do protocolo entre a autarquia e o Instituto Politécnico, é independente do rendimento do agregado familiar e visa facilitar o acesso ao Ensino Superior.

No âmbito do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior, o executivo fixou também em 16 mil euros o montante máximo das bolsas do regime geral a atribuir aos restantes alunos com residência no concelho há pelo menos três anos, inscritos em instituições de Ensino Superior acreditadas, cumprindo os critérios definidos. Com estes apoios, que este ano ultrapassam os 20 mil euros, a autarquia pretende promover a igualdade de oportunidades no ensino superior e combater as desigualdades económicas e sociais que dificultam o acesso à educação e à formação avançada.



“SER VOLUNTÁRIO – CONTA COMIGO” – Entre 16 e 27 de junho, o Município de Vila Velha de Ródão, em parceria com o CMCD e no âmbito do CLDS 5G, promoveu a iniciativa “Ser Voluntário – Conta Comigo”, dirigida aos alunos do 5.º e 6.º ano. A ação afirmou-se como uma forte aposta na educação

para a cidadania, incentivando os mais jovens a assumirem um papel ativo na comunidade e a desenvolverem valores como a responsabilidade social e a entreaajuda.

Ao longo do programa, os participantes colaboraram com equipas do Município, do CMCD e da Biblioteca Municipal José Batista Martins na dinamização de atividades como workshops e campos de férias. Integrada no programa Pessoas 2030 e cofinanciada pelo Fundo Social Europeu Mais, a iniciativa reforça o compromisso da autarquia na formação de cidadãos mais conscientes, participativos e solidários.

LIFE PREDATOR – Uma sessão de sensibilização ambiental realizada a 10 de março no Agrupamento de



Escolas de Vila Velha de Ródão teve como objetivo dar a conhecer os peixes dos rios portugueses e alertar para o impacto de espécies invasoras, como o siluro. Integrada no projeto europeu LIFE PREDATOR e dirigida a alunos do 1.º ciclo, a iniciativa envolveu cerca de 130 crianças, recorrendo a atividades práticas e pedagógicas que promoveram o interesse e a participação.

O projeto LIFE PREDATOR, desenvolvido em parceria entre Portugal, Itália e República Checa, tem como objetivo reduzir os impactos do siluro na biodiversidade aquática. Esta espécie invasora, altamente predadora e sem inimigos naturais, tem vindo a expandir-se rapidamente em várias albufeiras em Portugal, sendo monitorizada através de tecnologia de telemetria que permite acompanhar os seus movimentos e comportamento.

Para além da componente científica, o projeto aposta na sensibilização da população e na implementação de medidas de controlo, como a remoção da espécie, consideradas fundamentais para a proteção dos ecossistemas ribeirinhos e a preservação da biodiversidade. O projeto é cofinanciado pela União Europeia, através do programa LIFE, contando ainda com um apoio financeiro de 25 mil euros do Município de Vila Velha de Ródão à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, repartido ao longo dos cinco anos do projeto, iniciado em 2022.

DIA MUNDIAL DA CRIANÇA – No dia 1 de junho, o Campo de Feiras de Vila Velha de Ródão acolheu, em simultâneo, as comemorações do Dia Mundial da Criança, o III Encontro de Associações e mais uma edição da tradicional Feira das Cerejas, reunindo diferentes gerações num único evento.

Promovida pelo Município, com o apoio do Radar Social (financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência), a iniciativa combinou atividades para os mais novos — como jogos tradicionais, insufláveis e *laser tag* — com ações de convívio e partilha entre associações, incluindo um passeio temático sobre o património local.

Durante a tarde, decorreu ainda o V Festival de Folclore “Aqui há Rancho”, dedicado à valorização das tradições e à promoção da coesão social, com a participação de diversos parceiros locais. A iniciativa teve lugar no Campo de Feiras e integrou o III Encontro de Associativismo e a habitual Feira das Cerejas,

congregando sinergias e reunindo, num único momento, três eventos de grande relevância para a comunidade.

UNIVERSIDADES DE VERÃO – Em julho, o Município de Vila Velha de Ródão promoveu a participação de



cerca de 18 jovens residentes há pelo menos três anos nas Universidades de Verão do Porto e de Coimbra. O apoio da autarquia pela assunção de todas as despesas inerentes à participação destes, nas quais se incluem transporte, inscrições, seguro, materiais, refeições, alojamento e atividades suplementares.

A iniciativa permitiu que cerca de 16 alunos frequentassem a Universidade Júnior da Universidade do Porto (21 a 25 de julho), dirigida a estudantes do 5.º ao 11.º ano, e que dois alunos participassem na Universidade de Verão da Universidade de Coimbra (27 de julho a 1 de agosto), destinada a estudantes do 10.º e 11.º ano.

Trata-se de uma experiência que, todos os anos, resulta num balanço muito positivo para os alunos e seus encarregados de educação. Para além de proporcionarem um primeiro contacto com o ambiente universitário e com as formações oferecidas por estas prestigiadas instituições de Ensino Superior, estas iniciativas permitem aos alunos desenvolver novos conhecimentos, criar amizades e consolidar o percurso vocacional que desejam seguir no Ensino Superior.

O Município encara a educação como uma prioridade estratégica incontornável, reconhecendo nela um instrumento decisivo para a formação integral dos cidadãos e para a promoção de uma sociedade mais justa e coesa. Assente no princípio da igualdade, defende que todas as crianças e jovens devem beneficiar dos mesmos direitos, deveres e oportunidades, razão pela qual tem vindo a desenvolver um esforço contínuo para garantir um acesso ao ensino verdadeiramente justo, inclusivo e de qualidade. Neste contexto, a educação assume um papel central na definição e concretização das políticas públicas municipais.

No final do ano em análise, os estabelecimentos de ensino do concelho eram frequentados por 385 alunos, registando-se um crescimento expressivo de 25% face ao ano anterior — um indicador claro da vitalidade do sistema educativo local e, simultaneamente, um reforço da responsabilidade do Município em continuar a investir de forma sustentada neste setor.

Mais do que um serviço público, a educação é um pilar estruturante do desenvolvimento coletivo, fundamental para a capacitação dos cidadãos e para a construção de uma comunidade mais crítica, informada e participativa. Por isso, o Município mantém uma aposta firme, determinada e contínua nesta área essencial ao futuro.

A política cultural de âmbito municipal assenta na definição de estratégias e na implementação de iniciativas que promovem o desenvolvimento cultural local, valorizam a diversidade e contribuem para a preservação do património, enquanto fatores essenciais de desenvolvimento.

Em Vila Velha de Ródão, a Biblioteca Municipal José Baptista Martins e a Casa de Artes e Cultura do Tejo destacam-se como dois polos fundamentais de dinamização cultural, assumindo-se como equipamentos de referência para a comunidade, reconhecidos pela qualidade e diversidade das suas programações.

BIBLIOTECA MUNICIPAL JOSÉ BATISTA MARTINS (BMJBM) – A BMJBM, integrada na Rede de Leitura Pública, afirma-se como um pilar cultural de referência em território do interior, desempenhando um papel fundamental na democratização do acesso ao conhecimento, à cultura e à informação. Reconhecida pelos seus utilizadores pelo dinamismo e qualidade da sua programação, esta infraestrutura tem vindo a consolidar-se como um espaço vivo de partilha de saberes, histórias e experiências, contribuindo de forma significativa para o enriquecimento cultural e para a promoção do bem-estar e da saúde mental da comunidade.

Com 17 anos de atividade, a BMJBM destaca-se como um dos mais relevantes polos culturais do concelho, não só pela diversidade de iniciativas que promove, mas também pela capacidade de envolver públicos distintos e fomentar a inclusão. Num contexto marcado pelos desafios próprios dos territórios do interior, este espaço assume particular importância enquanto lugar de encontro, reflexão e crescimento coletivo, onde a cultura se cruza com a qualidade de vida e o desenvolvimento pessoal.

Ao longo do seu percurso, a BMJBM tem desenvolvido projetos culturais de reconhecida qualidade, muitos deles alinhados com a realidade cultural nacional e outros de carácter inovador, que se distinguem pela sua diversidade e impacto. Estas iniciativas refletem o empenho, a dedicação e a paixão dos seus dinamizadores, reforçando o papel da biblioteca como agente ativo na construção de uma comunidade mais informada, participativa e emocionalmente equilibrada.

No decurso do ano 2025, a Biblioteca Municipal José Baptista Martins dinamizou uma programação cultural e educativa intensa, com mais de 30 atividades distribuídas por diferentes áreas do conhecimento, reforçando o seu papel como espaço de aprendizagem, partilha e participação comunitária. Esta dinâmica prolongou-se ao longo do período seguinte, consolidando uma oferta diversificada e contínua, organizada em torno de diferentes eixos temáticos.

Agricultura e património

Na área da agricultura e valorização do património, destacaram-se várias iniciativas orientadas pelo olivicultor biológico Matthias Held, que abordaram temas como a poda contemporânea, a compostagem e as boas práticas na colheita e transformação da azeitona. Estas ações promoveram uma abordagem prática e sustentável, contribuindo para a preservação do olival tradicional e para a valorização de um importante património cultural e ambiental do concelho.

Educação artística e cultura

No domínio da cultura e educação artística, a biblioteca acolheu a apresentação da obra de tapeçaria de Altina Mar, exposições temáticas ligadas ao Tejo e à obra de Luís de Camões, bem como eventos

integrados no projeto “Vidas e Memórias de uma Comunidade”, promovendo o contacto com diferentes expressões criativas. Mantiveram-se também atividades regulares dirigidas às famílias, como o Mimo Musical, dinamizado por Joana Bicho, e o projeto Mamãs e Filhotes, conduzido por Sara Fernandes Fortes. Paralelamente, o espaço foi palco de exposições, apresentações de livros, encontros literários e projetos artísticos que reforçaram a ligação entre criadores e comunidade, incluindo iniciativas como a “Pequena Oficina da Sabedoria Artesanal”, ateliê de trabalhos artesanais ligados ao crochê, tricô, bordado “Encontro de Linhas” da autoria de Sara Melancia, reforçando a dimensão social da biblioteca, e diversas exposições temáticas e fotográficas.

Saúde, bem-estar e desenvolvimento pessoal

Na vertente do bem-estar e desenvolvimento pessoal, a programação integrou várias iniciativas em parceria com o Sobral Slow Living e o Radar Social, como Conversas Meditativas, concertos de taças tibetanas, sessões de Yoga Nidra e práticas regulares de yoga. Mantiveram-se também as sessões de biblioterapia, que articulam leitura e psicologia, bem como iniciativas como “Pela sua Saúde”, contribuindo para o equilíbrio físico e emocional da comunidade.

No Dia Internacional do Livro Infantil, e inspirada por Niels Fischer, a BMJBM lançou o projeto «Da Dinamarca, Com Amor», promovendo a leitura dos contos de Hans Christian Andersen para todas as idades, com abordagens livres e comunitárias que estimulam a imaginação e a reflexão social.

Paralelamente, a criação da “Pequena Oficina da Sabedoria Artesanal”, no Jardim Mãe Sol, veio reforçar a vertente criativa, envolvendo a comunidade e visitantes em experiências participativas de aprendizagem.

Leitura, conhecimento e participação cívica

O Clube de Leitura de Autores Clássicos afirmou-se como um espaço central na promoção do gosto pela leitura, reunindo leitores em torno de obras de referência e promovendo encontros com autores e especialistas. Destacaram-se sessões dedicadas a obras como *Cantos*, de Nuno Moura, *Niels Lynhe*, de Jens Peter Jacobsen, e *Odisseia*, de Homero, incluindo participações externas e contextos diferenciados de realização. Ao longo do período, a biblioteca acolheu ainda apresentações de livros da coleção “Rebuscar o Tempo”, exposições, encontros culturais e momentos de partilha que reforçaram o seu papel enquanto polo dinamizador do pensamento crítico e da cultura.

A biblioteca destacou-se também pela sua abertura à inovação e à modernização, com a disponibilização do serviço digital BiblioLED, que permite o acesso a livros digitais e audiolivros, bem como pela contínua reorganização e valorização dos seus fundos documentais e serviços. A par desta evolução interna, manteve uma participação ativa em redes intermunicipais, reforçando a sua integração em dinâmicas colaborativas.

No seu conjunto, estas iniciativas evidenciam uma biblioteca viva, inclusiva e em constante transformação, profundamente enraizada na comunidade e comprometida com a promoção da cultura, do conhecimento, da memória coletiva e da qualidade de vida no concelho.

Em paralelo com a programação, decorreram também processos internos de melhoria e reorganização dos serviços e dos fundos documentais, bem como a participação ativa em redes intermunicipais de

bibliotecas. No seu conjunto, estas iniciativas evidenciam uma biblioteca em constante evolução, profundamente enraizada na comunidade e orientada para a promoção do conhecimento, do bem-estar e da coesão social.

Para além das atividades descritas, a Biblioteca Municipal assegurou ainda um conjunto de outros serviços, que presta desde a sua abertura ao público, e dos quais se destacam: empréstimo domiciliário, leitura presencial, apoio à utilização de recursos tecnológicos, aquisições, catalogação documental e divulgação das suas atividades e serviços na Agenda Cultural, no Boletim Municipal e na sua página no Facebook.

As instalações da BMJBM dispõem de salas de leitura infantil e de adultos equipadas com 13 computadores com acesso gratuito à Internet, acesso à rede *wireless* e equipamentos para visionamento de filmes e audição de música; sala do conto; sala polivalente e uma área de serviços bem equipada.

Esta forte dinâmica é responsável por envolver em atividades de natureza cultural, socialização e bem-estar físico e mentais, públicos de todas as idades, sendo extremamente gratificante poder dar o nosso contributo no acesso e à difusão da cultura.

FOTO REPORTAGEM BMJBM

\



FOTO REPORTAGEM BMJBM (continuação)



CASA DE ARTES E CULTURA DO TEJO

A Casa de Artes e Cultura do Tejo afirma-se como um espaço de diversidade e valorização cultural que, em 2025, celebrou 19 anos de atividade ao serviço da comunidade. Com uma programação cultural estruturada e cuidadosamente planeada, procura responder de forma contínua e articulada às necessidades e dinâmicas culturais do concelho.

Dotada de excelentes condições técnicas e infraestruturais, este equipamento destaca-se pela capacidade de acolher eventos de reconhecida qualidade, assumindo simultaneamente um papel central na dinamização e coesão da comunidade local. Neste contexto, promove e recebe uma vasta diversidade de iniciativas, desde teatro, música e sessões regulares de cinema, a exposições de arte e fotografia.

Paralelamente, a CACTejo é também palco de atividades promovidas por diversas entidades, como ações de formação, reuniões, colóquios, conferências de imprensa e workshops de artes cénicas dirigidos a diferentes públicos. Acolhe ainda as iniciativas do Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento, nomeadamente as atividades da Academia Sénior — incluindo ensaios de Marchas Populares, Teatro e Tuna — e do Grupo Etnográfico Danças e Cantares de Vila Velha de Ródão, reforçando o seu papel como espaço agregador e dinamizador da vida cultural local.

Ao longo de 2025, este espaço manteve uma programação dinâmica, diversificada e inclusiva, afirmando-se como um importante polo cultural no concelho e um espaço privilegiado de encontro entre diferentes expressões artísticas, culturais e educativas, dirigidas e pensadas para públicos variados, reforçando a ligação à comunidade, às associações locais e às instituições, proporcionando experiências enriquecedoras e momentos únicos aos seus visitantes.

O primeiro semestre ficou marcado por um conjunto alargado de atividades culturais e formativas, desde iniciativas de promoção da cidadania, como a Sessão Escolar do Parlamento dos Jovens, a concertos, espetáculos e encontros de música tradicional portuguesa, passando por palestras, teatro e eventos promovidos por entidades locais. Destas, destaque para o espetáculo de “Fado nas Margens do Tejo” por Teresa Tapadas, Jorge Batista da Silva e João Nunes, a peça de teatro de comédia “Cama para 4”, com Carlos Cunha, Erika Mota, Carla Janeiro e David Carronha e a celebração do 19.º aniversário da CACTejo, assinalada com um concerto de Buba Espinho, que encheu o auditório e proporcionou um momento de grande envolvimento e emoção junto do público.

No segundo semestre, a CACTejo continuou a evidenciar a sua vitalidade cultural, acolhendo eventos de natureza diversificada, como encontros científicos, concertos de música clássica, espetáculos, sessões de cinema, iniciativas de reflexão social e atividades intergeracionais. Entre os destaques estiveram a estreia da obra “Lendas de Ródão”, concertos temáticos — e o regresso do teatro de revista à portuguesa.

Festa Mundial da Animação — Entre 23 e 28 de outubro, a CACTEJO acolheu a Festa Mundial da Animação, com uma programação diversificada que inclui sessões de cinema, masterclasses, oficinas e a entrega dos Prémios Nacionais de Animação 2025.

Promovido pela Casa da Animação, com apoio municipal, o evento assinala o Dia Mundial da Animação (28 de outubro) e visa aproximar o público do cinema de animação, especialmente fora dos grandes centros urbanos.

A iniciativa, com entrada gratuita, decorre na Casa de Artes e Cultura do Tejo e inclui atividades para todas as idades, bem como a participação de autores nacionais e internacionais.

CINEMA – O cinema é uma forma de expressão cultural centenária e um reflexo cultural do que ocorre na sociedade em geral, sendo encarada como uma das formas de expressão mais apreciadas pela sociedade, neste âmbito, a CACTEJO procurou, ao longo do ano 2025, promover a realização de sessões de cinema semanais, dirigidas a todas as faixas etárias e para os diferentes tipos de público. As sessões tiveram uma ocorrência semanal e foram bastante participadas.

Nos meses de verão, de julho a setembro a atividade é suspensa, retomando o seu normal funcionamento a partir do mês de outubro. Esta alteração deve-se em grande parte à menor afluência de público e da procura por este tipo de atividade cultural nos meses de verão, motivado pelo gozo das férias e pela realização das festas tradicionais, que ocorrem um pouco por todas as aldeias do nosso concelho.

ATIVIDADES CULTURAIS DE ÂMBITO DIVERSIFICADO

No decorrer de 2025, o leque de atividades foi bastante diversificado e pensado na abrangência dos diferentes tipos de público, destacando-se destas realizações as seguintes atividades:

- **DESFILE DE CARNAVAL** – O Município de Vila Velha de Ródão, em parceria com o CLDS-5G, promoveu mais uma edição do tradicional Desfile de Carnaval, realizado no domingo, 2 de março, no Campo de Feiras de Vila Velha de Ródão.

A iniciativa teve como principais objetivos incentivar a criatividade, a imaginação e o espírito de associativismo entre a comunidade, através de uma atividade lúdica e recreativa que promoveu a animação associada à celebração do Carnaval.

O desfile decorreu em articulação com a Feira do Domingo Gordo, contribuindo para um momento de convívio, participação comunitária e dinamização da vida local.

- **FEIRA DOS SANTOS** – O Dia de Todos os Santos, celebrado a 1 de novembro, foi assinalado em Vila Velha de Ródão com a realização da tradicional Feira dos Santos, organizada pela Câmara Municipal no Campo de Feiras. O evento integrou o habitual mercado de produtos da época e um magusto oferecido pela autarquia.

Apesar das condições meteorológicas adversas, registou-se a presença de vários munícipes, que participaram nas compras e no convívio, com degustação de castanhas e jeropiga, bem como animação musical assegurada pela Tuna da Academia Sénior.

À semelhança de anos anteriores, foi disponibilizado transporte entre as freguesias e a sede do concelho, garantindo a participação alargada da população e promovendo um momento de convívio, dinamização económica e valorização da identidade local.

- No dia 21 de junho, a Adegas 23, em Sarnadas de Ródão, acolheu a apresentação do livro *“Do Rio da Prata às Beiras”*, da autoria de José Avelino Gonçalves, escritor e juiz desembargador, numa iniciativa conjunta do Município, autor e Adegas 23.

A obra assinala a estreia do autor no romance histórico, conduzindo o leitor até ao início do século XIX, numa viagem pelas Beiras, através da personagem Fernando da Costa e Almeida, natural de Medelim. Ao longo de mais de 300 páginas, o livro retrata vivências, conflitos políticos, amores e paisagens, oferecendo uma nova perspetiva sobre a identidade e a riqueza cultural da região.

Natural de Vilarinho (Lousã) e licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, José Avelino Gonçalves construiu uma carreira na magistratura, tendo exercido funções em vários tribunais, incluindo na Covilhã e em Castelo Branco, e como juiz desembargador no Tribunal da Relação de Coimbra. É também autor da trilogia *“Estórias de um Arquivo Judicial”*.

- **CONCERTOS DE NATAL PELAS FREGUESIAS** - No fim-de-semana de 20 e 21 de dezembro, a Câmara



Municipal de Vila Velha de Ródão promoveu mais uma edição dos Concertos de Natal nas igrejas matrizes das freguesias, uma iniciativa que assume particular relevância na valorização das tradições locais e na dinamização da vida cultural do concelho. Ao levar a música a espaços emblemáticos e de forte significado comunitário, a iniciativa contribuiu para reforçar o espírito natalício, promover a proximidade entre a população e proporcionar momentos de partilha e identidade coletiva.

Nesta edição, foram apresentados quatro concertos pelo grupo de música de câmara *Lirium Ensemble*, que ofereceram um repertório adequado à época, proporcionando experiências culturais de qualidade em ambiente intimista. A iniciativa constituiu, assim, um momento de fruição cultural acessível a toda a população, reforçando o papel do Município na promoção da cultura e na preservação das tradições associadas à quadra natalícia.

- **MERCADINHO DE NATAL** – No fim-de-semana de 5 a 7 de dezembro, o Centro Municipal de Cultura



e Desenvolvimento (CMCD), no âmbito do projeto CLDS 5G, em parceria com o Município de Vila Velha de Ródão, promoveu mais uma edição do tradicional Mercadinho de Natal, realizado nas instalações do Centro Desportivo Recreativo e de Cultura e na sua envolvente.

A iniciativa reuniu diversos expositores de produtos artesanais e regionais, alimentares e não alimentares, associados à época natalícia, tendo como objetivo dinamizar o comércio local, valorizar os saberes tradicionais e apoiar as microempresas e produtores do concelho, contribuindo para a revitalização do tecido económico local.

Ao longo do evento, foram ainda promovidas atividades complementares, como ateliês de gastronomia e artesanato, animação infantil e exposições temáticas, proporcionando um ambiente de convívio e atração para diferentes públicos e reforçando a dinâmica cultural e comunitária do concelho durante a quadra natalícia.

A cultura desempenha um papel determinante no desenvolvimento das sociedades, assumindo particular relevância nos territórios de baixa densidade, onde a oferta cultural é mais limitada. Nestes contextos, as iniciativas promovidas pelas autarquias locais são essenciais para dinamizar o território, reforçar a identidade local e regional e valorizar o património cultural existente.

Para além da sua dimensão identitária, a cultura contribui igualmente para a coesão social e para o desenvolvimento económico, ao promover a atração de visitantes, apoiar agentes locais e estimular atividades económicas associadas. Desta forma, a ação cultural desenvolvida pelas autarquias constitui um instrumento estratégico para a valorização e sustentabilidade dos territórios do interior.

FOTO REPORTAGEM



3.2.4. PROTEÇÃO CIVIL, AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

A Proteção Civil, o Ambiente, a Conservação da Natureza e o Ordenamento do Território assumem um papel central na atuação das autarquias locais, uma vez que são determinantes na gestão da relação entre as pessoas e o espaço que habitam, bem como na salvaguarda e apoio às populações em situações de risco. Neste contexto, tem-se procurado investir na reflexão e na construção de um modelo de sociedade mais participativo, consciente, informado e estruturado, quer através da implementação de políticas de desenvolvimento económico e social com expressão territorial, quer pela promoção da proteção ambiental, desenvolvendo medidas que a reforcem e sensibilizando os cidadãos para a sua relevância.

Ao nível municipal, a Proteção Civil ganha particular destaque por assegurar a segurança e o bem-estar das populações, prevenindo e respondendo de forma eficaz a situações de emergência e catástrofe. Paralelamente, contribui para a redução de riscos coletivos e para a criação de comunidades mais seguras, preparadas e resilientes.

Ao longo do ano 2025, gostaríamos de destacar algumas das iniciativas desenvolvidas nas áreas supramencionadas:

CAMPANHA DE ESTERILIZAÇÃO ANIMAIS DE COMPANHIA – O Município de Vila Velha de Ródão promoveu mais uma campanha de esterilização de animais de companhia, uma iniciativa que abrangeu um total de 28 cães e gatos e representou um investimento de aproximadamente 3 mil euros. Esta medida vai ao encontro das recomendações da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, que privilegia a esterilização como forma de controlo da população de animais errantes, assumindo uma relevância crescente, quer ao nível do bem-estar animal, quer na prevenção da sobrelotação dos centros de recolha oficial municipais.

A iniciativa, que decorreu entre maio e julho, garantiu um apoio financeiro do Município no valor de 120 € por cada animal esterilizado, incluindo a identificação eletrónica, e teve como destinatários os animais de companhia cujos proprietários têm residência no concelho de Vila Velha de Ródão.

Paralelamente, e com vista a um maior controlo da sobrepopulação animal no concelho, o Município de Vila Velha de Ródão encontra-se a promover uma campanha de esterilização de animais errantes.

A iniciativa, que tem vindo a decorrer desde 2023, já assegurou a recolha de 97 animais errantes para esterilização. Segue as recomendações da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, e tem sido aplicada em colónias de animais errantes no concelho, através do método CED – Capturar, Esterilizar e Devolver.

Como o nome indica, o método CED constitui uma abordagem humana e eficaz de controlo de colónias de gatos e de redução das populações felinas silvestres, assegurando a proteção da saúde pública. O processo envolve a captura dos gatos de uma colónia, a sua esterilização, a realização de um pequeno corte na orelha esquerda para fins de identificação e, por fim, a devolução dos animais ao seu território de origem.

PROTEÇÃO CIVIL

A atividade de Proteção Civil a nível municipal reveste-se de uma importância crucial, assumindo um papel determinante na salvaguarda da vida humana, dos bens e do património. É ao nível local que se concretizam, de forma mais próxima e eficaz, as ações de prevenção, preparação, resposta e recuperação face a situações de emergência e catástrofe.

Neste contexto, a Proteção Civil municipal não só garante a proteção e o socorro das populações, como assegura a continuidade e o normal funcionamento dos serviços essenciais e das infraestruturas críticas. A sua atuação contribui decisivamente para a redução de riscos, para o reforço da segurança coletiva e para a construção de comunidades mais resilientes, capazes de enfrentar adversidades com maior preparação e eficácia.

São competências da atividade de proteção civil municipal:

- Levantamento, previsão, avaliação, e prevenção dos riscos coletivos do Município;
- Análise permanente das vulnerabilidades municipais perante situações de risco;
- Informação e formação das populações do Município, visando a sua sensibilização em matéria de autoproteção e de colaboração com as autoridades;
- Planeamento de soluções de emergência, visando a busca, o salvamento, a prestação de socorro e de assistência, bem como a evacuação, alojamento e abastecimento das populações presentes no Município;
- Inventariação dos recursos e meios disponíveis e dos mais facilmente mobilizáveis, ao nível municipal;
- Estudo e divulgação de formas adequadas de proteção dos edifícios em geral, de monumentos e de outros bens culturais, de infraestruturas, do património arquivístico, de instalações de serviços essenciais, bem como do ambiente e dos recursos naturais existentes na área do Município;
- Previsão e planeamento de ações atinentes à eventualidade de isolamento de áreas afetadas por riscos no território municipal.

Foram ainda asseguradas as ações inerentes ao apoio municipal às atividades abaixo descritas:

- Elaboração do Plano Operacional Municipal/2025 e respetiva aprovação em reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, realizada a 09/04/2025;
- Execução de ações de fiscalização relativas à aplicação do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, de acordo com a redação em vigor (Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios);
- Elaboração de pedidos de autorização de poda e abate de quercíneas, na plataforma Rubus (ICNF), no âmbito de ações de proteção civil e gestão de combustíveis;
- Acompanhamento dos trabalhos de manutenção de faixas de gestão de combustível da Rede Viária Florestal Municipal/2025;

- Intervenção em ações de proteção civil para resolução de ocorrências decorrentes de condições climatéricas adversas;
- Emissão de pareceres para projetos de (re)arborização ao abrigo do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, de acordo com a atual redação;
- Organização e participação na reunião descentralizada do CCOS da Beira Baixa em Vila Velha de Ródão, realizada a 08/01/2025.
- Elaboração da proposta de Regulamento da Atividade de Proteção Civil Municipal de Vila Velha de Ródão;
- Emissão de pareceres para planos de gestão florestal ao abrigo do Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, de acordo com a atual redação;
- Gestão da Plataforma de registo e autorização de queimas e queimadas, a nível municipal;
- Gestão da Plataforma SOS Vespa e remoção de ninhos de Vespa Velutina detetados no concelho;
- Elaboração do Plano de Coordenação de Eventos Municipais: Feira dos Sabores do Tejo 2025, Encontro de Gerações 2025, Concerto Solidário e Campeonato do Mundo de Motonáutica (F2);
- Marcação dos perímetros dos incêndios ocorridos em Vila Velha de Ródão, em 06/08/2025, e Perdigão, em 15/08/2025, e elaboração da respetiva cartografia;
- Foram, ainda, asseguradas todas as ações inerentes ao apoio municipal às atividades associadas ao combate aos fogos florestais, estipuladas no Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, ao longo do ano de 2025.

AMBIENTE

RECOLHA SELETIVA PARA RECICLAGEM – Segundo os dados da recolha seletiva, referentes ao concelho de Vila Velha de Ródão, no ano 2025, foram reciclados em média 74,65 kg de resíduos por habitante, entre a totalidade dos resíduos encaminhados para a recolha seletiva (Papel/Cartão; Plástico/Metal; Vidro; Biorresíduos; Pilhas; Óleos Alimentares Usados; REEE's; Têxteis).

Olhando para as principais fileiras de recolha seletiva de resíduos, cada Rodense reciclou em média 16,30 kg/hab.ano de vidro, 25,46 kg/hab.ano de papel e cartão e 11,11 kg/hab.ano de embalagens de plástico/metal.

Os quantitativos recolhidos, em 2025, nos ecopontos totalizaram as 173,68 toneladas, das quais 83,62 toneladas corresponderam a papel/cartão; 36,50 toneladas a embalagens plásticas ou metálicas e 53,56 toneladas a vidro.

Quanto aos resíduos sólidos urbanos indiferenciados, ao longo do ano de 2025, foram produzidas no concelho de Vila Velha de Ródão 1.414,06 toneladas, correspondendo a 430 kg/hab.ano.

No que concerne aos resíduos volumosos, vulgarmente conhecidos por monos, foram recolhidas 79,74 toneladas, correspondendo a 24 kg/hab.ano.

Relativamente a Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE) foram produzidas 9,00 toneladas.

Globalmente, no ano 2025 foram produzidas 1.730,66 toneladas de resíduos no concelho de Vila Velha de Ródão, traduzindo-se em 526,84 kg/hab.ano.

RECOLHA DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS – Os óleos alimentares usados apresentam um nível elevado de contaminação dos recursos hídricos, pelo que é fundamental a separação e encaminhamento deste resíduo. Atento a esta preocupação, o Município disponibiliza na sua rede Municipal de recolha de óleos usados 14 pontos de recolha, que visam o aproveitamento deste resíduo para o desenvolvimento de biodiesel (1.000 litros de óleo usado permitem produzir entre 920 a 980 litros de biodiesel) e ainda em sabão, velas, óleo, verniz, tintas, entre outros.

A rede municipal de recolha de Óleos Alimentares Usados (OAU) resultou de um protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão e a empresa Hardlevel.

Durante o ano 2025, foram recolhidas 692 toneladas de OAU, correspondendo a 0,21 kg/hab.ano.

RECOLHA DE RESÍDUOS TÊXTEIS – Foi dado continuidade ao projeto designado por Resíduos Têxteis - Separar e Valorizar numa Economia Circular, com o objetivo de recolher este tipo de resíduos – peças de vestuário aptas ou não para reutilização, calçado, têxteis-lar e brinquedos –, de forma a entregá-los a uma entidade licenciada, que avalia o seu potencial para reutilização ou reciclagem. Os pontos de recolha deste tipo de resíduos encontram-se a funcionar nas Juntas de Freguesia e no Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão, bem como foram colocados 7 equipamentos de rua para facilitar ainda mais a deposição deste material. De referir que, durante o ano 2025, foram recolhidas 9,048 toneladas, correspondendo a 2,75 kg/hab/ano.

Conscientes da importância que a recolha seletiva representa, para o futuro sustentável do planeta e porque sabemos que os recursos naturais não são inesgotáveis, iremos continuar a envidar todos os esforços no sentido de melhorar estes indicadores.

RECOLHA DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO – No ano 2025, o Município disponibilizou aos municípios quatro pontos de receção (Estaleiro Municipal de Vila Velha de Ródão, Junta de Freguesia de Fratel, Junta de Freguesia de Perais e Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão) para os resíduos de construção e demolição (RCD). Este serviço é dirigido, tal como, o Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro define, a RCD resultantes de pequenas reparações e obras de bricolage em habitações pelo próprio proprietário ou arrendatário. No ano 2025, foram entregues 8,36 toneladas de RCD's a operador licenciado para o efeito, correspondendo a 2,54 kg/hab/ano.

CONTROLO ATIVO DE PERDAS DE ÁGUA – Em 2025, foi iniciado um projeto de telemetria com a instalação inicial de 145 contadores inteligentes, com ligação à rede LoraWan, que irão ser testados a partir do ano de 2026.

RECOLHA BIO – Em 2025, foi dada continuidade ao Projeto de Recolha Seletiva de Biorresíduos, uma iniciativa promovida pelo Município de Vila Velha de Ródão, no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB), com o objetivo de reduzir a deposição de resíduos em aterro, através da distribuição de mais contentores de proximidade no concelho.

O Projeto de Recolha Seletiva de Biorresíduos no ano de 2025, no concelho de Vila Velha de Ródão, resultou da apresentação de uma candidatura ao Fundo Ambiental, através da CIMBB, correspondendo a um investimento de 983,39 € euros por parte da autarquia, com uma participação financeira da totalidade do valor.

No que concerne aos resultados da implementação do RecolhaBio, referente ao ano 2025, foram produzidas no concelho de Vila Velha de Ródão 75,74 toneladas, correspondendo cerca de a 23,06 kg/hab.ano.

AMBIENTE - ÁGUAS, SANEAMENTO E RESÍDUOS

- Regularização da taxa do Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos e submissão do Mapa Integrado de Registos de Resíduos (MIRR) na Plataforma SILIAMB - Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente;
- Submissão dos resultados laboratoriais mensais (águas residuais) na plataforma SILIAMB;
- Monitorização laboratorial de águas residuais e das piscinas municipais;
- Implementação do Programa de Controlo de Qualidade da Água (qualidade da água para consumo humano);
- Implementação do Programa de Controlo de Operacional (qualidade da água para consumo humano);
- Submissão dos dados de monitorização do controlo operacional no portal ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos);
- Submissão dos dados de monitorização do programa de controlo de qualidade da água no portal ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos);
- Submissão dos dados relativos à Qualidade do Serviço 2024 no portal ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos);
- Submissão dos dados relativos à Formação de Tarifários no portal ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos);
- Submissão dos dados relativos ao Tarifário ao Utilizador Final no portal ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos);
- Implementação do projeto de Telegestão – implementação de zonas de medição e controlo;
- Plano de Ação para a Aplicação do Plano Estratégico para os Resíduos (PAPER SU) – encontra-se em fase de avaliação pela APA;

HORA DO PLANETA – No dia 22 de março, o Município de Vila Velha de Ródão voltou a associar-se à iniciativa global Hora do Planeta, promovida pela ANP/WWF, procedendo ao desligamento da iluminação pública do concelho entre as 20h30 e as 21h30, num gesto simbólico que reforça o compromisso da autarquia com a sustentabilidade ambiental.

Tal como na edição de 2024, em que o Município foi pioneiro ao suspender totalmente a iluminação pública durante uma hora, esta ação procurou aumentar a visibilidade da causa e sensibilizar a população para os desafios ambientais que afetam o futuro coletivo. A iniciativa contou novamente com a participação do Agrupamento de Escolas e das principais empresas do concelho — Biotek, The Navigator Company, Paper Prime e Roclayer — que reduziram a iluminação exterior ao mínimo

indispensável, assegurando as condições de segurança e demonstrando o seu compromisso com a responsabilidade ambiental e a redução da pegada ecológica.

Durante este período, foram igualmente desligadas as luzes de diversos edifícios e espaços emblemáticos do concelho, incluindo os Paços do Concelho, as pontes sobre o rio Tejo e do Enxarrique, o Parque Ambiental do rio Tejo, o Lagar de Varas do Cabeço das Pesqueiras, a Loja de Cidadão e o Largo do Mártir. A Infraestruturas de Portugal associou-se também à iniciativa, com o desligamento da iluminação na Estação Ferroviária de Ródão, reforçando o carácter coletivo desta ação.

3.2.5. DESPORTO E TEMPOS LIVRES

O desporto assume um papel essencial na promoção da qualidade de vida e do bem-estar das populações, contribuindo para benefícios físicos, mentais e sociais. A prática regular de atividade física favorece a saúde, combate o sedentarismo e potencia o desenvolvimento de competências como o trabalho em equipa, a disciplina e a liderança, promovendo simultaneamente o desenvolvimento pessoal e social.

No concelho, a atividade desportiva é encarada de forma integrada, abrangendo tanto as iniciativas promovidas pelo Município como as dinamizadas por coletividades locais, regionais e nacionais. Estas ações têm vindo a ser apoiadas pelo Município, quer através de financiamento, quer mediante apoio logístico, reconhecendo a sua importância para a comunidade.

Destacamos algumas das atividades que foram desenvolvidas durante o ano 2025, na área do concelho ao nível do Desporto e Tempos Livres:

CAMPEONATO DO MUNDO DE F2 DE MOTONÁUTICA – Entre 19 e 21 de setembro, Vila Velha de Ródão



acolheu a final do Campeonato do Mundo de Motonáutica F2 2025, integrada na quinta etapa da competição internacional. O evento reuniu cerca de vinte pilotos de várias nacionalidades, incluindo o português Duarte Benavente, e voltou a atrair numeroso público às margens do rio Tejo, contribuindo de forma significativa para a dinamização do turismo e da economia local, refletindo-se no aumento da ocupação do alojamento e da restauração.



A prova foi marcada por elevada competitividade, com vários pilotos na disputa pelo título. A vitória no Grande Prémio foi alcançada pela sueca Mathilda Wiberg, que se tornou a primeira mulher campeã do mundo de F2, num pódio completado por Edgaras Riabko, em segundo lugar, e por Duarte Benavente, em terceiro. Este desfecho reforçou o destaque mediático do evento e a sua relevância no panorama internacional da modalidade.

Importa ainda salientar a capacidade organizativa e as condições de excelência que Vila Velha de Ródão apresenta, tendo acolhido esta importante prova internacional durante quatro anos consecutivos. Este percurso resulta do trabalho conjunto do Município e da Federação Portuguesa de Motonáutica, bem como da estratégia de valorização do rio Tejo enquanto espaço privilegiado para a prática de desportos náuticos, consolidando o concelho como destino de referência.



CAMPEONATO NACIONAL DE AQUABIKE – No fim de semana de 27 e 28 de setembro, o cais fluvial de Vila Velha de Ródão acolheu a final do Campeonato Nacional de Aquabike (Jet Ski e Motas de Água), uma competição organizada pela Federação Portuguesa de Motonáutica, com o apoio do Município de Vila Velha de Ródão, que trouxe ao concelho os principais pilotos nacionais desta modalidade.

Ao longo dos dois dias de provas, os pilotos inscritos nas diferentes classes das categorias de Circuito e Enduro disputaram três mangas, tendo a cerimónia de entrega dos prémios ocorrido na tarde de domingo.

A realização desta competição veio, mais uma vez, comprovar o potencial do espelho de água do Tejo para a realização de desportos náuticos e, em particular, para assegurar as melhores condições para a prática da motonáutica, tendo contribuído igualmente para a dinamização da economia local.

AEC'S⁷ ATIVIDADE FÍSICA E DESPORTIVA E PROJETO PÉ-NO-AR – No âmbito das atividades extracurriculares, asseguradas pelo Município, no decurso de 2025, foram dinamizadas aulas de expressão físico-motora, junto dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, realizadas duas vezes/semana e junto dos alunos do Pré-Escolar, com frequência de duas vezes/semana. As atividades desenvolvidas procuraram criar e desenvolver estímulos, através da prática desportiva, permitindo-lhes a aquisição de uma variedade de experiências motoras, que visam contribuir para um desenvolvimento mais saudável.

ESCOLA DE CANOAGEM – Por forma a garantir o funcionamento do Centro de Formação Desportiva, o Município cede embarcações, adequadas à iniciação e aperfeiçoamento da prática da Canoagem, e disponibiliza apoio técnico em atividades e competições da modalidade, garantindo dessa forma a participação nas atividades implementadas pelo Centro de Formação Desportiva. É ainda disponibilizado apoio ao nível do transporte de embarcações para competições/atividades pontuais, ao nível do Desporto Escolar.

O apoio dado pelo Município de Vila Velha de Ródão à canoagem, visa precisamente a promoção desta modalidade desportiva, através do aproveitamento das excelentes condições do rio Tejo apresenta para a prática de desportos náuticos em geral, em resultado de uma aposta clara da autarquia no turismo de natureza e nas atividades recreativas.

⁷ Atividades Extra Curriculares

ZONA DE LAZER DA FOZ DO COBRÃO, PISCINAS MUNICIPAIS DE VILA VELHA DE RÓDÃO E FRATEL –

Durante a época balnear de 2025, as Piscinas Municipais de Vila Velha de Ródão e do Fratel receberam mais de 28 mil visitantes, confirmando o seu papel como infraestruturas fundamentais para o lazer e bem-estar da população.

Com uma forte adesão de residentes, turistas e grupos organizados, nomeadamente ATL's e escuteiros, estes equipamentos evidenciam a sua relevância na dinamização social e económica local, sendo também um importante complemento à oferta turística, incluindo a ligação ao setor hoteleiro.

A par destas valências, a Zona de Lazer da Foz do Cobrão registou igualmente elevada procura, reforçando a importância destes espaços municipais, que se destacam pela qualidade, segurança e integração na natureza, contribuindo para a valorização e afirmação do território.

Dotados de excelentes condições de segurança, higiene e enquadramento paisagístico, estes equipamentos municipais assumem-se, assim, como pilares fundamentais na promoção da qualidade de vida, no incentivo à permanência e visita ao concelho e no reforço da sua identidade enquanto destino turístico de referência.

GINÁSIO MUNICIPAL – O Ginásio Municipal de Vila Velha de Ródão assume-se como um equipamento desportivo de referência, quer pela qualidade das suas instalações, quer pelo privilegiado enquadramento paisagístico, com vista para o Monumento Natural das Portas de Ródão. Este espaço moderno e funcional tem vindo a afirmar-se como um importante polo de atração para a prática desportiva, servindo não só os munícipes, mas também utilizadores de concelhos vizinhos.

Ao longo de 2025, o ginásio registou uma elevada afluência, tendo-se uma média mensal de 820 entradas, e um total de 416 utilizadores ativos, evidenciando o seu papel relevante na promoção de estilos de vida saudáveis. Para além do acesso a equipamentos de cardiofitness, musculação e treino funcional, foram disponibilizados serviços como avaliações físicas, planos de treino personalizados e diversas aulas de grupo, sempre acompanhadas por profissionais qualificados.

A oferta diversificada, que incluiu modalidades como Pilates, Stretching, Zumba, CrossFit, HIIT, Treino Funcional, Cycling e Pump, Tabata, contribuiu significativamente para a adesão dos utilizadores. Para além dos benefícios físicos, como o reforço muscular, melhoria da flexibilidade e controlo de peso, destaca-se igualmente o impacto positivo na saúde mental e no bem-estar geral, promovendo simultaneamente a interação social e a coesão da comunidade.

Para além do normal funcionamento do ginásio municipal foram ainda dinamizadas naquele espaço atividades de natureza desportiva de âmbito diversificado, das quais se destacam:

- **III Open Day** – No dia 7 de junho, o Ginásio Municipal de Vila Velha de Ródão realizou o seu **III Open Day**, um evento gratuito e aberto a toda a população, o qual registou uma elevada adesão e procurou promover e dar a conhecer aquele equipamento municipal e ao mesmo tempo divulgar a oferta desportiva disponível durante próximos meses.

A data ficou marcada pela oferta de uma manhã desportiva, gratuita e aberta à população, composta por um conjunto muito diversificado de aulas, nas quais se incluíram modalidades como Pilates, Zumba, Tabata, Multi Step, Defesa Pessoal e Saúde e Movimento.

Com a realização desta iniciativa, pretendeu-se divulgar as condições de elevada qualidade e a diversidade de aulas disponibilizadas pelo Ginásio Municipal, bem como incentivar a população à prática regular de atividade física, reconhecida pela sua importância na promoção do bem-estar físico e mental e na prevenção de diversas doenças.

No ano 2025, às iniciativas já descritas juntaram-se outras, cuja organização apoiamos e das quais gostaríamos de destacar:

- **APOIO AO DESPORTO AUTOMÓVEL** – O Município de Vila Velha de Ródão apoiou a participação do piloto rodense Pedro Silva no Campeonato de Portugal de Ralis e no Portugal Rally Series (2RM), através de um contrato de patrocínio desportivo, com o objetivo de promover o território “Terras de Oiro” e valorizar o concelho a nível nacional, contribuindo simultaneamente para a dinamização desportiva, cultural e turística.

A apresentação oficial da época realizou-se na Casa de Artes e Cultura do Tejo, onde foram apresentados a equipa, o projeto e o veículo de competição (Peugeot 208 Rally4), assinalando o arranque da nova temporada com a presença de parceiros e público. Durante o evento, destacou-se ainda a entrega do Prémio OLEA 2024 ao autarca em exercício, como reconhecimento pelo apoio prestado ao desporto automóvel.

A iniciativa marcou igualmente os 10 anos de carreira do piloto, reforçando o papel do Município no apoio a projetos desportivos que promovem o território e incentivam o desenvolvimento do desporto local e a afirmação de atletas do concelho.

- **RALI DE CASTELO BRANCO E VILA VELHA DE RÓDÃO** – Nos dias 13 e 14 de junho, o concelho de Vila Velha de Ródão recebeu mais uma edição do Rali de Castelo Branco e Vila Velha de Ródão,



prova integrada no Campeonato de Portugal de Ralis 2025 e organizada pela Escuderia de Castelo Branco, com o apoio do Município no âmbito de um contrato de patrocínio desportivo.

A competição contou com a presença de milhares de espectadores e integrou um percurso total de 433,85 quilómetros, incluindo 12 provas especiais de classificação, duas delas realizadas no concelho. O piloto rodanense Pedro Silva participou na prova, alcançando o 15.º lugar da geral e o terceiro nas duas rodas motrizes.

O vencedor desta edição foi o piloto espanhol Dani Sordo, após uma penalização aplicada a Kris Meeke, que inicialmente havia celebrado a vitória, mas terminou em segundo lugar.

- **TAÇA DE PORTUGAL DE ESPERANÇAS** – O Município de Vila Velha de Ródão, através do Setor de



Desporto e Tempos Livres e do Gabinete de Informação e Relações Públicas, apoiou a realização e divulgação da 1.ª etapa da Taça de Portugal de Esperanças, organizada pela Federação Portuguesa de Ciclismo, que decorreu no dia 1 de março e atravessou várias localidades do concelho. A prova destaca-se pelo seu carácter formativo e competitivo, com um percurso exigente que percorreu diversas freguesias, dando

a conhecer as paisagens da região, destinada a atletas sub23 e juniores.

3.2.6 AÇÃO SOCIAL, HABITAÇÃO E ASSOCIATIVISMO

A ação social municipal desempenha um papel crucial na melhoria da qualidade de vida das populações, sendo um instrumento essencial para enfrentar os desafios específicos que cada comunidade enfrenta. Através de suas iniciativas, busca-se reduzir as assimetrias sociais e garantir o acesso a direitos fundamentais e serviços essenciais, especialmente para as camadas mais vulneráveis da sociedade. Essa atuação não só promove a coesão social, mas também contribui para um equilíbrio social e territorial.

Quando falamos em coesão social no âmbito municipal, referimo-nos à construção de uma sociedade mais justa, democrática, sustentável e inclusiva, onde ninguém é deixado para trás. Em 2024, diversas ações foram implementadas para responder de forma imediata às solicitações de auxílio recebidas pelo Município, com o intuito de promover o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da população. O Gabinete de Ação Social de Vila Velha de Ródão avaliou, caso a caso, os apoios sociais concedidos a famílias em situação de vulnerabilidade, assegurando que as necessidades mais prementes fossem atendidas.

A questão da habitação tem sido uma prioridade contínua, uma vez que o acesso à moradia é um direito social fundamental e um pilar essencial para a qualidade de vida. Reconhecendo esse desafio, o Município tem se empenhado em:

- **Promover políticas de ordenamento do território** que visam facilitar o acesso à habitação, ao mesmo tempo que qualificam os espaços públicos e o ambiente urbano.
- **Garantir o acesso a habitação adequada** para o maior número possível de cidadãos, com a ampliação do parque habitacional público e a oferta de rendas a preços acessíveis.
- **Implementar ações de reabilitação** tanto de edifícios quanto de áreas urbanas, revitalizando espaços e promovendo um ambiente mais saudável e acolhedor.

Essas iniciativas refletem o compromisso do Município com a melhoria da qualidade de vida das suas populações, reafirmando a importância da ação social como motor de transformação e inclusão social.

A nível municipal, é fundamental reconhecer a importância do associativismo no fortalecimento da coesão social e no desenvolvimento local. Este fenómeno promove a participação cívica, fortalece a comunidade, representa os interesses de grupos específicos e impulsiona o desenvolvimento económico, bem como a promoção da cultura e do lazer.

O associativismo assume, assim, um papel crucial na construção de comunidades mais coesas, participativas e resilientes, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento socioeconómico e cultural do concelho. Através das suas diversas iniciativas, fomenta-se um ambiente de colaboração e solidariedade, essencial para o bem-estar coletivo e a inclusão social.

De entre as ações/medidas desenvolvidas ao longo do ano 2025 nas áreas supramencionadas, merecem destaque:

IMI FAMILIAR – Esta medida consubstanciou-se numa diminuição no pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para agregados familiares do concelho, com um, dois, três ou mais dependentes. Tendo para o efeito, o executivo camarário, levado à Assembleia Municipal a aprovação desta medida, beneficiando em 20 euros os agregados familiares com um dependente; em 40 euros as famílias com dois dependentes; e em 70 euros as famílias com três ou mais dependentes. Esta é apenas mais uma das medidas implementadas que visam discriminar positivamente quem escolhe este concelho do interior para fixar a sua residência.

CARTA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – A Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão aprovou por unanimidade, na reunião de 7 de fevereiro de 2025, a Carta Municipal de Habitação (CMH), bem como o respetivo relatório final e a declaração fundamentada de carência habitacional.

Estes instrumentos são essenciais para dar continuidade à política municipal de habitação, responder às necessidades de famílias e jovens que pretendem fixar-se no concelho e garantir o acesso a fundos comunitários, promovendo o acesso à habitação condigna a preços acessíveis e reforçando a coesão da comunidade.

Prevista na Lei de Bases da Habitação, a CMH constitui um instrumento de planeamento municipal em matéria de habitação, articulado com os restantes instrumentos de gestão territorial. Após consulta pública sem registo de contributos, os documentos foram aprovados pelo executivo municipal e submetidos à Assembleia Municipal. A declaração de carência habitacional permite ainda ao município aceder prioritariamente a financiamento público para habitação e reabilitação urbana, bem como reforçar mecanismos de gestão territorial e de promoção de habitação permanente a custos controlados.

APOIO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Através do seu regulamento para Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, o Município contempla um conjunto de medidas de apoio social atribuíveis a indivíduos isolados ou inseridos em agregados familiares pertencentes a estratos sociais desfavorecidos, residentes no concelho de Vila Velha de Ródão.

Estas medidas traduzem-se em apoios de cariz Social, Educacional, de Saúde, Habitação e outros, os quais são avaliados individualmente pelos Serviços de Ação Social do Município.

Dos apoios mais procurados junto do serviço de Ação Social do Município destacam-se: as despesas com a saúde através da aquisição de óculos e medicamentos; ao nível da habitação para a realização de obras de conservação, reparação ou beneficiação de habitação degradada, própria, entre outros apoios como o pagamento das contas básicas com água e energia. Beneficiaram desta medida 6 munícipes.

No ano 2025, no âmbito dos regulamentos municipais de apoio a **Estratos Sociais Desfavorecidos e de Apoio à Fixação de Jovens e Famílias**, foram concedidos apoios em diversas vertentes e que se encontram elencadas na tabela infra:

ÁREAS	De jan.- dez. 2025	VALOR MÁXIMO A SUBSIDIAR
GERAL	Idade: até 65 anos.	
	Casais: Média de idades 65 anos.	
HABITAÇÃO		
Até 35 anos	Compra de habitação.	3.500,00 €
	Compra de terreno e construção.	3.500,00 €
	Aquisição da casa degradada para reconstruir.	4.000,00 €
	Aquisição e recuperação de imóvel em zona classificada nos planos municipais como de recuperação de casas degradadas.	4.500,00 €
Mais de 36 anos	Compra de habitação.	2.500,00 €
	Compra de terreno e construção.	2.500,00 €
	Aquisição da casa degradada para reconstruir.	3.500,00 €
	Aquisição e recuperação de imóvel em zona classificada nos planos municipais como de recuperação de casas degradadas.	4.000,00 €
Especificidades	Atribuídos uma única vez	
	Em caso de divórcio podem voltar a candidatar-se passados 6 anos com direito a 50%, ou, 12 anos c/ direito a 100%, do apoio.	
	Não podem ser vendidos, arrendados ou alienados no prazo de 10 anos.	

ARRENDAMENTO		
Apoio a Famílias Numerosas (+2 filhos)	Duração do apoio - 3 anos.	Valor a definir anualmente.
Arrendamento Jovem	Até aos 35 anos. Em caso de casal, a soma das idades, não pode passar os 70 anos.	
Montante Máximo do Apoio	O apoio nunca será superior a 75% de: T1 - 150,00€; T2 - 250,00€; T3 - 350,00€	

Ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio à Fixação de Jovens e Famílias, 41 famílias beneficiaram de incentivos na área da habitação, num investimento total de cerca de 85.500€. Estas medidas visam apoiar a fixação de população, especialmente jovens e famílias numerosas, e complementam as iniciativas já existentes em Habitação Social e Loteamentos Urbanos Municipais.

BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO – Constituído em 2009, o banco local de voluntariado surgiu com o intuito de promover a prática de voluntariado no nosso concelho. Para o efeito foi constituída uma “bolsa” de voluntários, pessoas interessados e capazes de ajudar os outros na comunidade local onde estes se inserem, através de um comportamento expressivo de cidadania alicerçado em solidariedade e em criatividade, para vencer obstáculos no dia-a-dia. Assim são os voluntários que de forma genuína e desinteressada, integram o Banco Local de Voluntariado deste Município e que, ao longo do ano, participam de forma livre e organizada, dando o seu contributo para o desenvolvimento social, assegurando a organização e abertura da Loja Social ao público durante todo o ano, colaborando em ações de recolha de alimentos, realizadas ao abrigo das campanhas do Banco Alimentar contra a fome e através da participação voluntária na organização do Encontro de Gerações.

LOJA SOCIAL – A Loja Social é uma iniciativa que presta apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, oferecendo produtos essenciais de forma gratuita, incluindo alimentos, vestuário, calçado, cobertores e pequenos eletrodomésticos. Esta resposta social visa combater a pobreza e a exclusão, contando com a colaboração de voluntários, sociedade civil, empresas, instituições e o Município, garantindo assistência digna e acessível a famílias e indivíduos com baixos recursos económicos.

Embora o espaço tenha permanecido temporariamente encerrado, desde novembro de 2024, devido à



mudança de instalações, o apoio continua a ser prestado através do **Serviço de Ação Social do Município**, assegurando a distribuição de bens essenciais a quem mais necessita. A reabertura da Loja Social está prevista para as novas instalações no imóvel da Casa do Povo de Vila Velha de Ródão, cuja transferência de propriedade do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social para a Câmara Municipal ocorreu no dia 24 de março de 2025.

GABINETE DE APOIO À VÍTIMA – Em funcionamento no edifício da Casa Laia, o Gabinete de Apoio à Vítima tem disponibilizado a assistência necessária às pessoas que a este serviço recorrem, disponibilizando apoio às vítimas aos mais diversos níveis (psicológico e jurídico), assumindo-se este

recurso como crucial, a fim de garantir que as vítimas recebem o apoio necessário para lidar com as consequências do abuso/violência a que estiveram sujeitas.

Este espaço encontra-se em funcionamento nas primeiras quartas-feiras de cada mês, todavia, sempre que solicitado o seu apoio pelo Gabinete de Ação Social e demais entidades do concelho, as técnicas deslocam-se ao concelho para avaliação/acompanhamento das situações identificadas.

COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ) – Pautando a sua ação por uma intervenção discreta e objetiva, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) tem dado cumprimento aos objetivos traçados ao nível da promoção dos direitos das crianças e jovens, prevenindo ou pondo termo a situações que possam colocar em risco a segurança, a educação, a saúde ou o desenvolvimento integral destes. Esta comissão desenvolveu o seu trabalho de forma pró-ativa, através da sinalização de casos cujo comportamento é considerado de risco, tendo efetuado o acompanhamento dos mesmos.

A CPCJ é composta por uma equipa multidisciplinar, de atuação local, constituída com o objetivo de promover e proteger os direitos das crianças e jovens, trabalhando em estreita articulação com outras entidades visando a intervenção precoce em situações de risco e/ou perigo para as crianças e jovens. Esta equipa interveio sempre que se verificou essa necessidade com vista a prevenir ou a salvaguardar situações de violência e/ou negligência, ou outras formas de vulnerabilidade.

REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO – Em funcionamento desde janeiro de 2020, ano em que o Município celebrou um protocolo de cooperação com a Associação Dignidade, entidade responsável pelo desenvolvimento, operacionalização e gestão da Rede Solidária do Medicamento. Este programa foi criado com o objetivo de garantir o acesso aos medicamentos prescritos por receita médica, por parte de qualquer cidadão que se encontre numa situação comprovada de carência económica.

No ano 2025, usufruíram deste apoio, em média, 23 munícipes que pelos baixos rendimentos que apresentavam reuniram condições de acesso a este apoio disponibilizado pelo Município.

Com esta medida, a autarquia tem procurado garantir o bem-estar dos munícipes, essencialmente numa altura em que as famílias têm perdido rendimento e deixam de adquirir todos os medicamentos de que necessitam por falta de recursos.

Esta medida foi implementada com o intuito de minimizar as dificuldades sentidas pelos nossos munícipes e ao mesmo tempo garantir o acesso aos cuidados de saúde que estes necessitam.

RADAR SOCIAL – Ao longo de 2025, o projeto Radar Social, promovido pela Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão e financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, afirmou-se como um instrumento estratégico de intervenção social a nível municipal, alinhado com as diretrizes nacionais que visam a identificação precoce de situações de vulnerabilidade, a promoção da inclusão social e o reforço das respostas de proximidade. Com especial enfoque na população idosa, o projeto desenvolveu um conjunto alargado de iniciativas que procuraram capacitar os munícipes, dotando-os de informação e competências essenciais para um envelhecimento mais ativo, seguro e autónomo.

No primeiro semestre, destacaram-se várias ações de sensibilização e esclarecimento, nomeadamente sobre o Estatuto do Cuidador Informal e o Regime de Maior Acompanhado, o bem-estar na terceira

idade, a diabetes e a gestão de finanças pessoais, procurando capacitar a população com informação útil para o seu dia a dia e promover um envelhecimento mais ativo, saudável e informado.

No segundo semestre, o projeto manteve esta aposta, promovendo ações como “Envelhecer em Segurança”, realizadas em Sarnadas de Ródão e em Vila Velha de Ródão, reforçando a importância da prevenção e da adoção de comportamentos seguros. Paralelamente, foram dinamizadas atividades focadas no bem-estar físico e mental, como aulas de yoga junto ao Tejo, e várias iniciativas em parceria com a Biblioteca Municipal José Baptista Martins, incluindo um concerto de taças tibetanas, encontros de trabalhos manuais e sessões de Conversas Meditativas, que proporcionaram momentos de relaxamento, partilha e desenvolvimento pessoal.

Ao longo do ano, o Radar Social promoveu ainda diversas atividades de carácter cultural e comunitário, como um workshop de colagens integrado na exposição “Diálogos com o Papel”, as reuniões mensais do Grupo de Mães e a participação na organização de eventos como o Encontro das Gerações de Ródão e o “outubro Rosa”. No seu conjunto, estas ações evidenciam o papel do projeto na promoção da inclusão, da capacitação e da melhoria da qualidade de vida da população do concelho.

AMIZADE SEM IDADE – A iniciativa itinerante “Amizade sem Idade”, promovida pelo CLDS 5G – Clipe Social de Vila Velha de Ródão, em parceria com os Bombeiros Voluntários de Vila Velha de Ródão, consolidou-se como uma resposta de proximidade junto da população, sobretudo a mais idosa, tendo já realizado cerca de 2.245 atendimentos no concelho desde o início da sua atividade, em novembro de 2024. Integrada numa equipa multidisciplinar, esta iniciativa desenvolveu um trabalho regular de contacto direto com as comunidades, através de visitas semanais realizadas às segundas e terças-feiras de manhã às diferentes localidades do concelho, em articulação com várias entidades locais.

Durante estas visitas, para além de promover momentos de convívio e de suporte emocional que contribuem para o reforço dos laços sociais e para a prevenção do isolamento, o projeto disponibilizou também serviços de rastreio de saúde, como medições de pressão arterial e glicémia, bem como a partilha de informação relevante sobre saúde e bem-estar. Esta intervenção contou com o envolvimento e apoio de diversas entidades parceiras, nomeadamente a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento, as Juntas de Freguesia, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários, a Guarda Nacional Republicana e o Serviço Municipal de Proteção Civil.



Com duração prevista ao longo dos quatro anos do CLDS 5G – Clipe Social, uma iniciativa apoiada pelo FSE+, pelo Portugal 2030 e pela União Europeia, o projeto “Amizade sem Idade” assume-se como uma resposta estruturante na promoção da autonomia, do envelhecimento ativo e da longevidade, reforçando simultaneamente a coesão social e o espírito comunitário no concelho.

BANDEIRA DE MÉRITO SOCIAL – No âmbito das iniciativas de apoio social e educativo desenvolvidas pelo Município, a Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão foi distinguida pela ANGES – Associação



Nacional de Gerontologia Social com a Bandeira de Mérito Social. Esta distinção reconhece a importância das medidas de apoio à fixação de jovens e famílias, implementadas com o objetivo de contrariar a desertificação do concelho, através de ações concretas de incentivo à habitação, oferta de cadernos e kits escolares, transporte e refeições escolares, prolongamento do horário do Jardim de Infância, atividades extracurriculares e atribuição de bolsas de estudo para o Ensino Superior.

Esta distinção veio refletir o trabalho da autarquia na melhoria da qualidade de vida das famílias e na atração de novos residentes, em especial crianças, contribuindo para contrariar a tendência de diminuição populacional que caracteriza muitos concelhos do interior. A entrega do galardão ocorreu no dia 25 de março, em Oliveira do Bairro, numa gala que contou com a presença da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA SEGURANÇA SOCIAL PARA O MUNICÍPIO – No âmbito do processo de descentralização de competências para os municípios no domínio da Ação Social, foram assumidas as competências por parte do Município em 2023, no que concerne ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e Núcleo Local de Inserção (NLI). Entre as várias atividades desenvolvidas, encontram-se a atribuição do Rendimento Social de Inserção e de prestações de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica.

O SAAS e o NLI são formados por equipas técnicas multidisciplinares constituídas por Técnicos Superiores da Câmara Municipal.

No ano de 2025, foram celebrados 15 novos Contratos de Inserção e foram renovados 20. No âmbito dos apoios eventuais urgentes do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social foram ainda apoiadas 3 famílias.

CENTRO DE CONVÍVIO DE SARNADAS DE RÓDÃO – O Centro de Convívio de Sarnadas de Ródão assinalou, no dia 3 de maio, o quarto aniversário, desde a sua entrada em funcionamento, com a realização de um lanche convívio. Esta iniciativa reuniu num salutar convívio utentes, representantes do Município de Vila Velha de Ródão e da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão e entidades responsáveis pela sua criação e dinamização.

Instalado no edifício da antiga escola primária da aldeia, remodelado e adaptado para esse fim, o espaço que surgiu como resposta ao encerramento do Centro de Dia da Santa Casa da Misericórdia, em 2019, encontra-se em funcionamento há cerca de quatro anos. Desde então, tornou-se um importante ponto de encontro para a população da freguesia, sobretudo a mais idosa, proporcionando atividades físicas,

musicais e de estimulação cognitiva, em ações promotoras de bem-estar e de ocupação dos tempos livres.

Os utentes deste espaço foram responsáveis por encher uma vez mais de cor as ruas da freguesia de Sarnadas, através da elaboração de um conjunto de árvores de Natal especiais e constituídas por flores



de tecido, elaboradas por este e colocadas em cada uma sete localidades que integram esta freguesia do concelho de Vila Velha de Ródão, ajudando assim a manter vivo o espírito do Natal.

A cerimónia de instalação da primeira destas árvores de Natal realizou-se no dia 27 de novembro, no exterior do edifício da Junta de Freguesia de Sarnadas de Ródão, iniciativa que contou com a presença de autarcas, do grupo de utentes e funcionários do Centro de Convívio de Sarnadas de Ródão.

A importância deste espaço resulta do apoio que presta aos seus utentes, pelas dinâmicas que cria e pelos momentos salustares de convívio que promove junto da comunidade.

ACADEMIA SÉNIOR DE VILA VELHA DE RÓDÃO – A Academia Sénior, um projeto apoiado pelo Município de Vila Velha de Ródão, em estreita colaboração com o Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento, assinalou, no ano letivo 2024/2025, o seu **11.º ano** de existência, contando com a participação de **186 alunos inscritos**, com idades compreendidas entre os 56 e os 89 anos, um corpo docente formado por **21 professores** e uma oferta educativa diversificada, onde se incluem, por exemplo: Movimento e Saúde; Hidroginástica; Artes Manuais; Bordados; Cidadania; Costura; Culinária; Ervas Aromáticas; Informática; Inglês; Música; Marchas Populares; Psicologia; Pintura; Tecelagem; Teatro; SOS Sénior; Amor com Açúcar; Danças do Mundo.

Para além do Município de Vila Velha de Ródão, o projeto conta ainda com o apoio das quatro Juntas de Freguesia do concelho, que desde o ano letivo 2022/2023, contam com a dinamização de atividades semanais, em todas as freguesias do concelho nas quais foram constituídos polos da Academia Sénior, cujo principal objetivo desta iniciativa passou por alargar a abrangência do projeto, descentralizando-o pelas freguesias, contribuindo dessa forma para facilitar o acesso a um maior número de pessoas.

Ao nível da atividade física e com o apoio do Setor de Desporto e Tempos Livres, foram desenvolvidas ao longo do ano letivo, com frequência semanal, as modalidades de ginástica/mobilidade e de hidroginástica, para as quais o Município disponibiliza recursos humanos e materiais necessários ao funcionamento pleno das mesmas (aquisição de bilhetes de acesso à piscina coberta de Proença-a-Nova, cedência de transporte para a frequência das aulas de hidroginástica e de ginástica, quando realizadas fora da sede do concelho).

A aula **Movimento e Saúde** assume um papel central na atividade da Academia Sénior de Vila Velha de Ródão, contribuindo para a promoção de estilos de vida ativos e mais saudáveis na população sénior e, conseqüentemente, para a melhoria da sua qualidade de vida. Com periodicidade semanal, estas sessões

decorrem no pavilhão gimnodesportivo do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão e são adaptadas às características, limitações e necessidades específicas dos alunos participantes.

A programação das atividades resulta de um trabalho orientado para estas faixas etárias, privilegiando o bem-estar físico, a mobilidade e o convívio. Para além da vertente desportiva, a Academia Sénior tem também representado o concelho em diversos encontros e festivais de Academias Sêniores, destacando-se áreas como a música, o teatro, as marchas populares e o desporto. Importa ainda salientar as parcerias estabelecidas entre o Município e o CLDS 5G de Vila Velha de Ródão, das quais resultaram várias ações orientadas para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida das populações das quais se destacam:

DIA INTERNACIONAL DA MULHER – Nos dias 6 e 7 de março, o Município de Vila Velha de Ródão assinalou o Dia Internacional da Mulher através de uma iniciativa que percorreu as cerca de 40 aldeias do concelho. Promovida pela Câmara Municipal, em parceria com as quatro juntas de freguesia, a Academia Sénior e o CLDS-5G de Vila Velha de Ródão a ação teve como objetivo homenagear e valorizar o papel das mulheres na comunidade.



Ao longo destes dois dias, equipas visitaram 38 localidades das freguesias de Fratel, Perais, Sarnadas de Ródão e Vila Velha de Ródão, distribuindo uma lembrança simbólica às mulheres residentes. Para além da celebração da data, a iniciativa procurou também reforçar os laços comunitários, promover momentos de convívio e contribuir para combater o isolamento em algumas aldeias do concelho.

XVII ENCONTRO DAS GERAÇÕES DE RÓDÃO – No dia 18 de outubro, o Centro Náutico de Vila Velha de Ródão acolheu o XVII Encontro das Gerações de Ródão, iniciativa que reuniu cerca de 850 participantes, entre população sénior, voluntários e crianças e jovens dos cinco aos 12 anos. O evento constituiu um momento de celebração e reconhecimento da população mais idosa do concelho, destacando simultaneamente a importância da solidariedade entre gerações e do trabalho dos voluntários que, anualmente, contribuem para a realização desta iniciativa. O programa incluiu uma



missa campal presidida pelo pároco António Escarameia e coadjuvada pelo Cónego José Dias da Costa, com acompanhamento musical do trio Triad' Libitum.

O encontro prosseguiu com um almoço convívio e animação musical, proporcionada pelo grupo Os Quintarolas e pelo artista José Malhoa, que contribuiu para um ambiente de grande convívio e celebração entre os participantes.

ASSOCIATIVISMO – No dia 10 de fevereiro, o Município de Vila Velha de Ródão promoveu a reunião anual do Associativismo, com o objetivo de abordar temas de interesse para as associações locais, analisar eventuais alterações ao Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo e identificar as principais dificuldades e constrangimentos enfrentados por estas entidades no desenvolvimento da sua atividade. A sessão permitiu igualmente fazer um balanço do trabalho realizado e contribuir para uma melhor articulação e organização dos planos de atividades das associações ao longo do ano.

Esta iniciativa constituiu também uma oportunidade para o Município reiterar o seu compromisso de apoio ao movimento associativo local, tendo ficado marcada pelo anúncio da realização da III edição do Encontro das Associações do Concelho.

O referido encontro realizou-se no dia 1 de junho, em simultâneo com a tradicional Feira das Cerejas e com as comemorações do Dia da Criança, reunindo, no mesmo espaço, associações locais, diferentes gerações e a comunidade em geral. A iniciativa assumiu particular relevância a nível municipal, ao promover momentos de convívio, participação e partilha, através de um conjunto de atividades lúdicas e culturais que contribuíram para a valorização das tradições locais, o reforço dos laços entre os diversos atores da comunidade e a dinamização do movimento associativo do concelho.

Ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, nos últimos anos, o Município tem atribuído anualmente cerca de 67 mil euros em apoios ao desenvolvimento dos Planos de Atividades, Desfile de Carnaval, Festas Tradicionais e das Obras de Escassa Relevância levadas a efeito pelas instituições.

Tendo em conta esse mesmo Regulamento, foi uma vez mais lembrada a importância do planeamento atempado e da entrega dos planos de atividades detalhados, na medida em que os apoios são atribuídos em função das necessidades identificadas. No âmbito desta mesma reunião voltou ainda a ser lembrada a importância da articulação entre os diversos interlocutores e dos eventos que cada um se propõe concretizar.

III ENCONTRO DAS ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO – O III Encontro das Associações de Vila Velha de Ródão realizou-se no dia 1 de junho, integrando um evento mais alargado que reuniu, no mesmo espaço, o Encontro de Associações, a tradicional Feira das Cerejas e as comemorações do Dia Mundial da Criança. A iniciativa desafiou as associações do concelho a participar num conjunto de atividades, com o objetivo de promover o convívio entre os participantes, incentivar a colaboração entre as associações locais e reforçar o convívio intergeracional.

O programa incluiu, durante a manhã, jogos tradicionais, atividades de animação infantil e um passeio temático dedicado ao associativismo e ao património local. Da parte da tarde realizaram-se atuações da turma de Marchas Populares da Academia Sénior, um Encontro de Ranchos Folclóricos e a cerimónia de entrega de prémios aos participantes nas atividades realizadas.

Paralelamente, decorreu ao longo de todo o dia a tradicional Feira das Cerejas, tendo o Município assegurado transporte gratuito entre as freguesias e a sede do concelho, de forma a facilitar a participação da população.

3.2.7. GESTÃO MUNICIPAL, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E TERRITORIAL

A gestão municipal constitui um eixo estruturante do desenvolvimento local, assumindo um papel determinante na definição e execução de políticas públicas de proximidade, ajustadas às necessidades reais da população. Em 2025, a ação do Município de Vila Velha de Ródão continuou orientada para uma governação responsável, transparente e eficiente, assente na boa aplicação dos recursos públicos, na prevenção do desperdício e na promoção de um desenvolvimento equilibrado, justo e sustentável.

Os municípios são responsáveis pela prestação de serviços essenciais em áreas como educação, saúde, habitação, mobilidade, infraestruturas e saneamento, sendo que a qualidade da gestão municipal tem reflexos diretos na qualidade de vida das populações e na competitividade do território. Uma administração eficaz não só assegura respostas adequadas às necessidades quotidianas dos cidadãos, como também cria condições para o crescimento económico, para a coesão social e para a valorização do território.

A participação ativa dos munícipes continua a ser um princípio orientador da ação municipal, reforçando uma democracia local mais participativa e inclusiva. O envolvimento da comunidade permite integrar o conhecimento de proximidade na tomada de decisão, identificar prioridades reais, estimular a apresentação de propostas e soluções inovadoras e melhorar a eficiência dos serviços prestados. Esta dinâmica contribui para uma governação mais transparente, colaborativa e alinhada com os interesses da população.

Falar de gestão municipal implica igualmente destacar a aposta contínua na modernização administrativa. Num contexto cada vez mais digital, a simplificação de procedimentos, a desmaterialização de processos e a disponibilização de serviços online assumem-se como instrumentos fundamentais para garantir maior celeridade, eficiência e transparência. A modernização administrativa tem, assim, um impacto direto na qualidade do serviço público, permitindo respostas mais rápidas e eficazes às expectativas dos cidadãos e das empresas.

Em articulação com a estratégia de desenvolvimento económico e territorial, estas medidas reforçam a atratividade do concelho, criam melhores condições para captar investimento e talento e consolidam um modelo de governação moderno, sustentável e orientado para resultados, capaz de projetar o futuro do território com confiança e ambição.

Das atividades desenvolvidas aos níveis da *Modernização Administrativa*, da *Gestão Municipal*, bem como do *Desenvolvimento Económico e Territorial* destacam-se:

SERVIÇOS ONLINE DO MUNICÍPIO – Os Serviços Online do Município de Vila Velha de Ródão vieram reforçar a modernização administrativa, permitindo aos munícipes aceder e submeter requerimentos e formulários nas áreas do urbanismo, ambiente, saúde pública, proteção civil, entre outras. Esta medida

tem facilitado o relacionamento com a autarquia, promovendo maior celeridade, eficiência e redução de deslocamentos presenciais, com ganhos claros na otimização de recursos.

A implementação destes serviços resultou do projeto Beira Baixa Digital – Beira Baixa Região Digital, desenvolvido no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e financiado pelo programa CENTRO 2020, integrado no Portugal 2020 e cofinanciado pela União Europeia através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

A aposta na desmaterialização e digitalização de procedimentos constitui hoje uma prática consolidada no Município, traduzindo-se numa administração mais eficiente e ágil. Mantém-se, contudo, o atendimento presencial para os munícipes que optem por tratar os seus processos diretamente nos serviços municipais, assegurando uma resposta.

REUNIÕES DE CÂMARA E DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DESCENTRALIZADAS – No compromisso de



reforçar uma governação de proximidade, o Município de Vila Velha de Ródão tem vindo a promover a realização de reuniões descentralizadas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, levando estes órgãos deliberativos às várias freguesias do concelho. Esta estratégia traduz-se numa clara aposta na aproximação do poder local às populações, criando espaços de diálogo direto, transparente e acessível.

Mais do que atos formais, estas sessões assumem-se como verdadeiros momentos de participação cívica, onde os munícipes podem intervir, expor preocupações, apresentar propostas e colocar questões diretamente aos eleitos. Ao sair dos espaços habituais e reunir junto das comunidades, o executivo demonstra abertura, disponibilidade e vontade de ouvir, compreendendo no terreno os anseios, dificuldades e expectativas da população.

O principal propósito destas reuniões descentralizadas é consolidar uma democracia local mais ativa, participativa e inclusiva, capaz de envolver os cidadãos nas decisões que influenciam o seu quotidiano. Integradas numa estratégia contínua implementada desde o primeiro mandato do atual executivo, estas sessões têm-se afirmado como um instrumento essencial de proximidade institucional, reforçando a confiança entre eleitos e eleitores.

A significativa adesão da população a estas iniciativas confirma a sua relevância na vida pública do concelho, evidenciando que quando o poder local se aproxima das pessoas, promove-se uma cidadania mais consciente, interventiva e corresponsável no desenvolvimento do território.

ESPAÇO COWORKING – O antigo Centro de Dia de Sarnadas de Ródão ganhou uma nova vida e uma nova centralidade na freguesia ao ser transformado num Espaço Coworking, afirmando-se hoje como um polo de dinamização profissional, formativa e comunitária. Esta reconversão representa muito mais do que a

adaptação de um edifício: simboliza a capacidade de reinventar equipamentos públicos ao serviço das necessidades atuais da população.

Em pleno funcionamento desde 2023, o espaço oferece todas as condições para o desenvolvimento da atividade laboral em regime de teletrabalho ou trabalho colaborativo, disponibilizando internet de alta velocidade, climatização, mobiliário adequado, áreas de trabalho partilhadas e gabinetes individuais para reuniões ou ações de formação. O modelo adotado promove a partilha de conhecimento, a troca de experiências e a criação de sinergias entre profissionais de diferentes áreas, incentivando uma cultura de colaboração e inovação em contexto rural. O acompanhamento permanente de um colaborador do Município de Vila Velha de Ródão assegura o regular funcionamento e a proximidade aos utilizadores.

A importância deste espaço é ainda reforçada pelo seu papel multifuncional na freguesia de Sarnadas de Ródão. Para além de acolher profissionais e empreendedores, recebe semanalmente aulas da Academia Sénior, promovendo aprendizagem ao longo da vida, convívio intergeracional e combate ao isolamento. Esta utilização complementar transforma o coworking num verdadeiro centro de vida comunitária, onde trabalho, conhecimento e inclusão social coexistem.

Surgido na sequência das transformações do mercado de trabalho no período pós-pandémico, o projeto tem contribuído para atrair novos residentes e atividades económicas para a freguesia, ao mesmo tempo que responde a preocupações ambientais, nomeadamente através da redução de deslocações e da consequente diminuição da pegada carbónica. Desta forma, o espaço coworking afirma-se como um instrumento estratégico de coesão territorial, inovação e sustentabilidade local.

FORMAÇÃO NA ÁREA DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA – No âmbito da valorização contínua dos recursos



humanos e da melhoria da qualidade do serviço público prestado, o Município de Vila Velha de Ródão promoveu, nos meses de abril e maio, duas ações de formação dirigidas a trabalhadores da autarquia e das Juntas de Freguesia.

Estas iniciativas, que contaram com elevada participação (cerca de 50 formandos por sessão), incidiram sobre matérias de contratação pública, com enfoque no Código dos Contratos Públicos e no papel dos gestores

de contrato, áreas fundamentais para assegurar uma gestão rigorosa, transparente e eficiente dos recursos públicos.

A primeira ação teve como objetivo a atualização de conhecimentos e a sensibilização para a correta aplicação do enquadramento legal, com especial atenção à prevenção de erros nos procedimentos pré-contratuais e na execução dos contratos. A segunda ação, mais direcionada para trabalhadores com responsabilidades na gestão contratual, reforçou a importância do planeamento, acompanhamento e controlo da execução dos contratos, bem como do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Dinamizadas por um dos mais conceituados especialistas na área do Direito Administrativo, como é o caso do Dr. Carlos José Batalhão, estas ações representam um investimento estratégico na formação e

no aperfeiçoamento contínuo dos trabalhadores, contribuindo para o reforço das competências técnicas, para a mitigação de riscos na gestão pública e, conseqüentemente, para a prestação de um serviço mais qualificado, eficiente e orientado para o interesse público.

MOBBI – TRANSPORTE PÚBLICO FLEXÍVEL – Os Municípios de Vila Velha de Ródão e Proença-a-Nova, em parceria com a Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, lançam o MOBBI – Transporte Público



Flexível, um projeto piloto que visa responder às necessidades de mobilidade em territórios do interior, marcados pela dispersão populacional e pela escassez de soluções de transporte.

Esta iniciativa de particular relevância nestas regiões, onde a falta de alternativas limita o acesso a serviços, trabalho e oportunidades, reforçando a importância de soluções adaptadas e inclusivas.

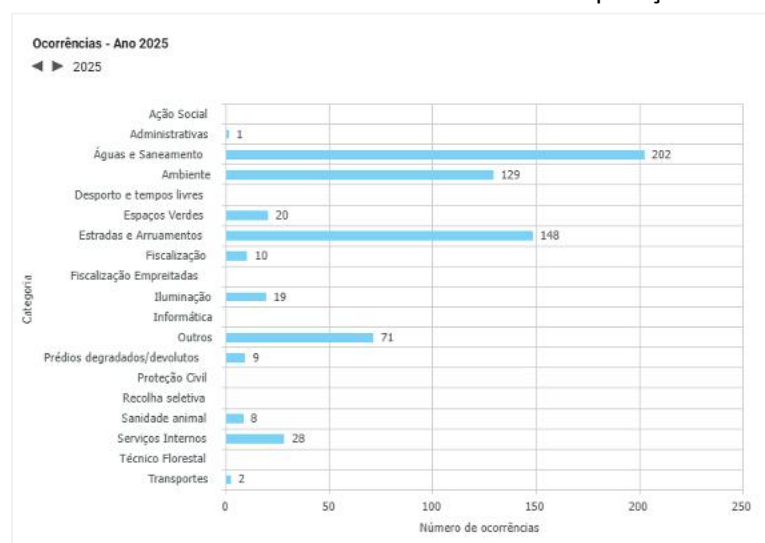
Com início a 22 de março e duração de seis meses, o serviço abrange os concelhos de Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão, sendo assegurado maioritariamente por táxis identificados, com tarifário equivalente ao do transporte público e ajustado à distância percorrida.

O funcionamento baseia-se em reserva prévia obrigatória, permitindo organizar os percursos de acordo com as necessidades dos utilizadores e otimizar os recursos disponíveis.

O MOBBI liga várias localidades ao longo de um eixo estratégico entre Catraia Cimeira e Fratel, garantindo ligação ao serviço Expresso, contribuindo assim para reduzir o isolamento e promover maior coesão territorial.

RÓDÃO PARTICIPA – O Município de Vila Velha de Ródão mantém em funcionamento a aplicação Ródão

Participa, uma plataforma de gestão de participações e reclamações que permite aos munícipes reportar de forma rápida e direta situações que exijam intervenção, desde anomalias em espaços públicos a questões administrativas. Criada o intuito de reforçar a cidadania participativa, esta ferramenta facilita a comunicação entre os cidadãos e os serviços municipais, tornando o processo mais simples, ágil e eficaz.



Em 2025, foram registadas 647 participações, das quais se destacam o setor das águas e saneamento com 202 ocorrências, o que representa 31,22% do total.

PÁGINA OFICIAL DO MUNICÍPIO NO FACEBOOK E INSTAGRAM – A comunicação com os munícipes constitui hoje um pilar essencial da ação autárquica, assumindo as redes sociais um papel central nesse processo. O Município de Vila Velha de Ródão, no âmbito da sua estratégia de comunicação, manteve ativa e dinâmica a sua presença no Facebook e no Instagram, reconhecendo estas plataformas como canais privilegiados de proximidade, transparência e participação cívica.

Através destas ferramentas digitais, o Município reforça a ligação direta aos cidadãos, garantindo uma informação mais acessível, atual e imediata sobre projetos, decisões, iniciativas e serviços. Esta proximidade digital fortalece a democracia local, ao permitir que a comunidade acompanhe, monitorize e avalie a atividade municipal, promovendo uma relação mais aberta, participativa e colaborativa.

Também o Ginásio Municipal, a Biblioteca Municipal e a CACTEJO recorrem regularmente às redes sociais para comunicar com os seus utilizadores, divulgar atividades, valorizar o trabalho desenvolvido e captar novos públicos, ampliando o alcance das suas iniciativas.

A utilização consistente destas plataformas insere-se numa lógica de modernização administrativa e desburocratização, facilitando a partilha de informação e conhecimento. A rapidez e a capacidade de disseminação quase imediata junto de milhares de utilizadores tornam as redes sociais uma ferramenta estratégica incontornável, aproximando a autarquia da comunidade e consolidando uma comunicação organizacional mais eficaz, transparente e participada.

4. ANÁLISE ORÇAMENTAL

4.1. ORÇAMENTO

4.1.1. ANÁLISE SUMÁRIA

Este capítulo tem como finalidade analisar os dados relativos à execução orçamental de 2025, nomeadamente no que se refere ao comportamento e evolução histórica das suas principais rubricas orçamentais. Da análise realizada, são de realçar os seguintes aspetos da execução orçamental:

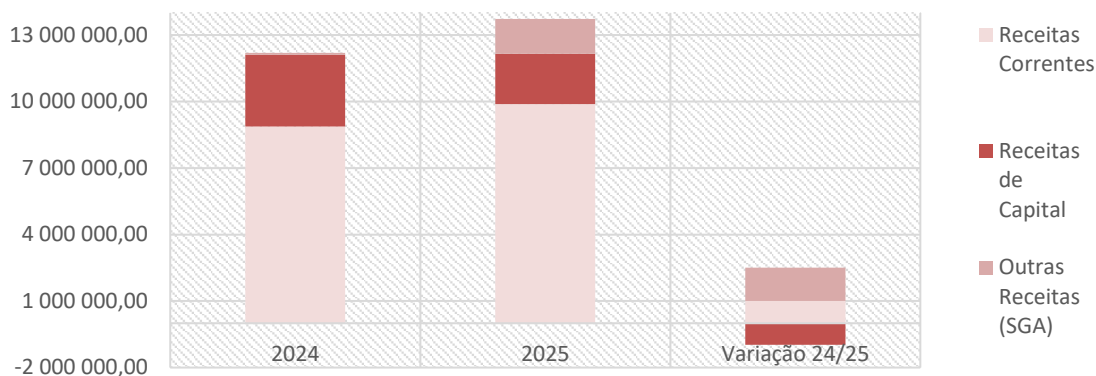
RECEITAS

As receitas totalizaram € **13.730.764,44** tendo atingido as receitas de natureza corrente o valor de € 9.882.239,94 (71,97%), as receitas de capital o valor de € 2.268.450,69 (16,52%) e as outras receitas o valor de € 1.580.073,81 (11,51%), nas quais se incluem as reposições não abatidas nos pagamentos, no valor de € 6.073,81, que apresentam natureza corrente, pelo que, devem ser acrescidas às receitas da respetiva natureza, totalizando assim as *receitas correntes* € **9.888.313,75** (72,02%), as receitas de capital mantêm o valor de € **2.268.450,69** (16,52%) e € **1.574.000,00** (11,46%) respeita a saldo da gerência anterior, tendo o mesmo sido executado na totalidade.

Designação	2024	2025	Variação	
			Valor	%
Receitas Correntes	8 877 933,28	9 888 313,75	1 010 380,47	11,38
Receitas de Capital	3 236 296,87	2 268 450,69	-967 846,18	-29,91
Outras Receitas (SGA)	80 000,00	1 574 000,00	1 494 000,00	1 867,50
Total	12.194.230,15	13 730 764,44	1 536 534,29	12,60

As receitas correntes e de capital arrecadadas em 2025 variaram, em relação ao ano transato, em sentido contrário, tendo as receitas correntes aumentado cerca de um milhão de euros e as receitas de capital descido quase no mesmo valor, resultando um saldo positivo em cerca de 43 mil euros (0,35%). Contudo e considerando na receita total a utilização de saldo de gerência anterior, verificou-se acréscimo significativo da receita total arrecadada, em relação a 2024, em cerca de 1.536 mil euros (12,60%), devido ao baixo valor de saldo de gerência anterior utilizado no ano de 2024, de apenas 80 mil euros, conduzindo ao acréscimo desta receita em relação ao ano transato em cerca de 1.494 mil euros. Assim, as receitas correntes contribuíram para o acréscimo da receita total em cerca de 1.010 mil euros (11,38%) essencialmente por via das transferências da administração central, nomeadamente da afetação à receita corrente de 50% da receita proveniente para os municípios por força do n.º 3 do art.º 35.º da Lei 73/2013, que aumentou em cerca de 427 mil euros e dos impostos diretos, pelo acréscimo registado na receita proveniente da derrama e do Imposto sobre o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, em cerca de 489 mil euros. As receitas de capital sofreram um significativo decréscimo, comparativamente ao ano anterior, em cerca de 968 mil euros (-29,91%) por via da comparticipação comunitária de projetos financiados pelo FEDER e PRR.

Comparação da Receita



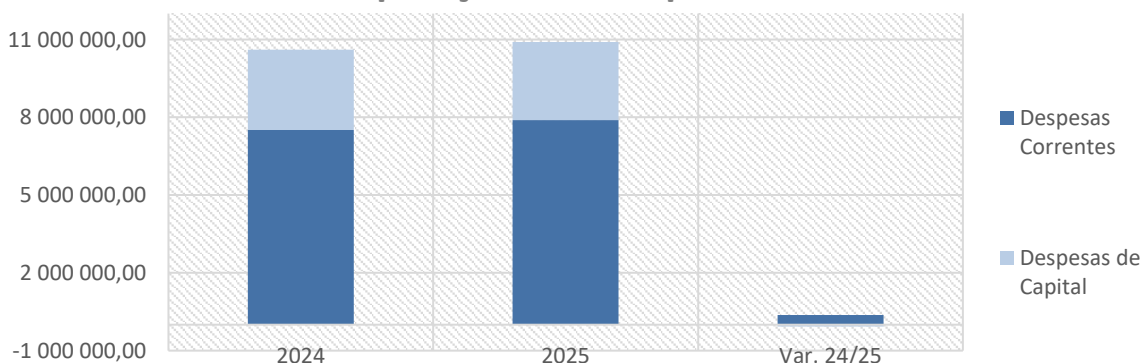
DESPESAS

As despesas totalizaram € **10.907.367,90**, sendo constituídas por despesas de natureza corrente no montante de € **7.890.065,23** (72,34%) e de despesas de capital de € **3.017.302,67**(27,66%).

Designação	2024	2025	Variação	
			Valor	%
Despesas Correntes	7 513 683,97	7 890 065,23	376 381,26	5,01
Despesas de Capital	3 093 056,45	3 017 302,67	-75 753,78	-2,45
Total	10 606 740,42	10 907 367,90	300 627,48	2,83

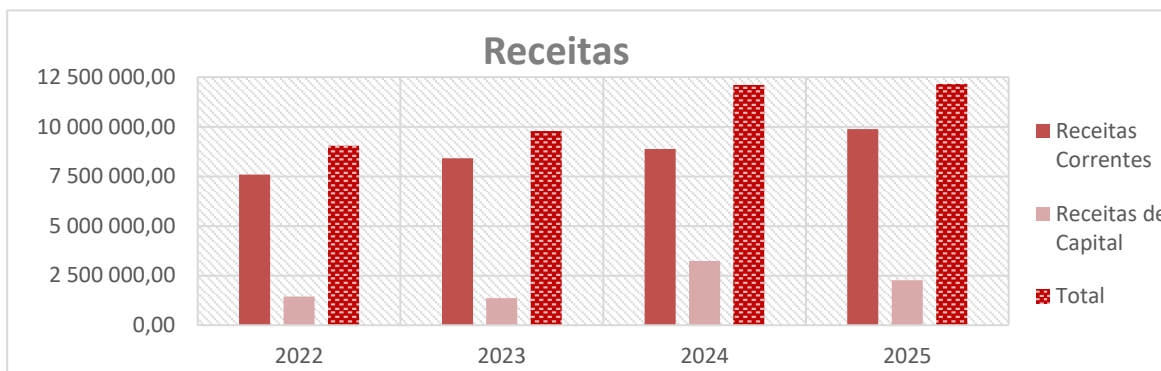
Comparativamente ao ano transato observou-se um acréscimo das despesas em cerca de 301 mil euros (2,83%), alcançado por via do acréscimo registado nas despesas correntes, em cerca de 376 mil euros (5,01%), resultante do aumento das principais rubricas desta natureza da despesa, as despesas com pessoal e a aquisição de bens de capital, em cerca de 332 mil euros, tendo mesmo as despesas com a natureza de capital sofrido uma ligeira redução, de forma generalizada, em cerca de 76 mil euros (-2,45%). As despesas correntes registaram um acréscimo nas suas principais rubricas, as despesas com pessoal, em cerca de 210 mil euros (5,73%) e as aquisições de bens e serviço, em cerca de 122 mil euros (4,60%).

Comparação da Despesa



4.1.2. DADOS HISTÓRICOS

Receitas	2022	2023	2024	2025
Correntes	7 595 480,60	8 410 961,55	8 877 933,28	9 888 313,75
Capital	1 445 384,81	1 368 831,63	3 236 296,87	2 268 450,69
Total	9 040 865,41	9 779 793,18	12 114 230,15	12 156 764,44



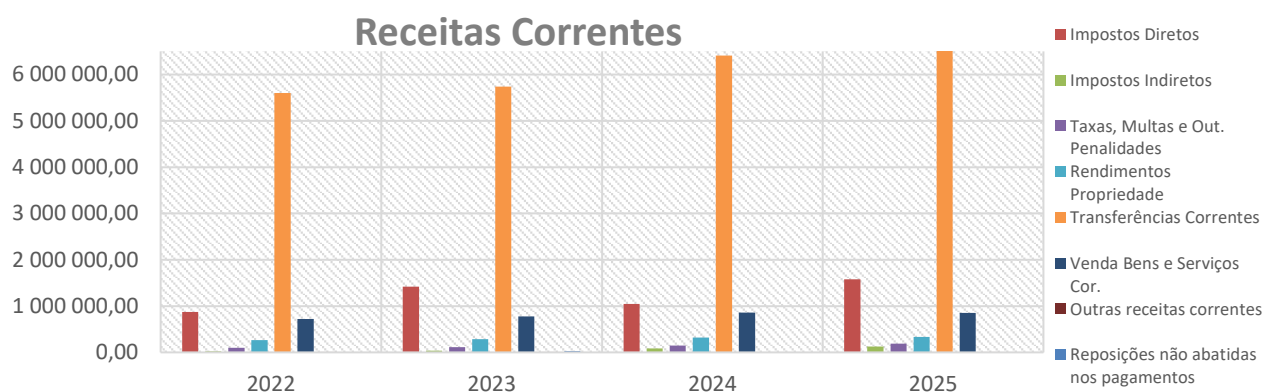
Despesas	2022	2023	2024	2025
Correntes	6 511 372,34	7 324 737,99	7 513 683,97	7 890 065,23
Capital	3 352 162,78	3 761 723,53	3 093 056,45	3 017 302,67
Total	9 863 535,12	11 086 461,52	10 606 740,42	10 907 367,90



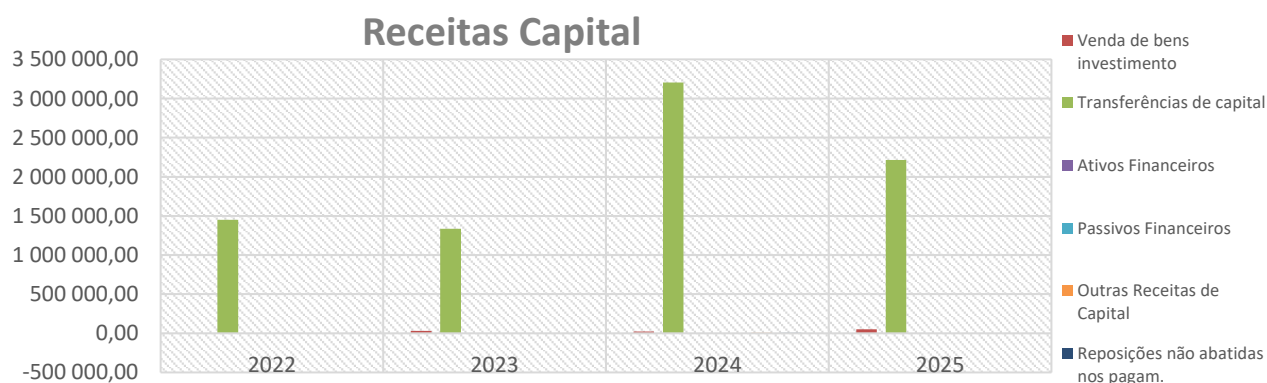
As receitas totais, mantendo a tendência dos últimos anos, registraram um ligeiro acréscimo de 0,35%, exclusivamente por via do aumento das receitas correntes, que sofreram um acréscimo de 11,38%, tendo mesmo as receitas de capital, sofrido um decréscimo de 29,91%.

As despesas totais voltaram à tendência crescente dos últimos anos e sofreram um ligeiro acréscimo, em cerca de 2,83% em relação a 2024, tendo contribuído para esta situação um acréscimo das despesas correntes que, mantendo a tendência dos últimos anos, sofreram um acréscimo de 5,01%, tendo mesmo as despesas de capital sofrido um ligeiro decréscimo de 2,45%.

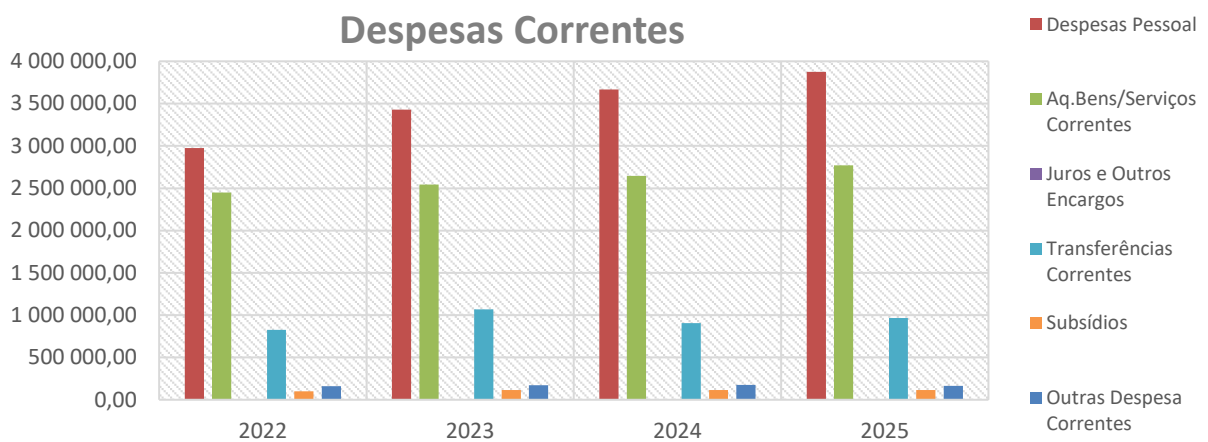
Receitas Correntes	2022	2023	2024	2025
Impostos Diretos	876 532,22	1 422 271,67	1 045 507,47	1 575 153,22
Impostos Indiretos	25 372,44	40 441,88	87 537,88	128 282,28
Taxas, Multas e Outras Penalidades	100 324,00	110 884,21	149 209,71	192 274,96
Rendimentos de Propriedade	265 780,95	285 900,70	322 303,77	333 251,67
Transferências Correntes	5 601 218,75	5 738 202,41	6 410 627,89	6 788 569,64
Venda de Bens e Serviços Correntes	718 512,41	774 121,32	857 394,51	852 670,79
Outras Receitas Correntes	7 353,05	9 531,94	4 554,05	12 037,38
Reposições não abatidas nos pagamentos	386,78	29 607,42	798,00	6 073,81
Total Receitas Correntes	7 595 480,60	8 410 961,55	8 877 933,28	9 888 313,75



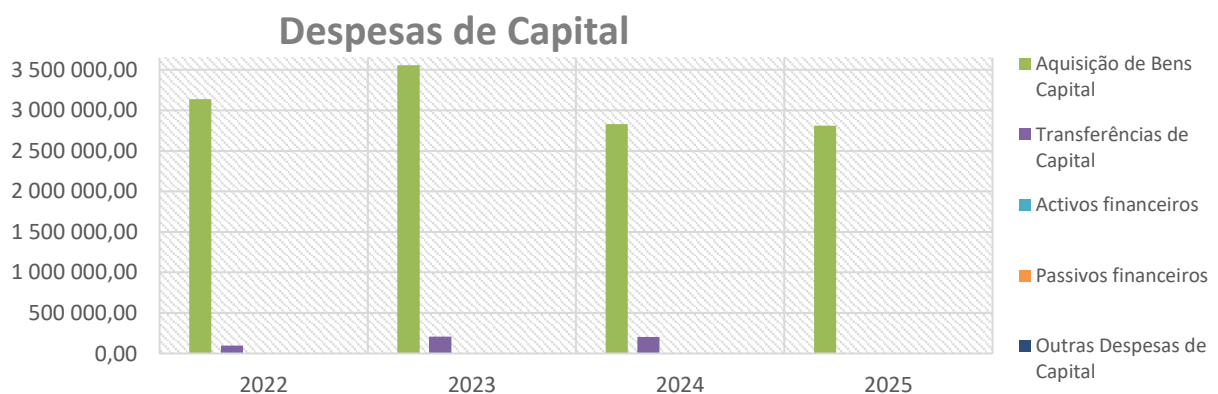
Receitas Capital	2022	2023	2024	2025
Vendas de Bens de Investimento	-3 950,75	31 316,55	22 492,02	49 430,80
Transferências de Capital	1 449 116,93	1 334 114,91	3 203 572,28	2 214 820,89
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Capital	218,63	0,00	5 500,00	4 199,00
Reposições não abatidas pagamentos	0,00	3 400,17	4 732,57	0,00
Total Receitas Capital	1 445 384,81	1 368 831,63	3 236 296,87	2 268 450,69



Despesas Correntes	2022	2023	2024	2025
Despesas com Pessoal	2 975 827,46	3 427 682,55	3 665 530,72	3 875 657,36
Aquisição de Bens e Serviços	2 448 229,54	2 542 126,36	2 647 417,00	2 769 155,49
Juros e Outros Encargos	523,62	1 069,44	979,21	161,55
Transferências Correntes	824 665,80	1 066 413,27	907 475,82	967 001,43
Subsídios	100 000,00	115 000,00	115 000,00	115 000,00
Outras Despesas Correntes	162 125,92	172 446,37	177 281,22	163 089,40
Total Despesas Correntes	6 511 372,34	7 324 737,99	7 513 683,97	7 890 065,23



Despesas Capital	2022	2023	2024	2025
Aquisição de Bens de Capital	3 137 604,15	3 556 850,58	2 831 525,06	2 809 902,72
Transferências de Capital	207 055,46	204 872,95	261 531,39	207 399,95
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	7 503,17	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	3 352 162,78	3 761 723,53	3 093 056,45	3 017 302,67



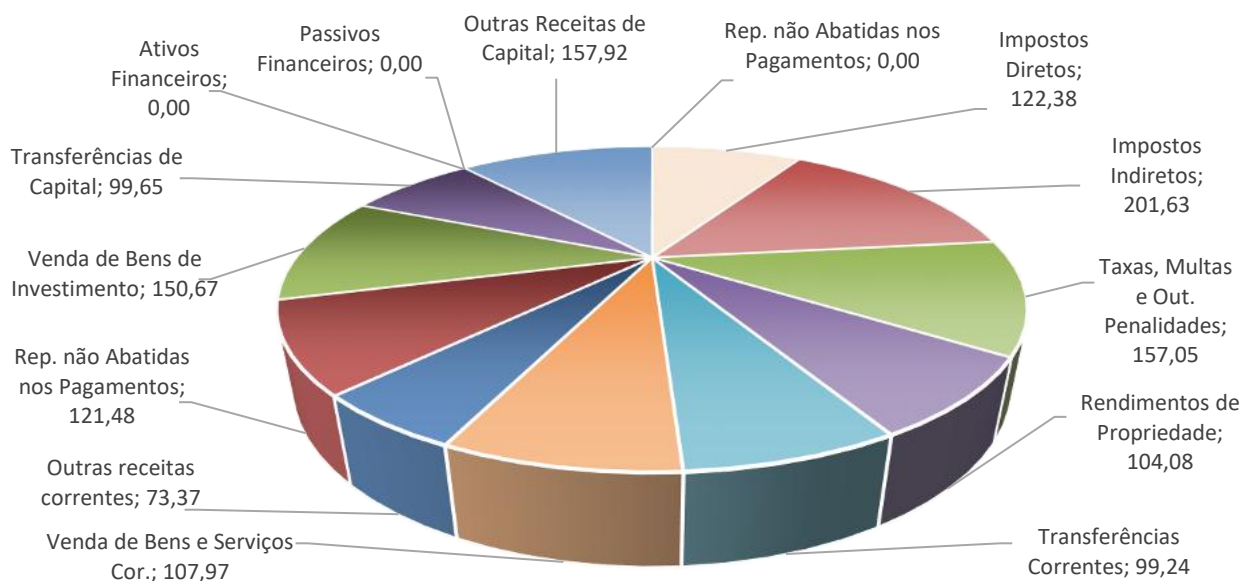
4.1.3. RECEITA

4.1.3.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA

89

Capítulos da Receita	Dotação Corrigida	Execução	Grau de execução (%)	Peso Relativo na execução (%)
Receitas Correntes				
Impostos Diretos	1 287 136,00	1 575 153,22	122,38	12,96
Impostos Indiretos	63 623,00	128 282,28	201,63	1,06
Taxas, Multas e Outras Penalidades	122 428,00	192 274,96	157,05	1,58
Rendimentos de Propriedade	320 192,00	333 251,67	104,08	2,74
Transferências Correntes	6 840 471,00	6 788 569,64	99,24	55,84
Venda de Bens e Serviços Correntes	789 744,00	852 670,79	107,97	7,01
Outras Receitas Correntes	16 406,00	12 037,38	73,37	0,10
Reposições não Abatidas nos Pagamentos correntes	5 000,00	6 073,81	121,48	0,05
Total Receitas Correntes	9 445 000,00	9 888 313,75	104,69	81,34
Receitas Capital				
Venda de bens de Investimento	32 808,00	49 430,80	150,67	0,41
Transferências de Capital	2 222 533,00	2 214 820,89	99,65	18,22
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	2 659,00	4 199,00	157,92	0,03
Reposições não Abatidas nos Pagamentos capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Receitas de Capital	2 258 000,00	2 268 450,69	100,46	18,66
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E CAPITAL	11 703 000,00	12 156 764,44	103,88	100,00

Grau de Execução da Receita



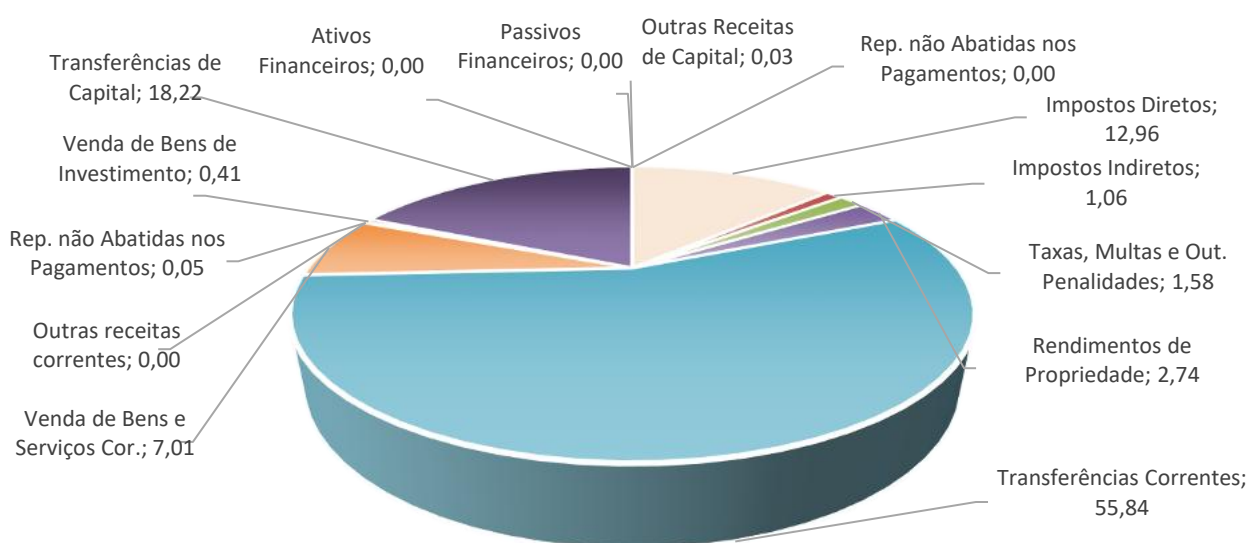
As receitas atingiram uma execução de 103,88% do valor orçado, correspondendo a um valor de receita arrecadas de 12.157 mil euros, tendo-se verificado execuções acima dos valores previstos nas duas naturezas da receita. A receita corrente apresentou uma execução de 104,69% e a receita de capital em 100,46%.

As **receitas correntes**, que atingiram a execução de 104,69% face ao previsto, registaram o valor de 9.888 mil euros, devido ao facto das rubricas correntes com peso significativo na execução corrente terem registado execuções acima dos 100%. A rubrica com maior peso na execução corrente (68,65%), as “Transferências Correntes”, registou uma execução de 99,24% face ao previsto, atingindo assim o valor de 6.789 mil euros, resultando essencialmente da receita proveniente da afetação à receita corrente de 50% da receita proveniente para os municípios por força do n.º 3 do art.º 35.º da Lei 73/2013, de 03/09, das transferências de competências no âmbito da lei n.º 50/2018, de 16/08 e das transferências comunitárias de natureza corrente, através do FSE, tendo mesmo reduzido a transferência do FEF e outras transferências do orçamento do estado desta natureza. Os “Impostos Diretos”, rubrica que apresentou o maior aumento na execução corrente face ao ano anterior, registaram uma execução da receita superior ao previsto, de 122,38%, atingindo assim o valor de 1.575 mil euros, devido ao aumento da receita arrecada proveniente da derrama e do Imposto sobre o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis. A “Venda de Bens e Serviços Correntes”, rubrica com um peso de 8,62% na receita corrente, registou uma execução acima do previsto de 107,97%, a que correspondeu uma arrecadação de receita em cerca de 853 mil euros. As rubricas que registaram as maiores execuções da receita, muito acima do previsto, foram os “Impostos Indiretos”, com uma execução de 201,63%, a que correspondeu uma receita arrecadada de 128 mil euros e as “Taxas, Multas e Outras Penalidades”, com uma execução de 157,05%, correspondendo a uma receita arrecadada em cerca de 192 mil euros. De igual modo, os “Rendimentos de Propriedade”, rubrica que representa 3,37% da receita corrente, registou uma execução acima do previsto, de 104,08%, correspondendo a uma receita arrecadada em cerca de 333 mil euros. A rubrica “Outras Receitas Correntes”, registou uma execução abaixo do previsto, de 73,37%, correspondendo a receita arrecadada em cerca de 12 mil euros, enquanto as “Reposições Não Abatidas nos Pagamentos”, de natureza corrente, registaram uma execução acima do previsto, de 121,48%, correspondendo a receita arrecadada em cerca de 6 mil euros. A média de execução das três rubricas com maior peso na execução corrente foi assim de 109,86%, sendo a média de execução das várias rubricas da receita corrente de 123,40%. Desta forma, os recursos próprios da autarquia de natureza corrente sofreram um crésimo atingindo o peso de 31,35%.

As **receitas de capital** obtiveram uma execução ligeiramente acima do previsto em 100,46%, atingindo o valor de 2.268 mil euros, tendo contribuído para esta situação a execução da rubricas com maior peso nesta natureza da receita (97,64%), as “Transferências de Capital”, que sofreram um acrésimo significativo face ao ano transato, registando uma execução de 99,65%, a que correspondeu uma receita arrecadada em cerca de 2.215 mil euros, devido essencialmente ao significativo decrésimo das transferências

comunitárias (-74,72%), tendo mesmo os fundos transferidos do Orçamento do Estado sofrido um acréscimo (33,11%). Contrariamente, a “Venda de Bens de Investimento”, com uma execução face ao previsto de 150,67%, sofreu um ligeiro acréscimo em relação ao ano transato, passando assim a representar 2,18% da execução de capital, atingindo o valor de 49 mil euros. As “Outras receitas de capital”, que representam 0,19% da receita de capital, obtiveram também uma execução acima do previsto, de 157,92%, mas em virtude do seu peso na execução de capital, apenas correspondeu a uma receita de 4 mil euros. As restantes rubricas de natureza de capital não registaram qualquer execução. Os recursos próprios da autarquia desta natureza, passaram assim a representar apenas 2,38% da receita de capital e, conseqüentemente, os recursos alheios 97,64%.

Peso Relativo Por Rubrica



As receitas correntes contribuíram em 81,34% para a execução do orçamento, enquanto as receitas de capital contribuíram com 18,66%.

A rubrica com maior peso relativo na execução da receita corrente foi, como habitualmente, as “Transferências Correntes”, com um peso de 55,84%, tendo-se registado um acréscimo face a 2024. Seguiu-se, nesta natureza da receita, os “Impostos Diretos”, com um peso 12,96%, que sofreu um acréscimo significativo face ao ano transato (50,66%). Contrariamente, as “Venda de Bens e Serviços Correntes”, sofreram um ligeiro decréscimo face ao ano transato, apresentando um peso de 7,01%. Os “Rendimentos de Propriedade”, com um peso de 2,74%, sofreram também um ligeiro acréscimo face ao ano transato. As “Taxas, Multas e Outras Penalidades” e os “Impostos Indiretos” representam pesos na execução da receita de 1,58% e 1,06%, respetivamente. Esta situação contribuiu para um acréscimo dos recursos próprios de natureza corrente (3,56%), passando a representar os recursos próprios correntes 31,35% da receita corrente. As “Transferências de Capital”, rubrica com maior peso na execução desta natureza da receita, sofreu a maior variação negativa da receita, passando a representar 18,22% da execução da receita, tendo a “Venda Bens Investimento”, que sofreram um acréscimo face ao ano transato, passado a representar

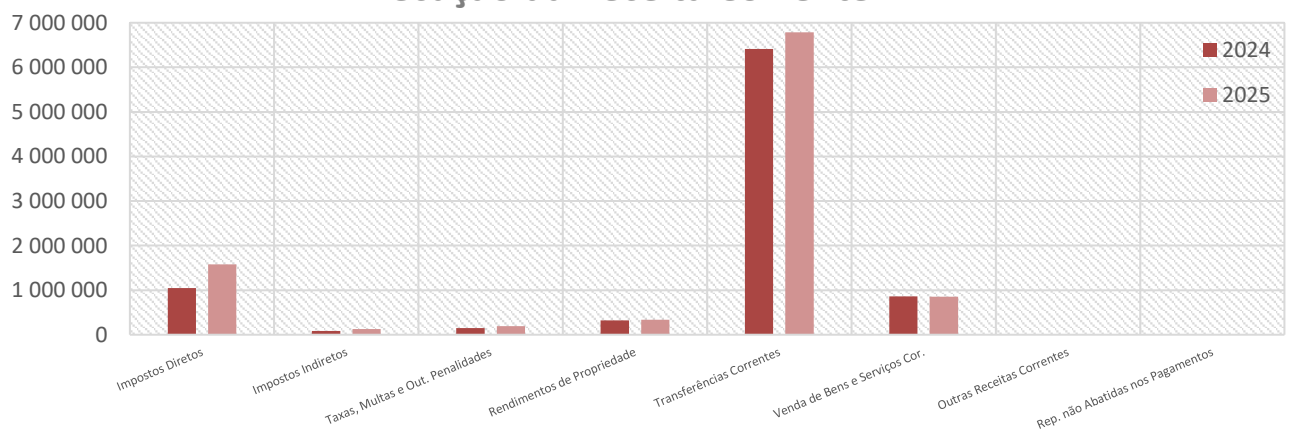
0,41% da execução da receita, contribuindo esta situação para diminuir o grau de dependência do orçamento municipal dos recursos alheios de capital (-1,35%) face ao ano transato, que passaram a representar 97,64% da execução da receita de capital. Da conjugação da execução das várias rubricas da receita resulta uma redução do grau de dependência do orçamento municipal dos recursos alheios (-5,30%), passando os recursos próprios da autarquia a representar 25,94% da receita e os recursos alheios 74,06%.

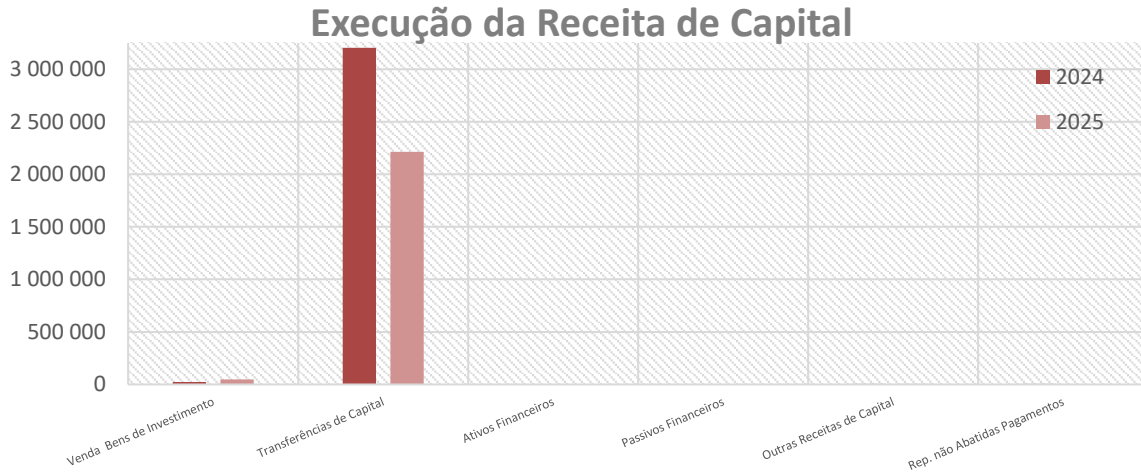
92

4.1.3.2 ANÁLISE DETALHADA DO ORÇAMENTO DA RECEITA

Capítulos da Receita	Execução 2024		Execução 2025		Variação 2024/2025	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes						
Impostos Diretos	1 045 507,47	10,57	1 575 153,22	15,93	529 645,75	50,66
Impostos Indiretos	87 537,88	0,89	128 282,28	1,30	40 744,40	46,54
Taxas, Multas e Outras Penalidades	149 209,71	1,51	192 274,96	1,94	43 065,25	28,86
Rendimentos de Propriedade	322 303,77	3,26	333 251,67	3,37	10 947,90	3,40
Transferências Correntes	6 410 627,89	64,83	6 788 569,64	68,65	377 941,75	5,90
Venda de Bens e Serviços Correntes	857 394,51	8,67	852 670,79	8,62	-4 723,72	-0,55
Outras Receitas Correntes	4 554,05	0,05	12 037,38	0,12	7 483,33	164,32
Reposições não abatidas pagamentos	798,00	0,01	6 073,81	0,06	5 275,81	661,13
Total Receitas Correntes	8 877 933,28	100,00	9 888 313,75	100,00	1 010 380,47	11,38
Receitas Capital						
Vendas de Bens de Investimento	22 492,02	2,29	49 430,80	2,18	26 938,78	119,77
Transferências de Capital	3 203 572,28	97,46	2 214 820,89	97,64	-988 751,39	-30,86
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Outras Receitas de Capital	5 500,00	0,00	4 199,00	0,19	-1 301,00	-23,65
Reposições não abatidas pagamentos	4 732,57	0,25	0,00	0,00	-4 732,57	-100,00
Total Receitas de Capital	3 236 296,87	100,00	2 268 450,69	100,00	-967 846,18	-29,91
TOTAL RECEITAS CORRENTES E CAPITAL	12 114 230,15		12 156 764,44		42 534,29	0,35

Execução da Receita Corrente





As receitas sofreram um ligeiro acréscimo em cerca de 43 mil euros (0,35%) face ao ano transato, tendo contribuído para esta variação o significativo acréscimo registado nas receitas correntes, que aumentaram em cerca de 1.010 mil euros (11,38%). Contudo, o decréscimo das receitas de capital, também ele significativo, que reduziram em cerca de 968 mil euros (-29,91%), anulou o impacto do acréscimo registado na receita corrente.

Comparativamente ao ano anterior, as **receitas correntes** sofreram um acréscimo em cerca de 1.010 mil euros, tendo-se registado uma subida generalizada de todas as rubricas da receita, à exceção da “Venda de Bens e Serviços Correntes” que sofreu um ligeiro decréscimo face ao ano anterior (-0,55%) em cerca de 5 mil euros, rubrica com um peso de 8,62% nesta natureza de receita, atingindo assim, em 2025, o valor de 853 mil euros, proveniente essencialmente da venda de água e dos serviços de saneamento e resíduos sólidos e da prestação de serviços recreativos e desportivos, registando-se estes um acréscimo de receita face ao ano transato, contudo as outras rendas sofreram um decréscimo, por via da receita proveniente das rendas infraestruturas integradas na entidade de distribuição em alta, desde 2020, só se efetivando essa cobrança em 2024. A rubrica com maior peso nesta natureza da receita (68,65%), as “Transferências Correntes”, sofreu um acréscimo em cerca de 378 mil euros (5,90%), passando esta rubrica a contribuir para a execução da receita corrente com 6.789 mil euros, essencialmente devido ao acréscimo da receita proveniente da afetação à receita corrente de 50% da receita proveniente para os municípios por força do n.º 3 do art.º 35.º da Lei 73/2013, de 03/09 e das transferências de competências no âmbito da lei n.º 50/2018, de 16/08, tendo mesmo reduzido ligeiramente a transferência relativa ao Fundo de Equilíbrio Financeiro corrente e do aumento das transferências comunitárias de natureza corrente, através do FSE, tendo mesmo reduzido e outras transferências do orçamento do estado desta natureza. Outra rubrica que passou a ter um peso interessante nesta natureza da receita foram os “Impostos Diretos”, que sofreram o maior acréscimo de valor, em cerca de 530 mil euros (50,66%), passando esta rubrica a representar 15,93% das receitas correntes, a que correspondeu uma receita arrecadada de 1.575 mil euros. Esta situação resultou essencialmente do aumento da receita arrecadada proveniente da Derrama, com um acréscimo

de 375 mil euros (96,11%), atingindo assim o valor no ano de 765 mil euros e do acréscimo do valor do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), em 26 mil euros, em cerca de 114 mil euros (73,76%), que registou o valor anual de 268 mil euros, tendo o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) registado um valor de 465 mil euros. A rubrica “Rendimentos de Propriedade”, com um peso de 3,37% na estrutura da receita corrente, registou um ligeiro acréscimo, em cerca de 11 mil euros (3,40%), apresentando uma receita de 333 mil euros. As rubricas “Taxas, Multas e Outras penalidades” e “Impostos Indiretos”, sofreram também acréscimos significativos, em cerca de 43 mil euros (28,86%) e 41 mil euros (46,54%), respetivamente, essencialmente por via das taxas de saneamento e dos loteamentos e obras, respetivamente, passando a registar pesos na estrutura da receita corrente de 1,94% e 1,30% e a registar uma receita arrecadada no valor de 192 mil euros e 128 mil euros respetivamente. As rubricas que registaram maiores acréscimos foram as “Reposições não Abatidas nos Pagamentos” (661,13%) e as “Outras Receitas Correntes” (164,32%), contudo. Em virtude do seu peso na estrutura da receita corrente, de 0,06% e 0,12%, esta variação não foi significativa, correspondendo a uma receita arrecadada de 6 mil euros e 12 mil euros, respetivamente. Desta forma as receitas próprias correntes do município aumentaram, passando a representar 31,35% das receitas correntes do Município, enquanto os recursos alheios do Município, desta natureza, passaram a representar 68,65%.

As **receitas de capital** sofreram um significativo decréscimo de 29,91% comparativamente ao ano transato, representando uma redução da receita arrecadada desta natureza em cerca de 968 mil euros, atingindo a receita de capital, em 2025, o montante de 2.268 mil euros. Para esta situação contribuiu a descida generalizada de todas as rubricas, à exceção da “Venda de Bens de Investimento”, que sofreu um acréscimo em cerca de 27 mil euros (119,77%), atingindo esta rubrica o valor de receita arrecadado de 49 mil euros e passando a representar 2,18% na execução da receita de capital, em virtude da permuta de terrenos com a NAVIGATOR TISSUE RODAO, na sequência do protocolo celebrado entre aquela entidade e o Município. A rubrica com maior peso na estrutura da receita de capital, as “Transferências de Capital”, sofreu um decréscimo significativo de 989 mil euros (-30,86%), passando a representar 97,64% da execução da receita de capital, atingindo assim, em 2025, o valor de 2.215 mil euros. Esta situação resultou da redução da receita proveniente da comparticipação comunitária de projetos de investimento cofinanciados, em cerca de 1.402 mil euros, provenientes essencialmente do FEDER e PRR Educação, relacionada com a execução dos projetos de investimento em curso e com o adiantamento do fundo PRR Educação ocorrido no final de 2023, tendo mesmo aumentado as transferências de fundos municipais de capital transferidos ao abrigo do n.º3 do art.º 35.º da Lei 73/2013 e as outras transferências de capital do Orçamento de Estado, que aumentaram em cerca de 453 mil euros, atingindo assim as transferências do orçamento do estado desta natureza o valor de 1.741 mil euros. A rubrica “Outras Receitas de Capital” registou um valor em cerca de 4 mil euros, passando esta rubrica a representar 0,19% da receita de capital, não se tendo registado qualquer receita de “Reposições não Abatidas nos Pagamentos” com a natureza de capital. Também as

restantes rubricas da receita de capital, os “Ativos Financeiros” e os “Passivos Financeiros”, à semelhança do ano transato, não registraram qualquer execução em 2025. Desta forma, as receitas próprias de capital sofreram um de acréscimo face ao ano transato (1,35%), passando a representar 2,38% das receitas de capital do Município, reduzindo ligeiramente o peso dos recursos alheios do Município, desta natureza, para 97,64%.

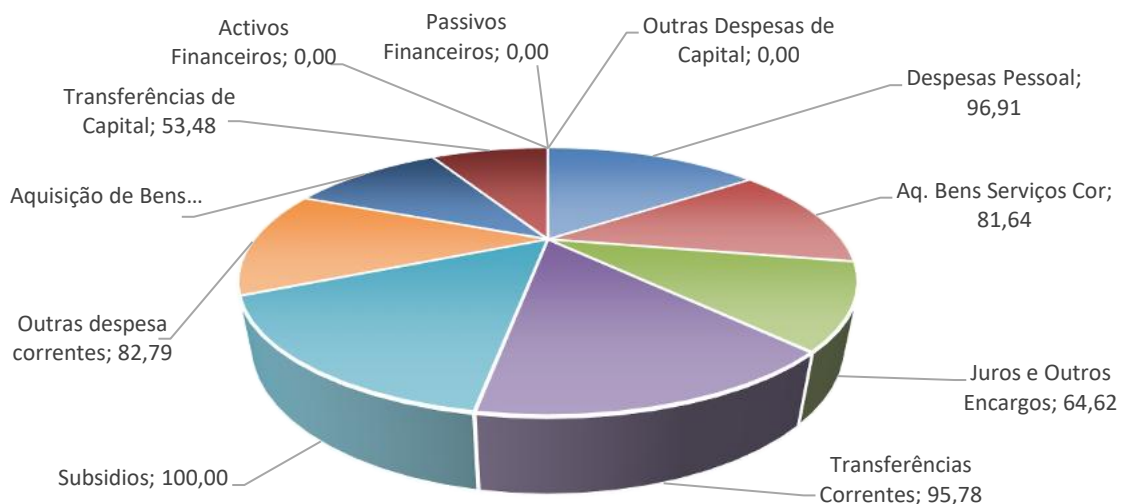
95

4.1.4. DESPESA

4.1.4.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

Capítulos da Despesas	Dotação Corrigida	Execução	Grau de execução (%)	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes				
Despesas Pessoal	3 999 410,00	3 875 657,36	96,91	35,53
Aquisição de Bens e Serviços	3 391 750,00	2 769 155,49	81,64	25,39
Juros e Outros Encargos	250,00	161,55	64,62	0,00
Transferências Correntes	1 009 590,00	967 001,43	95,78	8,87
Subsídios	115 000,00	115 000,00	100,00	1,05
Outras Despesa Correntes	197 000,00	163 089,40	82,79	1,50
Total Despesas Correntes	8 713 000,00	7 890 065,23	90,56	72,34
Despesas Capital				
Aquisição de Bens de Capital	4 174 200,00	2 809 902,72	67,32	25,76
Transferências de Capital	387 800,00	207 399,95	53,48	1,90
Ativos Financeiros	500,00	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	1 500,00	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	4 564 000,00	3 017 302,67	66,11	27,66
TOTAL DESPESAS CORRENTES CAPITAL	13 277 000,00	10 907 367,90	82,15	100,00

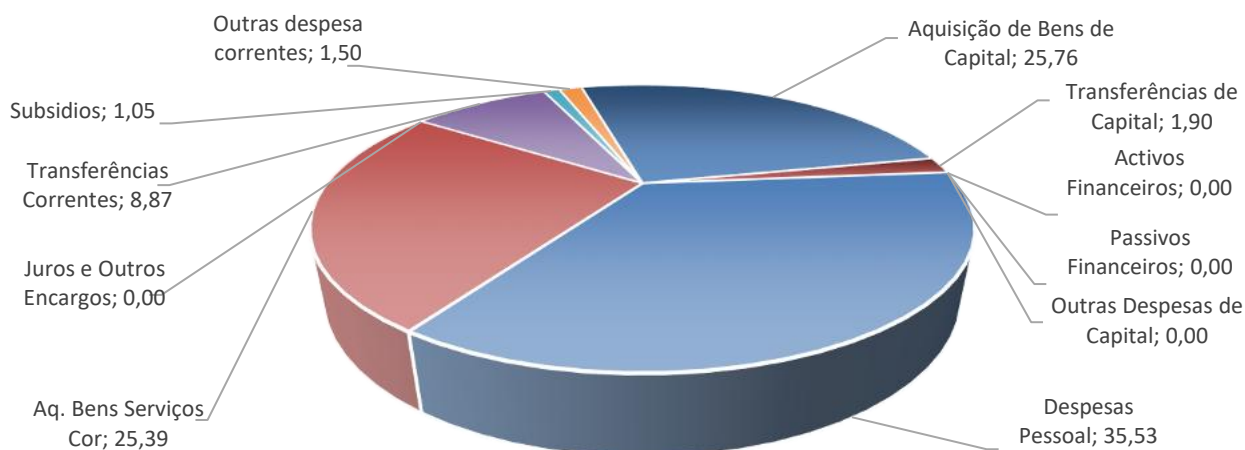
Grau de Execução da Despesa



As despesas alcançaram uma execução global de 82,15% do valor orçado, tendo registado o valor de 10.907 mil euros, refletindo um comportamento contraditório das duas naturezas da despesa, registando-se um acréscimo ao nível da execução da despesa corrente e um decréscimo da execução da despesa de capital. As **despesas correntes** foram executadas em 90,56% em relação ao previsto, atingindo o valor de 7.890 mil euros, sendo a execução média das várias rubricas desta natureza da despesa de 86,96%, com todas as rubricas a registarem uma execução acima dos 82%, à exceção dos “Juros e Outros Encargos” que apresentaram a execução corrente mais baixa, de 64,62%, mas que pelo seu peso na execução corrente, não teve impacto, mantendo um valor irrelevante. As rubricas que apresentam maior peso na execução corrente, as “Despesas com Pessoal”, com um peso de 49,12% e a “Aquisição de Bens e Serviços Corrente”, como peso de 35,10%, registaram execuções face ao previsto de 96,91% e 81,64% respetivamente, com ambas as rubricas a subir em relação ao ano transato, atingindo as “Despesas com Pessoal” o valor de 3.876 mil euros e a despesa com a “Aquisição de Bens e Serviços Corrente” o valor de 2.769 mil euros. As “Transferência Correntes”, que sofreram também um ligeiro acréscimo em relação ao ano transato (6,56%), registaram uma execução de 95,78%, a que correspondeu uma realização de despesa no valor de 967 mil euros. As “Outras Despesas Correntes”, apresentaram uma execução de 82,79%, tendo sofrido um ligeiro decréscimo face ao ano anterior, passando a apresentando um valor de despesa de 163 mil euros. Os “Subsídios”, que apresentaram uma taxa de execução corrente de 100%, mantiveram o valor do ano transato, de 115 mil euros.

As **despesas de capital** registaram uma execução de 66,11%, correspondendo a um valor de 3.017 mil euros, pelo facto da “Aquisição de Bens de Investimentos”, rubrica com maior peso na execução de capital (93,13%), ter obtido uma execução de 67,32% face ao previsto, representando uma execução de despesa desta natureza em 2.810 mil euros, facto diretamente relacionado com o grau de execução das empreitadas e com a aquisição de bens de capital. Outra rubrica que apresentou algum peso na execução de capital, as “Transferências de Capital” (6,87%), registou uma taxa de execução face ao previsto de 53,48%, a que correspondeu a uma despesa de 207 mil euros. As restantes rubricas de capital, nomeadamente os “Ativos Financeiros”, os “Passivos Financeiros e as “Outras Despesas de Capital” não registaram qualquer valor, tendo-se verificado uma execução média das várias rubricas da despesa de capital de 24,16%.

Peso Relativo por Rubrica

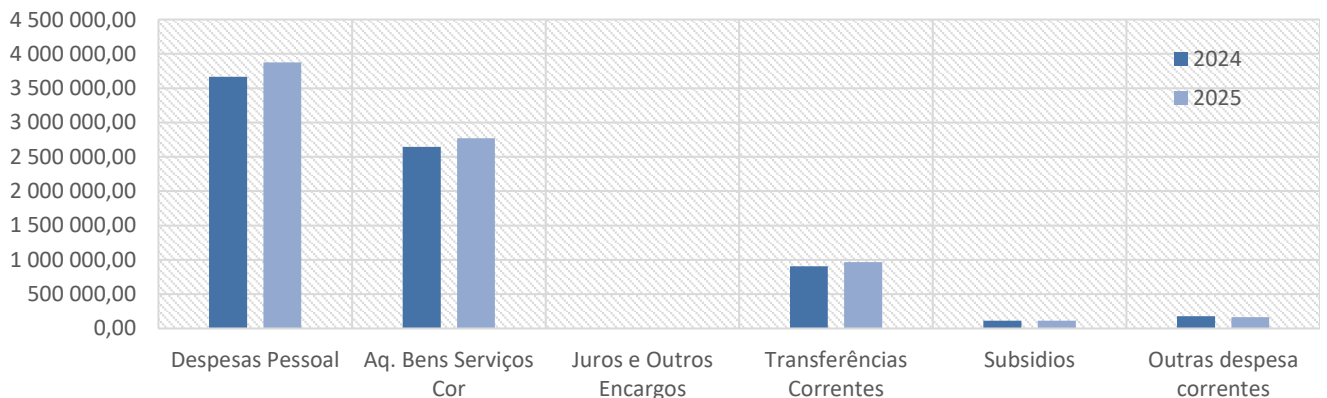


As despesas correntes obtiveram uma execução de 72,34% do total da execução da despesa, enquanto as despesas de capital representaram 27,66% da despesa total, tendo-se registado um acréscimo na execução da despesa corrente e um decréscimo da despesa de capital. As rubricas com maior peso na execução corrente foram, como seria expectável, as “Despesas de Pessoal” (35,53%) e a “Aquisição de Bens e Serviços” (25,39%), repartindo-se os restantes 11,42% pelas outras rubricas correntes, com maior incidência para as “Transferências Correntes”, que passaram a representar 8,87% da execução da despesa. Nas despesas de capital, a rubrica “Aquisição de Bens de Capital” obteve a quase totalidade da despesa desta natureza, 25,76%, destinando-se a restante execução de capital à rubrica “Transferências de Capital”, com uma execução de 1,90%, não tendo as restantes rubricas registado qualquer execução.

4.1.4.2 ANÁLISE DETALHADA DO ORÇAMENTO DA DESPESA

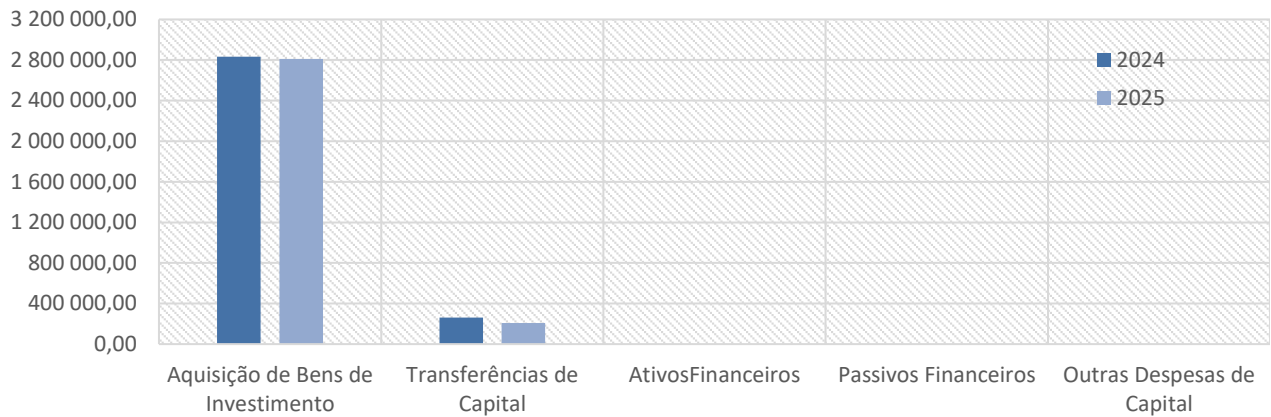
Capítulos da despesa	Execução 2024		Execução 2025		Variação 2024/2025	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes						
Despesas Pessoal	3 665 530,72	48,78	3 875 657,36	49,12	210 126,64	5,73
Aquisição de Bens e Serviços	2 647 417,00	35,23	2 769 155,49	35,10	121 738,49	4,60
Juros e Outros Encargos	979,21	0,01	161,55	0,00	-817,66	-83,50
Transferências Correntes	907 475,82	12,08	967 001,43	12,26	59 525,61	6,56
Subsídios	115 000,00	1,53	115 000,00	1,46	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	177 281,22	2,36	163 089,40	2,07	-14 191,82	-8,01
Total Despesas Correntes	7 513 683,97	100,00	7 890 065,23	100,00	376 381,26	5,01
Despesas Capital						
Aquisição de Bens de Capital	2 831 525,06	91,54	2 809 902,72	93,13	-21 622,34	-0,76
Transferências de Capital	261 531,39	8,46	207 399,95	6,87	-54 131,44	-20,70
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Total Despesas Capital	3 093 056,45	100,00	3 017 302,67	100,00	-75 753,78	-2,45
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	10 606 740,42		10 907 367,90		300 627,48	2,83

Execução da Despesa Corrente



Execução da Despesa de Capital

99



De um modo geral, as despesas sofreram um decréscimo de 2,83%, que se traduziu na redução da despesa em cerca de 301 mil euros, relativamente ao ano anterior, reflexo do comportamento inverso das duas naturezas da despesa. Enquanto a despesa corrente sofreu um acréscimo em cerca de 376 mil euros (5,01%), a despesa de capital sofreu um decréscimo de cerca de 76 mil euros (-2,45%).

A **despesa corrente**, atingiu o valor de 7.890 mil euros, tendo sofrido um acréscimo em cerca de 376 mil euros, correspondendo a uma variação de 5,01% face ao ano transato, reflexo da subida generalizada de todas as rubricas correntes à exceção das “Outras Despesas Correntes” e dos “Juros e Outros Encargos”. A maior variação ocorreu na rubrica com maior peso na estrutura da despesa corrente, as “Despesas com o Pessoal”, que sofreu um aumento de 210 mil euros (5,73%), reflexo das atualizações salariais resultantes da aplicação do Decreto-Lei n.º 1/2025, de 16 de janeiro, da aplicação do regime especial de aceleração de carreiras, estabelecido pelo Decreto-lei n.º 75/2023, de 29 de agosto, da alteração de posicionamento remuneratório dos assistentes operacionais, por força do Decreto-lei n.º 84-F/2022, de 16 de dezembro e da aplicação do SIADAP e de novas contratações, passando esta a representar 49,12% da despesa corrente e a apresentar um valor de despesa de 3.876 mil euros. Outra rubrica que sofreu um acréscimo significativo, em cerca de 122 mil euros (4,60%) foi a “Aquisições de Bens e Serviços Correntes”, rubrica que passou a representar 35,10% da despesa corrente, atingindo assim, em 2025, o valor de 2.769 mil euros, essencialmente por via do aumento da contratação de serviços, registando-se um aumento irrelevante das despesas com a aquisição de bens. As “Transferências Correntes” sofreram também uma variação de 6,56%, correspondendo a um acréscimo de despesa em 60 mil euros, por via do aumento das transferências para instituições sem fins lucrativos e famílias, através dos vários regulamentos e de programas ocupacionais e das transferências correntes para a CIMBB, passando estas a apresentar o peso de 12,26% na execução da despesa desta natureza e a registar um valor de despesa de 967 mil euros.

As “Outras Despesas Correntes” sofreram um decréscimo em 14 mil euros (-8,01%), contudo face ao seu peso na estrutura da despesa corrente (2,07%), esta variação não teve grande impacto na execução

corrente, registando esta rubrica o valor de 163 mil euros. Também os “Juros e Outros Encargos” registaram uma redução em cerca de mil euros (-83,50%), passando a apresentar um valor de despesa insignificante. Os “Subsídios”, que representa valor de financiamento da entidade controlada, registaram o mesmo valor que no ano transato, 115 mil euros, representando 1,46% da despesa corrente.

As **despesas de capital** sofreram um decréscimo de 2,45%, correspondendo a uma redução da despesa de capital em cerca de 76 mil euros, atingindo a despesa de capital, em 2025, o valor de 3.017 mil euros, reflexo do decréscimo registado na rubrica com maior peso na execução da despesa de capital, a “Aquisição de Bens de Capital” (93,13%), rubrica que sofreu um ligeiro decréscimo de 0,76%, e que se traduziu numa redução da despesa de capital em apenas 22 mil euros, atingindo esta rubrica um valor de despesa de 2.810 mil euros, facto que se relaciona diretamente com a execução dos projetos de investimento em curso, ao nível dos edifícios para habitação, escolas e outros edifícios e ao grau de execução da aquisição de bens de capital, como outro material de transporte e equipamento de informática. Do mesmo modo, as “Transferências de Capital” sofreram um decréscimo de 54 mil euros (-20,70%), passando a representar um peso de 6,87% na estrutura da receita de capital e a registar o valor de 207 mil euros. As restantes rubricas desta natureza da despesa, designadamente os “Ativos Financeiros”, os “Passivos Financeiros” e as “Outras Despesas de Capital” não registaram qualquer execução. No caso dos “Passivos Financeiros”, a falta de execução desta rubrica resulta do facto de se encontrarem completamente amortizados os anteriores empréstimos detidos pelo Município e o empréstimo contratualizado em 2023 ainda não ter tido qualquer utilização, tendo já terminado o seu período de utilização.

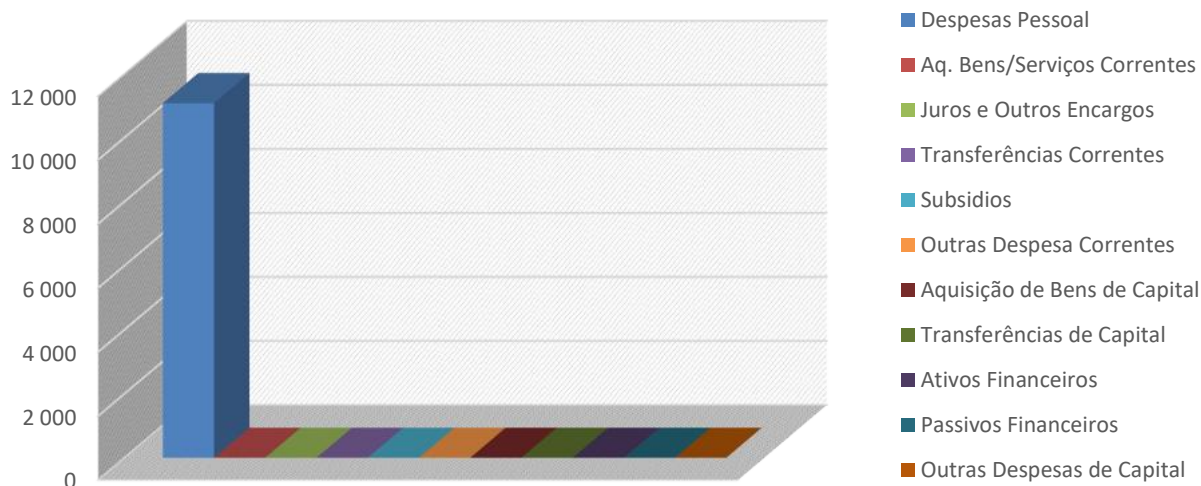
4.1.4.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA

101

Execução Orçamental da Assembleia Municipal (0101)

Capítulos da Despesa	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	16 400,00	11 074,20	100,00
Aq. Bens/Serviços Correntes	600,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	17 000,00	11 074,20	100,00
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	17 000,00	11 074,20	100,00

Assembleia Municipal

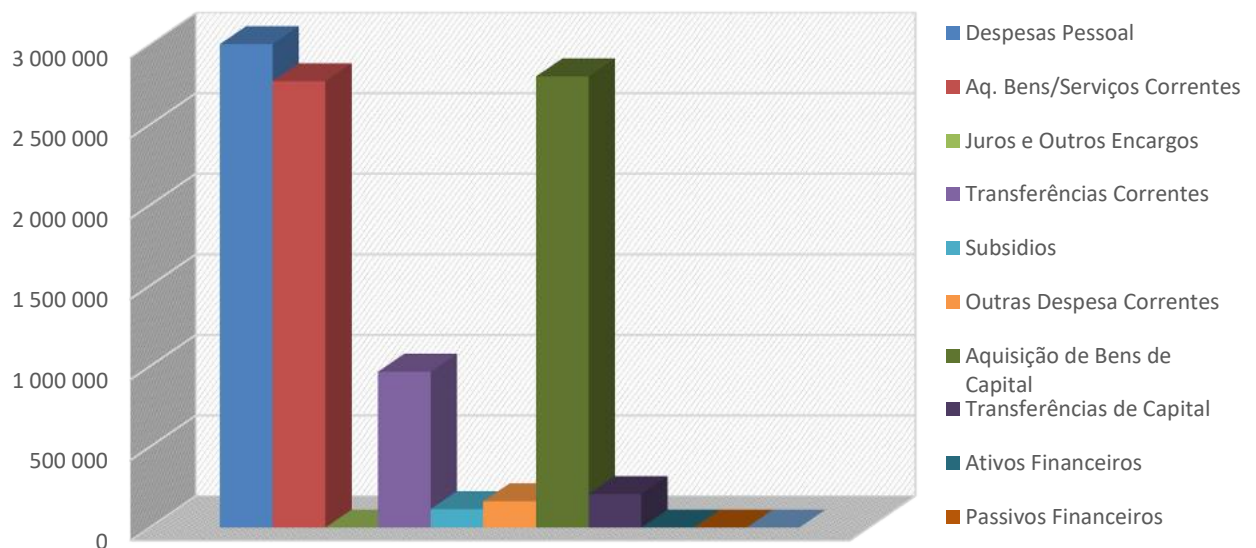


Execução Orçamental da Câmara Municipal e Serviços Municipais (0102)

102

Capítulos da Despesas	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	3 983 010,00	3 864 583,16	35,50
Aq. Bens/Serviços Correntes	3 391 150,00	2 769 155,49	25,44
Juros e Outros Encargos	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	1 009 590,00	967 001,43	8,88
Subsídios	115 000,00	115 000,00	1,06
Outras Despesa Correntes	197 000,00	163 089,40	1,50
Total Despesas Correntes	8 695 750,00	7 878 829,48	72,38
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	4 163 200,00	2 798 940,55	93,10
Transferências de Capital	387 800,00	207 399,95	1,91
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	500,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	4 551 500,00	3 006 340,50	27,62
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	13 247 250,00	10 885 169,98	100,00

Câmara e Serviços Municipais

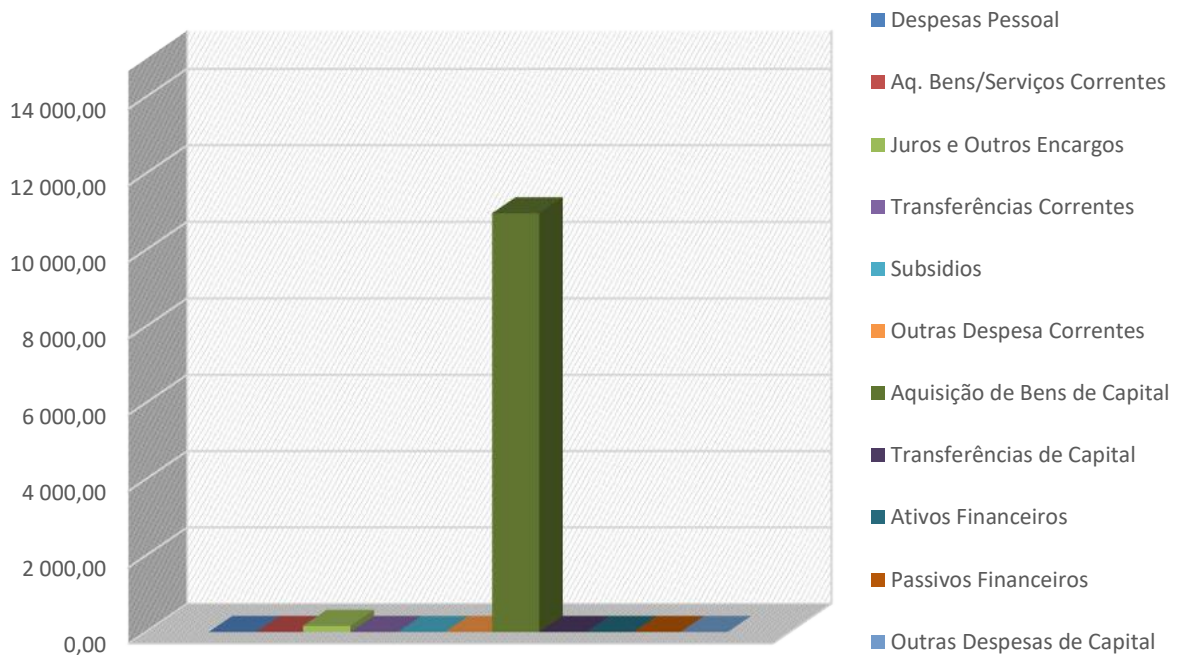


Execução Orçamental das Operações Financeiras (0103)

103

Despesas Correntes	Dotação Corrigida	Execução	Peso relativo na execução (%)
Despesas Correntes			
Despesas Pessoal	0,00	0,00	0,00
Aq. Bens/Serviços Correntes	0,00	0,00	0,00
Juros e Outros Encargos	250,00	161,55	1,45
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Subsídios	0,00	0,00	0,00
Outras Despesa Correntes	0,00	0,00	0,00
Total Despesas Correntes	250,00	161,55	1,45
Despesas Capital			
Aquisição de Bens de Capital	11 000,00	10 962,17	98,55
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Ativos Financeiros	500,00	0,00	0,00
Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	1 000,00	0,00	0,00
Total Despesas Capital	12 500,00	10 962,17	98,55
TOTAL DESPESAS CORRENTES E CAPITAL	12 750,00	11 123,72	100,00

Operações Financeiras



4.1.5. COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

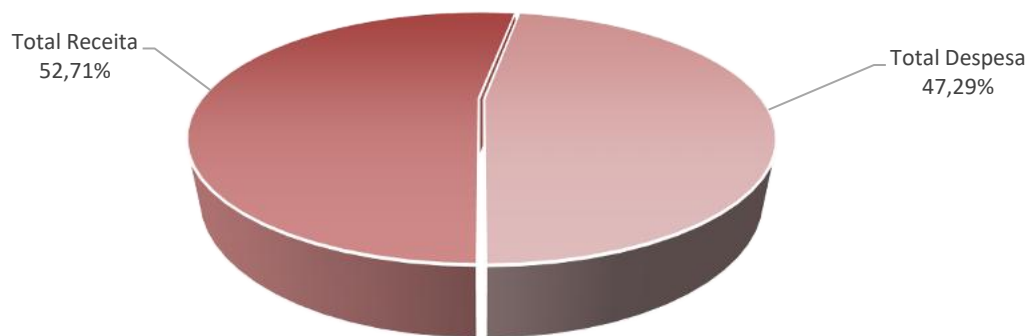
104

Na gerência de 2025 verificou-se um saldo de € **1.249.396,54**, resultante do saldo positivo de natureza corrente em € 1.998.248,52 e do saldo negativo de natureza de capital de € 748.851,98, em consequência da diferença entre as receitas cobradas, que atingiram o valor de € 12.156.764,44 e as despesas realizadas cujo montante foi de € 10.907.367,90.

Tendo em conta o valor do saldo da gerência anterior, de natureza corrente, de € **3.041.515,32**, resultante de um saldo corrente de € 6.099.466,14 e de um saldo de capital de € -3.057.950,82, o saldo que transita para 2026 será de € **4.290.911,86**, de natureza corrente. Transita igualmente, como encargos assumidos e não pagos, o valor de € 108.849,76.

Receita Total/Despesa Total

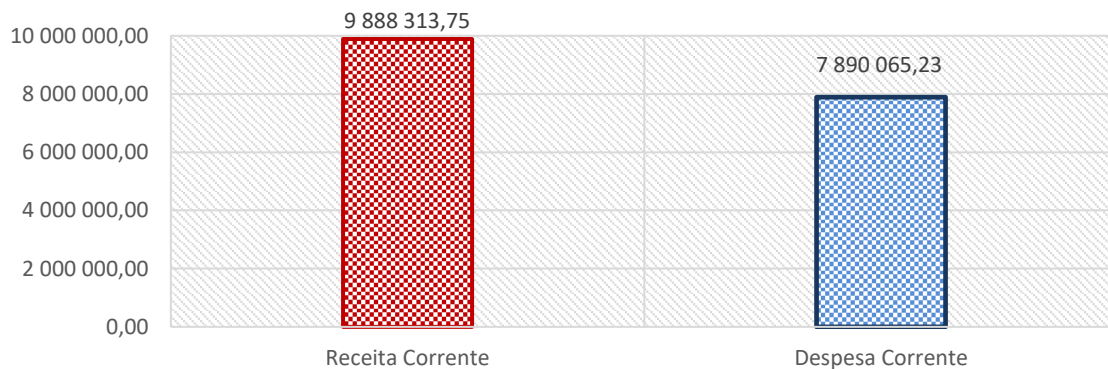
Comparação entre Total da Receita e Total da Despesa



Para os valores globais apresentados, contribuiu a seguinte execução:

✓ Corrente:

Comparação entre Receitas e Despesas Correntes

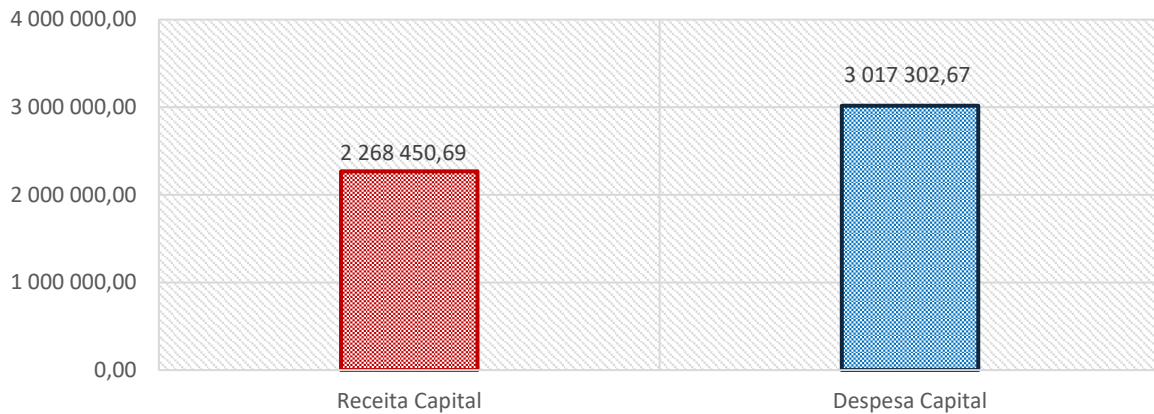


A receita corrente arrecadada foi de € 9.888.313,75 e a despesa corrente realizada de € 7.890.065,23 resultando um **saldo corrente** de € 1.998.248,52.

105

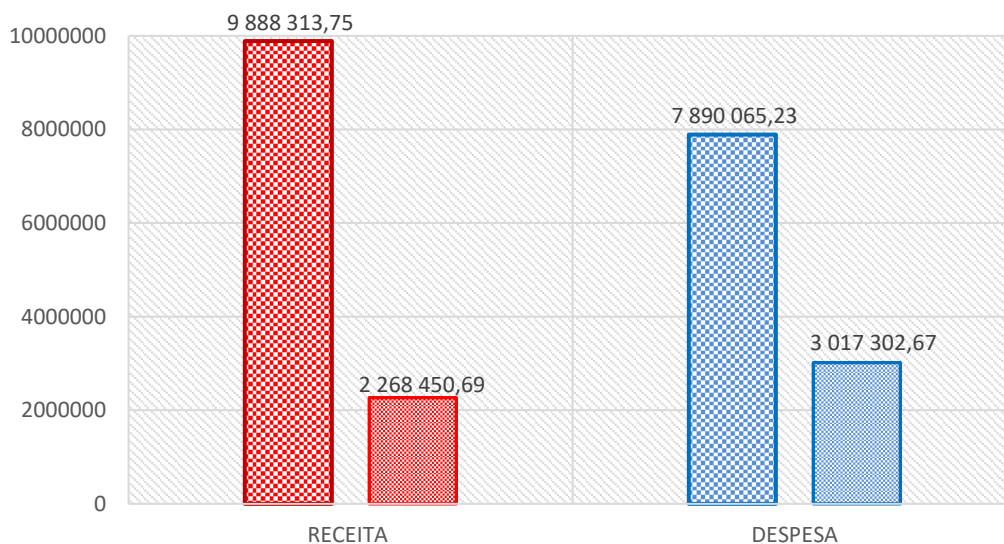
✓ **Capital**

Comparação entre Receitas e Despesas de Capital



A receita de capital arrecadada foi de € 2.268.450,69 e a despesa de capital atingiu € 3.017.302,67 resultando um **saldo de capital** negativo de € -748.851,98.

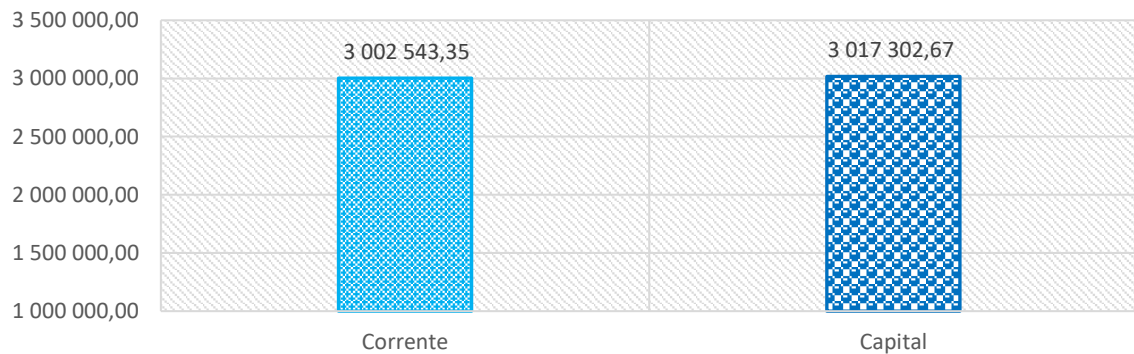
Comparando as receitas e despesas por natureza, obtemos o seguinte gráfico:



4.1.6. ORÇAMENTO / GRANDES OPÇÕES DO PLANO

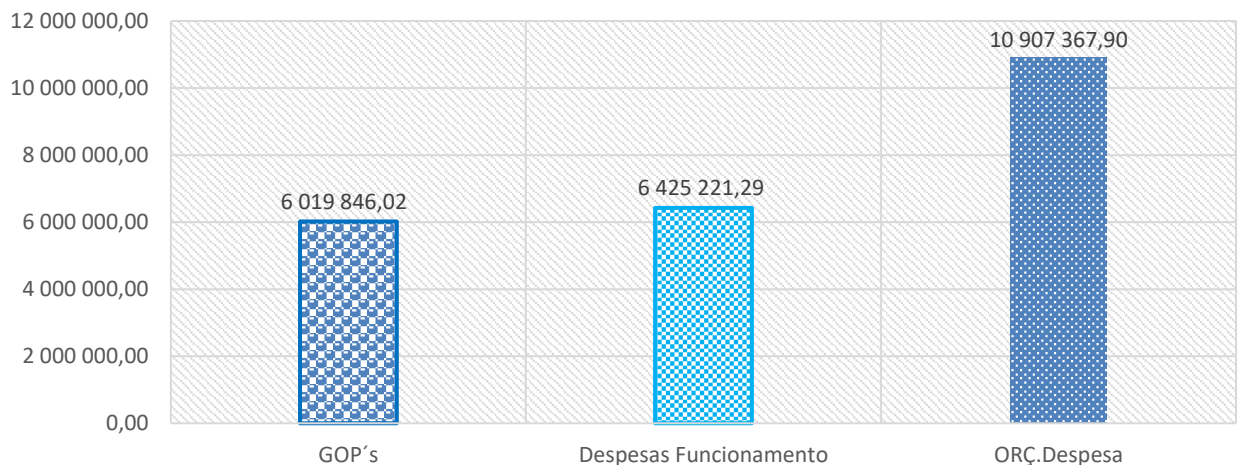
Em 2025 as Grandes Opções do Plano totalizam € **6.019.846,02** correspondendo a 55,19% da despesa executada, que atingiu o valor de € 10.907.376,90. Daquele valor € 3.002.543,35 respeita a despesa corrente e € 3.017.302,67 tem a natureza de capital.

Grandes Opções do Plano por Natureza



As despesas de funcionamento, calculadas pela diferença entre o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, deduzido das despesas de funcionamento inscritas neste documento, no exercício de 2025, atingiram € 6.425.221,29, ou seja 58,91% da execução do orçamento da despesa, conforme se pode observar no gráfico abaixo apresentado.

**Grandes Opções do Plano /
Despesa Funcionamento/Orç.Despesa**

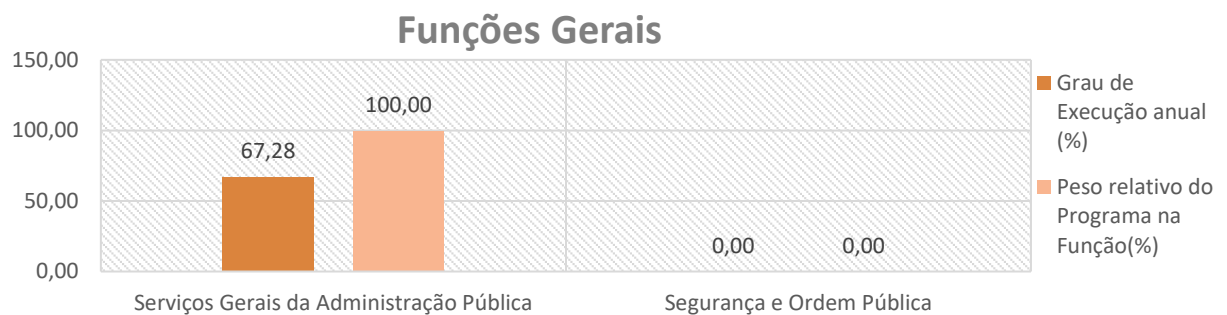


4.2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

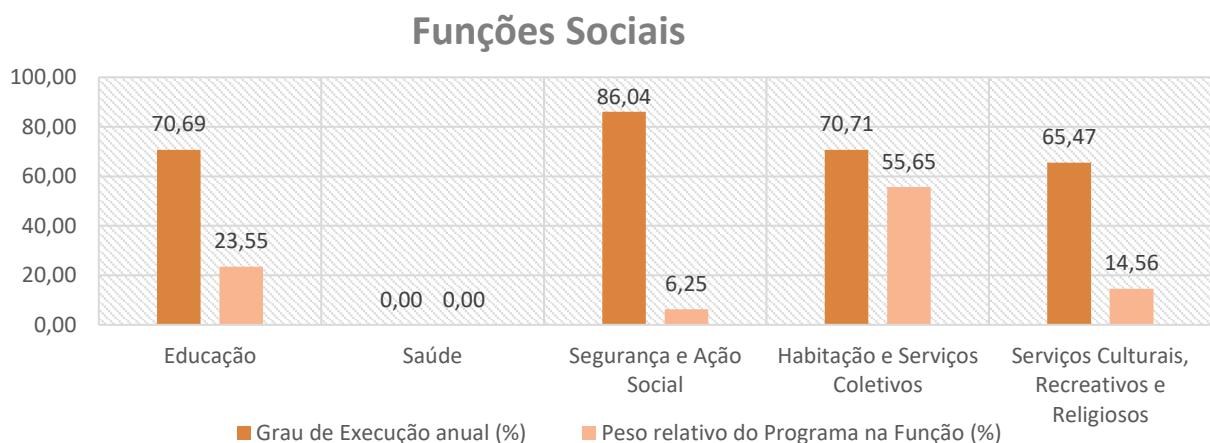
107

4.2.1 EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)

Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Gerais	613 300,00	313 870,02	51,18	100,00
Serviços Gerais da Administração Pública	466 500,00	313 870,02	67,28	100,00
Segurança e Ordem Pública	146 800,00	0,00	0,00	0,00

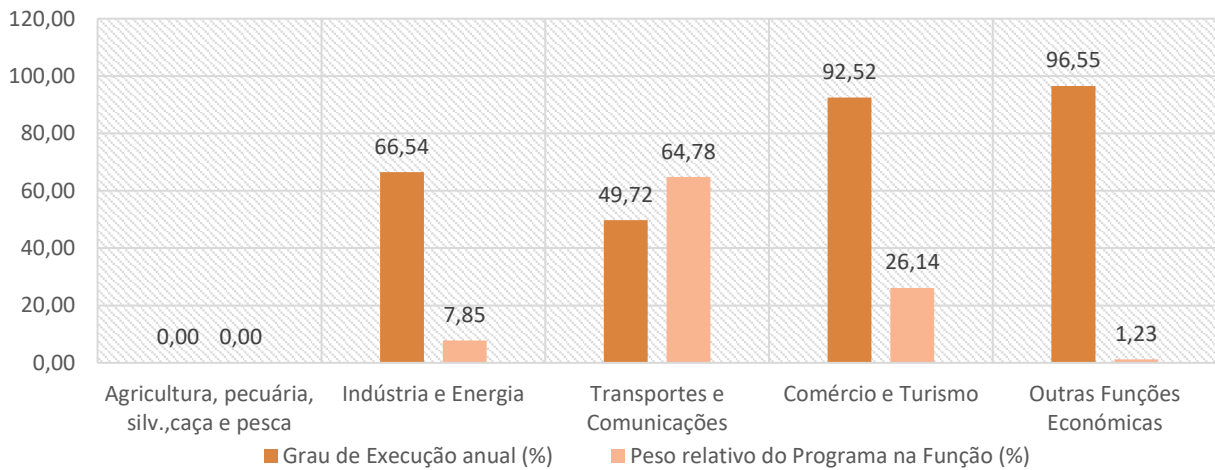


Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Sociais	3 156 450,00	2 230 652,09	70,67	100,00
Educação	743 000,00	525 237,55	70,69	23,55
Saúde	0,00	0,00	ss	0,00
Segurança e Ação Social	162 000,00	139 380,16	86,04	6,25
Habitação e Serviços Coletivos	1 755 450,00	1 241 303,98	70,71	55,65
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	496 000,00	324 730,40	65,47	14,56

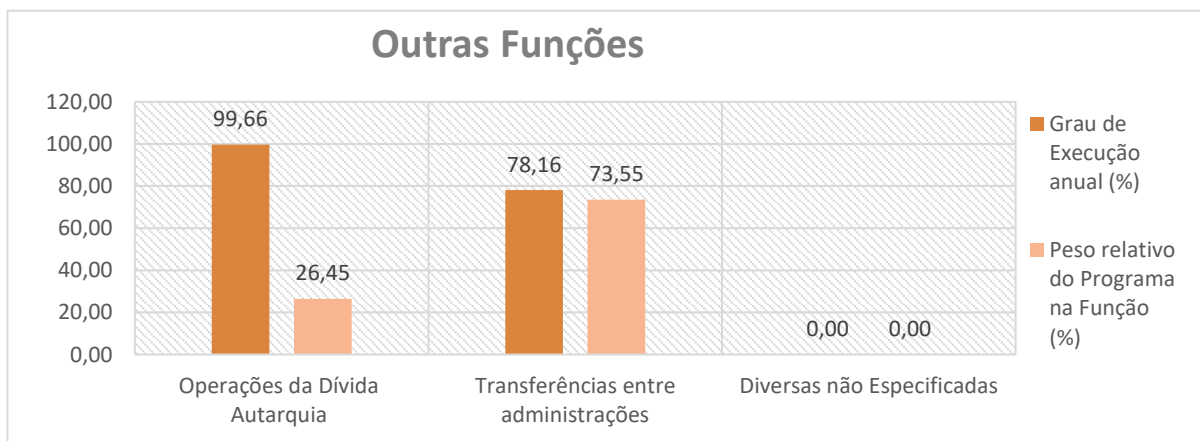


Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Económicas	742 250,00	431 337,90	58,11	100,00
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	2 000,00	0,00	0,00	0,00
Indústria e Energia	50 900,00	33 869,97	66,54	7,85
Transportes e Comunicações	562 000,00	279 419,04	49,72	64,78
Comércio e Turismo	121 850,00	112 738,89	92,52	26,14
Outras Funções Económicas	5 500,00	5 310,00	96,55	1,23

Funções Económicas

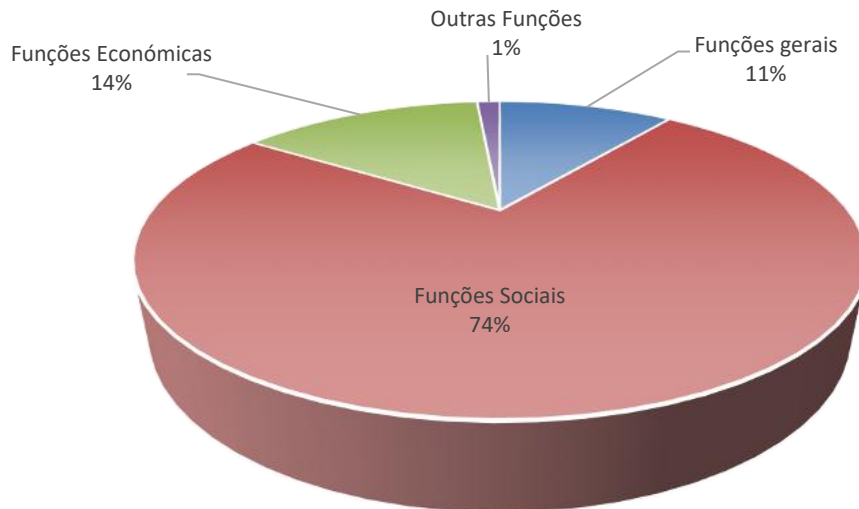


Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Outras Funções	52 000,00	41 442,66	79,70	100,00
Operações da Dívida Autarquia	11 000,00	10 962,17	99,66	26,45
Transferências entre administrações	39 000,00	30 480,49	78,16	73,55
Diversas não especificadas	2 000,00	0,00	0,00	0,00



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Gerais	613 300,00	313 870,02	51,18	10,40
Funções Sociais	3 156 450,00	2 230 652,09	70,67	73,93
Funções Económicas	742 250,00	431 337,90	58,11	14,30
Outras Funções	52 000,00	41 442,66	79,70	1,37
Total do PPI	4 564 000,00	3 017 302,67	66,11	100,00

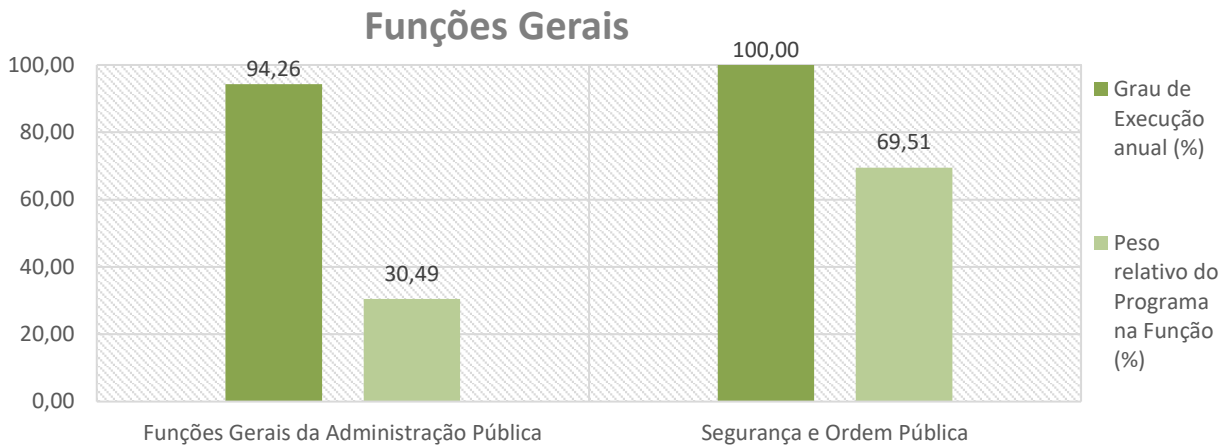
Execução do PPI por Classificação Funcional



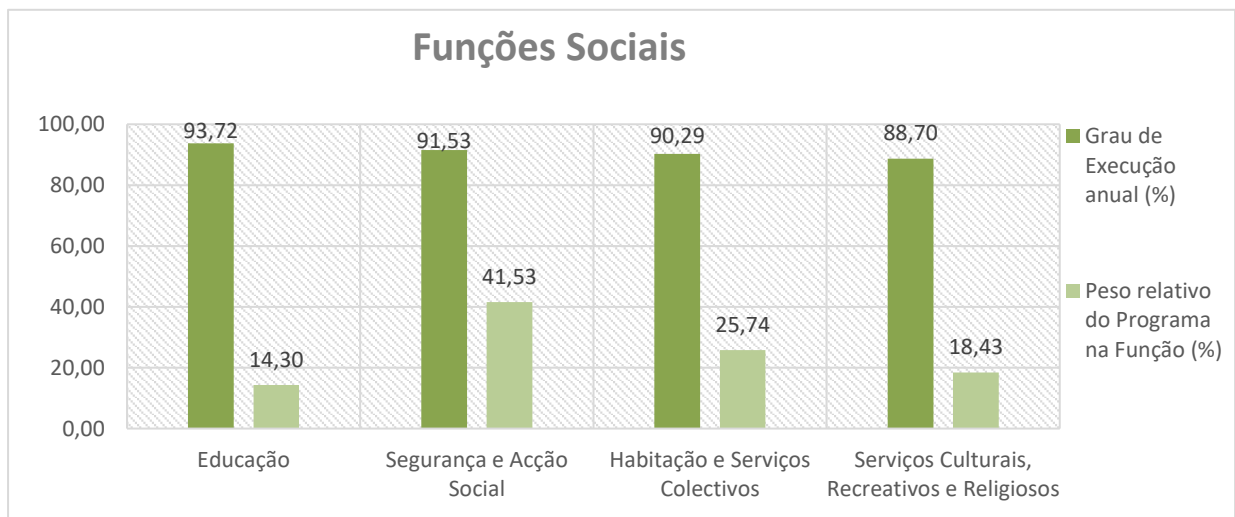
4.2.2. EXECUÇÃO DO PLANO ATIVIDADES MUNICIPAIS (PAM)

110

Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Gerais	109 900,00	107 896,25	98,18	100,00
Funções Gerais da Administração Pública	34 900,00	32 896,25	94,26	30,49
Segurança e Ordem Pública	75 000,00	75 000,00	100,00	69,51

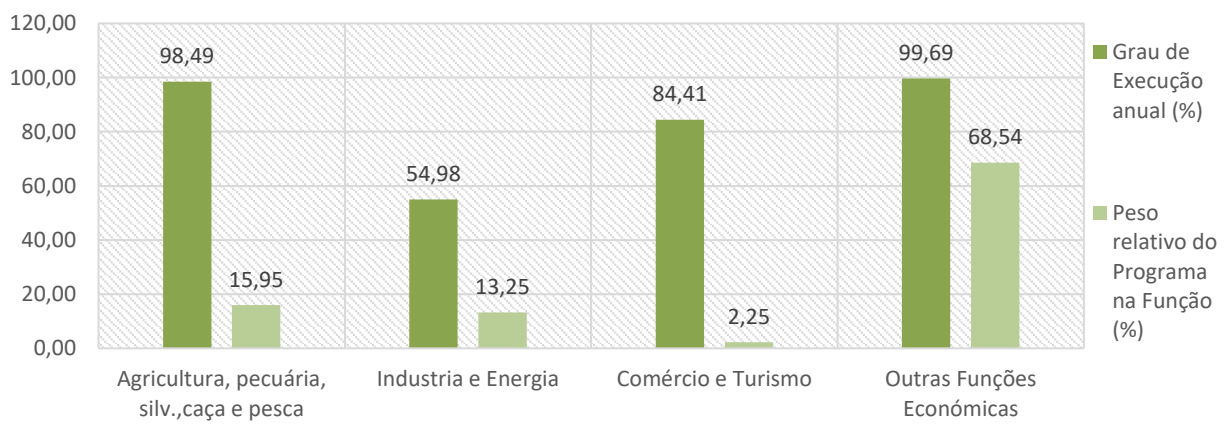


Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Sociais	2 138 545,00	1 945 560,95	90,98	100,00
Educação	296 770,00	278 139,59	93,72	14,30
Segurança e Ação Social	882 725,00	807 950,79	91,53	41,53
Habitação e Serviços Coletivos	554 700,00	500 810,98	90,29	25,74
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	404 350,00	358 659,59	88,70	18,43



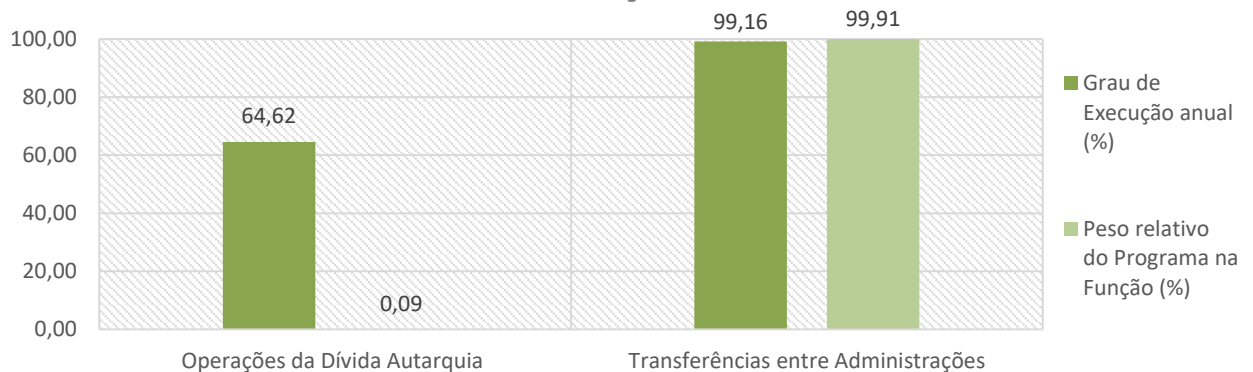
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução Anual (%)	Peso Relativo do Programa na Função (%)
Funções Económicas	857 440,00	767 464,38	89,51	100,00
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	124 270,00	122 393,43	98,49	15,95
Indústria e Energia	185 000,00	101 710,74	54,98	13,25
Comércio e Turismo	20 500,00	17 303,39	84,41	2,25
Outras Funções Económicas	527 670,00	526 056,82	99,69	68,54

Funções Económicas



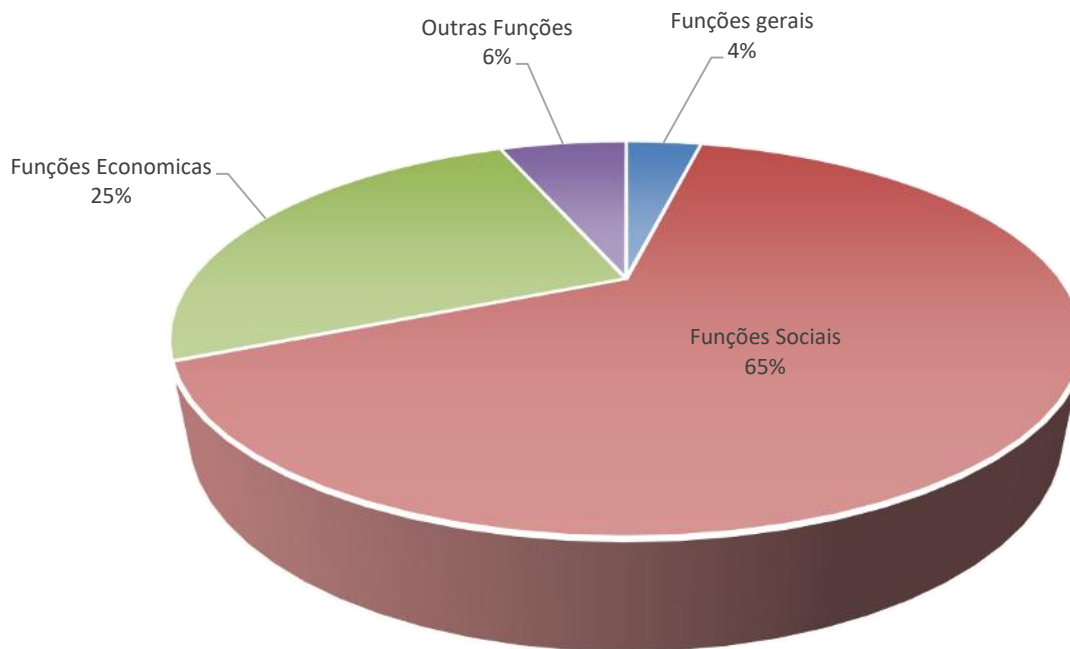
Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso relativo do Programa na Função (%)
Outras Funções	183 250,00	181 621,77	99,11	100,00
Operações da Dívida Autarquia	250,00	161,55	64,62	0,09
Transferências entre Administrações	183 000,00	181 460,22	99,16	99,91

Outras Funções



Classificação Funcional	Previsão	Execução	Grau de Execução anual (%)	Peso Relativo da Função na execução (%)
Funções Gerais	109 900,00	107 896,25	98,18	3,59
Funções Sociais	2 138 545,00	1 945 560,95	90,98	64,80
Funções Económicas	857 440,00	767 464,38	89,51	25,56
Outras Funções	183 250,00	181 621,77	99,11	6,05
Total do PAM	3 289 135,00	3 002 543,35	91,29	100,00

Execução do PAM por Classificação Funcional



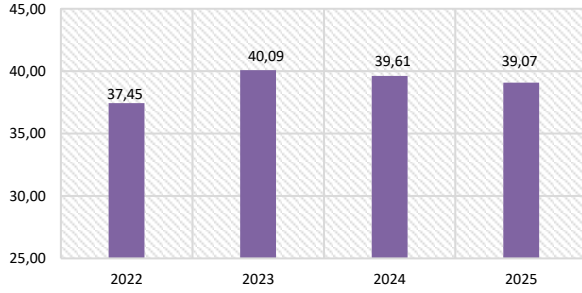
4.3. INDICADORES ORÇAMENTAIS

113

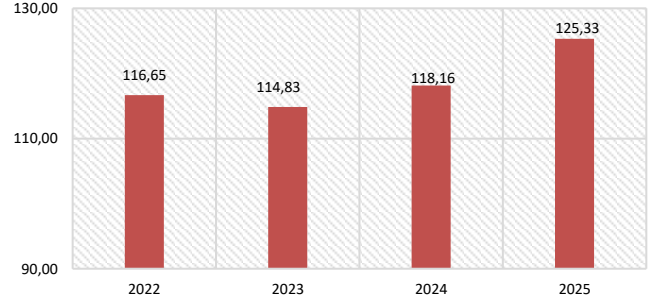
Apresentam-se de seguida alguns indicadores de âmbito global e sectorial, com intuito de avaliar o nível dos resultados obtidos na atividade desenvolvida pelo Município, ao longo do último quadriénio.

INDICADORES	2022	2023	2024	2025
<i>Equilíbrios Legais</i>				
Controlo das despesas com pessoal				
1. <u>Despesa Totais c/ Pessoal do Quadro</u> Receitas Correntes Ano Anterior	37,45	40,09	39,61	39,07
Equilíbrio orçamental				
2. <u>Receita Corrente</u> Despesa Corrente	116,65	114,83	118,16	125,33
3. <u>Receita Corrente</u> Despesa Corrente+ Amortizações Médias Empréstimos MLP	116,52	114,83	118,16	125,33
4. <u>Dívida total do município</u> Limite da dívida total	7,47	7,53	6,97	5,70
<i>Indicadores de Eficácia</i>				
5. <u>Receita Total</u> Receita Total Orçada	100,45	103,67	98,49	103,88
6. <u>Despesa Total</u> Despesa Total Orçada	82,96	90,32	85,68	82,15
7. <u>Investimento</u> Investimento Final Previsto	74,15	85,66	77,11	67,32
<i>Indicadores de Eficiência/Produtividade</i>				
8. <u>Investimento</u> Despesas de Pessoal	105,44	103,77	77,25	72,50
9. <u>Investimento</u> Empréstimos Utilizados	41.817,05	SS	SS	SS

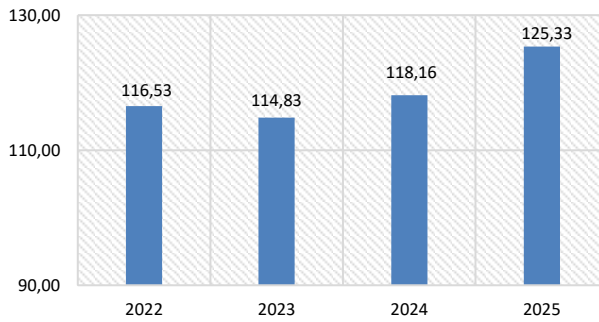
1-Despesas Pessoal Quadro/
Receita Corrente Ano Anterior



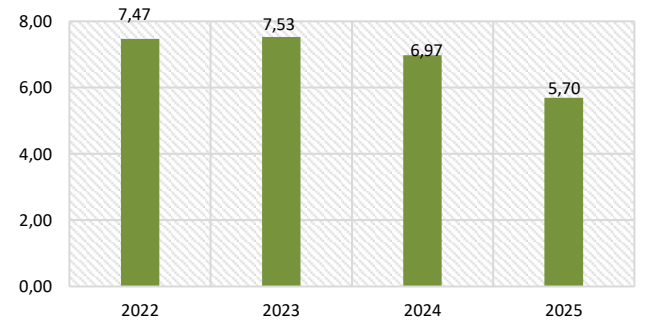
2-Receita Corrente / Despesa Corrente



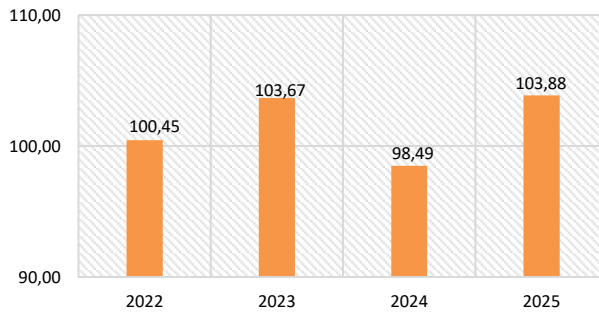
3-Receita Corrente/ Despesa Corrente+Amortizações MLP



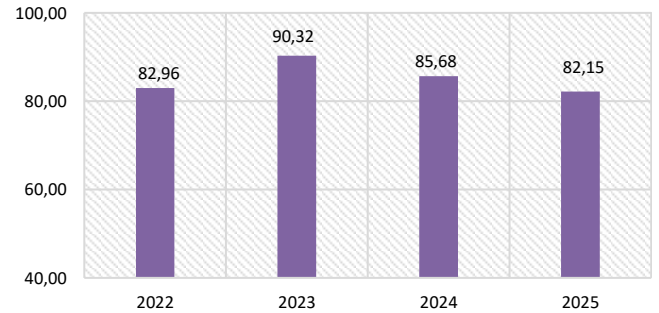
4-Dívida Total Município/Limite Dívida Total



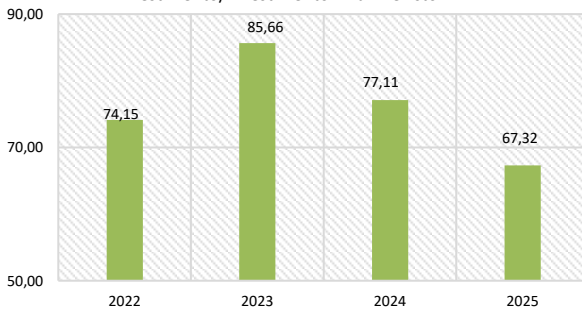
5-Receita Total/Receita Total Orçada



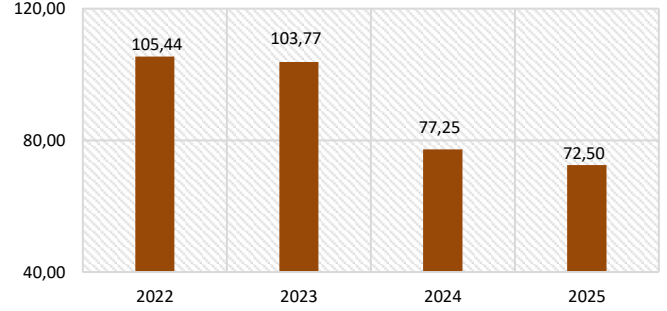
6-Despesa Total/Despesa Total Orçada



7-Investimento/Investimento Final Previsto



8-Investimento/Despesas Pessoal)



9-Investimento/Empréstimos Utilizados



Equilíbrios Legais

1 – Peso da Despesa com “Pessoal do Quadro” na Receita Corrente do ano anterior

O indicador em análise compara a despesa de pessoal com contrato individual de trabalho por tempo indeterminado com a receita arrecadada do ano anterior. Este indicador apresenta em 2025 o valor de 39,07% e um valor médio no quadriênio de 39,05%. O indicador sofreu uma variação negativa de 1,36% face ao ano anterior por via do aumento registado nas receitas do ano anterior, tendo mesmo as despesas com pessoal registado um acréscimo.

2 – Peso da Receita Corrente na Despesa Corrente

Este indicador sofreu um acréscimo em relação ao ano anterior resultante do acréscimo registado nas receitas correntes em valor superior ao acréscimo das despesas da mesma natureza. Assim, em 2025 o indicador apresentou o valor de 125,33%, representando um acréscimo face ao ano transato de 6,07% e um valor médio no quadriênio de 118,74%, mantendo-se as receitas correntes acima das despesas da mesma natureza em 25,33%, o que demonstra o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, tendo este sido ainda reforçado.

3– Peso da Receita Corrente na Despesa Corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Conforme estipulado no n.º 2 do art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação da Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. Este indicador apresenta, na gerência de 2025, o valor de 125,33%, significando que as receitas correntes foram superiores às despesas da mesma natureza, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos do município, em 25,33%. Em virtude de o valor das amortizações médias de capital ser nulo, por terem sido totalmente amortizados, em 2022 e o empréstimo contratualizado em 2023 não ter sido utilizado, por não se terem executado os investimentos, pelo que o indicador apresenta assim valor igual ao do indicador anterior.

4 – Peso da Dívida Total do Município no Limite da Dívida Total para o ano.

Nos termos do disposto do n.º 1 do art.º 52.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Não sendo possível, à presente data, o apuramento real do contributo daquelas entidades para a dívida total do município, foi apurado o peso da dívida do município no limite referido, com base nos dados disponíveis e provisórios das entidades relevantes para apuramento da dívida total. Na gerência de 2025 a Dívida Total do Município representou 5,70% do Limite da Dívida Total do Município para o ano, valor mais baixo do quadriénio e representando um decréscimo face ao ano transato de 18,30%, quer por via da redução da dívida total do município quer pelo acréscimo do limite da dívida total, sendo o valor médio do indicador no quadriénio de 6,92%.

Indicadores de Eficácia

5 – Taxa de Execução da Receita

A taxa de execução da receita total foi de 103,88%, registando-se um acréscimo na execução da receita em relação ao ano transato de 5,47%, tendo as receitas correntes apresentado uma execução acima do previsto, de 104,69% e as receitas de capital com uma execução de 100,45%. A taxa média de execução da receita, no quadriénio, foi de 101,62%.

6 – Taxa de Execução da Despesa

A taxa de execução da despesa total em 2025 sofreu um decréscimo face ao ano transato de 4,11%, passando a despesa executada a representar 82,15% face ao valor previsto, registando a despesa corrente uma execução de 90,56% e a despesa de capital uma execução de 66,11%. A taxa média de execução da despesa, nos últimos quatro anos, passou a ser de 85,28%.

7 – Taxa de Execução das Despesas de Investimento

As despesas de investimento realizadas sofreram um decréscimo de 12,70% em relação ao ano transato, passando a representar 67,32% do valor previsto, quer por via do decréscimo registado no investimento realizado, quer pelo aumento registado no investimento final previsto. A taxa média de execução das despesas de investimento no período foi de 76,06%.

Indicador de Eficiência/Produtividade

117

8 – Investimento realizado por unidade paga ao pessoal

O indicador sofreu, em 2025, um decréscimo em relação ao ano anterior de 6,14%, atingindo o valor de 72,50%, resultado alcançado pela redução do valor do investimento e pelo acréscimo das despesas de pessoal. O valor médio, no quadriênio do investimento nas despesas de pessoal foi de 89,74%.

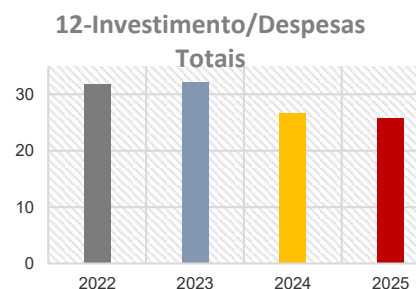
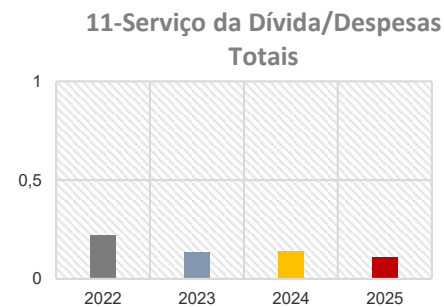
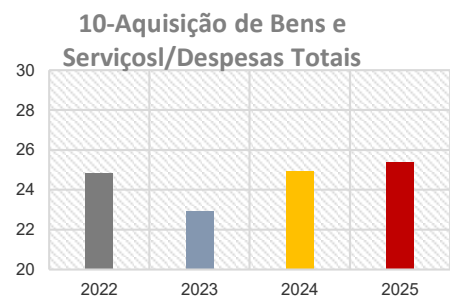
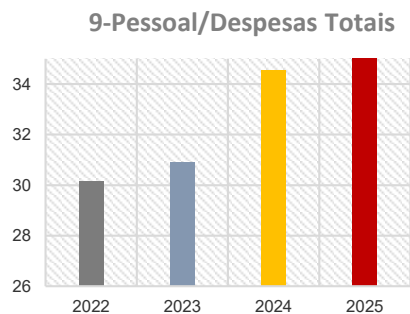
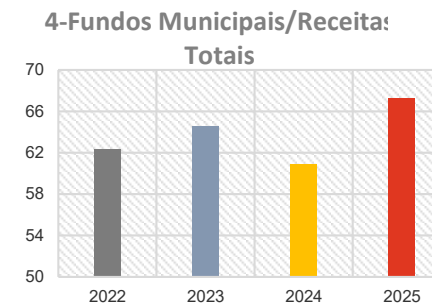
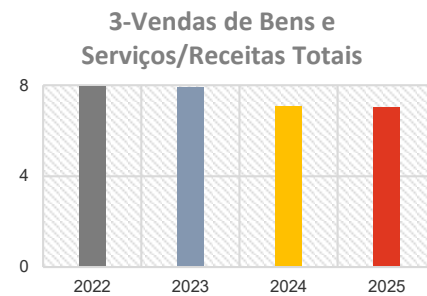
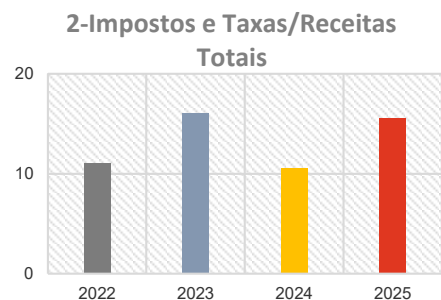
9 - Investimento realizado por unidade utilizada de empréstimos

O indicador não apresenta valor em 2025 em virtude de não existir qualquer receita proveniente de empréstimos, conforme já referido.

RÁCIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

118

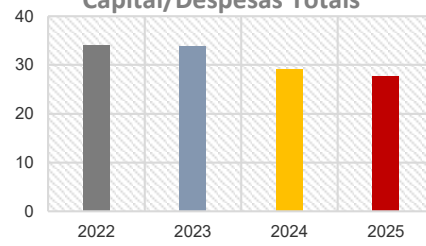
INDICADORES	2022	2023	2024	2025
(1) Receitas Próprias/Receitas Totais	22,02	27,68	20,64	25,94
(2) Impostos e Taxas/Receitas Totais	11,09	16,09	10,58	15,59
(3) Vendas de Bens e Serviços/Receitas Totais	7,95	7,92	7,08	7,01
(4) Fundos Municipais/Receitas Totais	62,34	64,50	60,88	67,21
(5) Transferências Comunitárias/Receitas Totais	11,87	4,80	16,12	5,02
(6) Passivos Financeiros (Rec.)/Receitas Totais	0,00	0,00	0,00	0,00
(7) Receitas Correntes/Receitas Totais	84,01	86,00	73,29	81,34
(8) Receitas de Capital/Receitas Totais	15,99	14,00	26,71	18,66
(9) Pessoal/Despesas Totais	30,17	30,92	34,56	35,53
(10) Aquisição de Bens e Serviços/Despesa Total	24,82	22,93	24,96	25,39
(11) Serviço da Dívida/Despesas Totais	0,22	0,13	0,14	0,10
(12) Investimento/Despesas Totais	31,81	32,08	26,70	25,76
(13) Despesas Correntes/Despesas Totais	66,01	66,07	70,84	72,34
(14) Despesas de Capital/Despesas Totais	33,99	33,93	29,16	27,66
(15) Receitas Totais/Despesas Totais	91,66	88,21	114,21	111,45
(16) Receitas Correntes/Despesas Correntes	116,65	114,83	118,16	125,33
(17) Receitas de Capital/Despesas de Capital	43,12	36,39	104,63	75,18
(18) Pessoal/Receitas Correntes	39,18	40,75	41,29	39,19
(19) Receitas Próprias/Investimento	63,44	76,12	88,29	112,22
(20) Empréstimos /Investimento	0,25	0,00	0,00	0,00
(21) Fundos Municipais/Investimento	179,62	177,33	260,47	290,77
(22) F. Municipais/Investimento+ Transf. Capital (Desp)	168,50	167,68	238,45	270,78



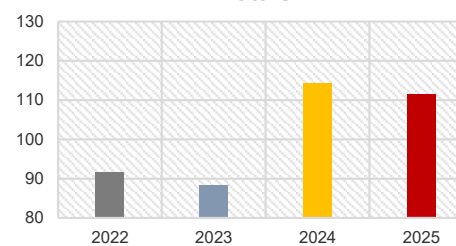
**13 Despesas Correntes/
Despesas Totais**



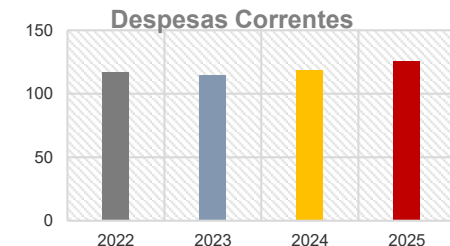
**14-Despesas de
Capital/Despesas Totais**



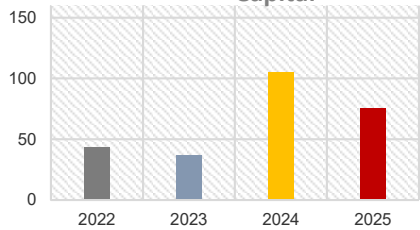
**15-Receitas Totais/ Despesas
Totais**



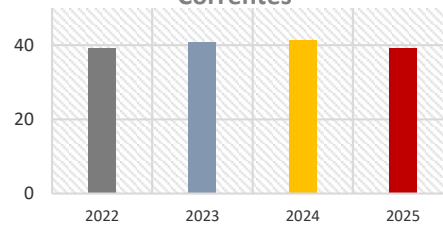
**16-Receitas Correntes/
Despesas Correntes**



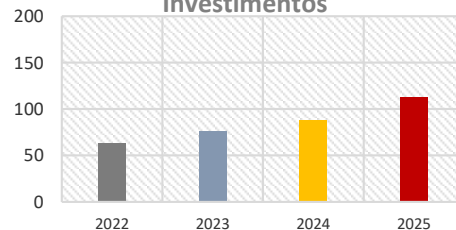
**17-Receitas Capital/ Despesas
Capital**



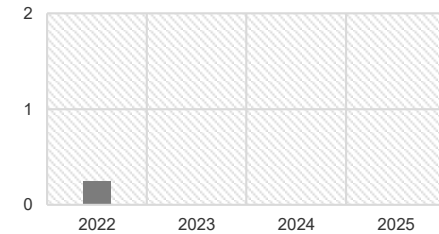
**18- Pessoal/ Despesas
Correntes**



**19-Receitas Próprias/
Investimentos**



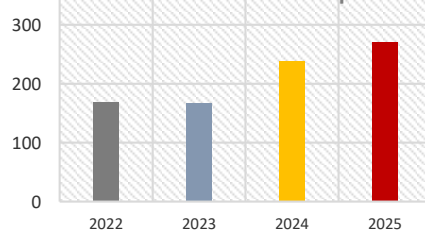
20-Empréstimos/Investimentos



**21-Fundos Municipais/
Investimentos**



**22-Fundos Municipais/
Investimentos+Transf.Capital**



NOTAS EXPLICATIVAS

Gráfico 1: **Receitas Próprias/Receitas Totais**

O indicador traduz o peso das receitas próprias no orçamento municipal e, conseqüentemente, o grau de dependência deste dos recursos alheios (empréstimos e transferências). Apresentou, ao longo do último quadriênio, valores que variaram entre os 20,64% e os 27,68% e um valor médio de 25,69%. Em 2025 o indicador apresentou o segundo maior valor do quadriênio, de 25,94%, quer por via do acréscimo registado nas receitas próprias do Município em 653 mil euros (26,13%), essencialmente pelo aumento da receita arrecadada proveniente da derrama e do IMT, tendo-se mesmo registado um ligeiro aumento das receitas totais, em cerca de 43 mil euros (0,35%).

Gráfico 2: **Impostos e Taxas/Receitas Totais**

Os impostos e taxas sofreram, no último ano, um acréscimo significativo de 47,32%, passando assim estas receitas a representar 60,12% das receitas próprias da autarquia e a apresentar um valor médio para o quadriênio de 13,34% das receitas totais. Assim o indicador apresentou, em 2025, o valor de 15,59%, tendo contribuído para este resultado o acréscimo, já referido, da receita arrecadada proveniente dos Impostos Diretos, mas também dos impostos indiretos e das taxas, tendo mesmo as receitas totais aumentado ligeiramente face ao ano anterior, contribuindo, assim, para a redução do indicador.

Gráfico 3: **Venda de Bens e Serviços/Receitas Totais**

A venda de bens e serviços correntes representou, em média, nos últimos quatro anos, cerca de 7,49%, das receitas totais e cerca de 27,04% das receitas próprias da autarquia arrecadadas em 2025, tendo este tipo de receita sofrido um ligeiro decréscimo em relação ao ano anterior (-0,55%), passando o indicador a apresentar o valor de 7,01%. Contribuiu para a descida do indicador (-0,90%), não só a receita proveniente da venda de bens e serviços, mas também o facto das receitas totais terem aumentado.

Gráfico 4: **Fundos Municipais/Receitas Totais**

Os fundos municipais representaram em média, ao longo dos últimos quatro anos, 63,73% das receitas totais, tendo registado o indicador, no ano de 2025, o valor mais alto do quadriênio de 67,21%, correspondendo a um acréscimo face ao ano transato em cerca de 10,39%. Esta situação resultou diretamente do aumento da receita proveniente dos fundos municipais, quer de natureza corrente quer de natureza de capital, receita essa proveniente essencialmente das transferências ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º da Lei 73/2013, de 03/09 e da transferência de competências no âmbito da lei n.º 50/2018, de 16/08, em cerca de 795 mil euros, tendo mesmo as receitas totais sofrido um ligeiro aumento.

Gráfico 5: **Transferências Comunitárias/Receitas Totais**

Este indicador representa o peso das transferências de fundos comunitários, referente à comparticipação de projetos de natureza corrente e de capital, no total das receitas, pelo que se encontra na dependência direta do montante transferido dos financiamentos aprovados. No ano de 2025, as transferências comunitárias representaram apenas 5,02% das receitas totais, registando um significativo decréscimo face ao ano anterior (-68,86%), devido à redução da receita proveniente de projetos cofinanciados, de natureza corrente e de capital, em cerca de 1.343 mil euros (-286,02%), tendo as receitas totais sofrido um ligeiro acréscimo. No final de 2025 existia em pedidos de pagamento efetuados e ainda não reembolsados um valor de € 661.739,63.

Gráfico 6: **Passivos Financeiros (Receitas) /Receitas Totais**

O valor deste indicador está diretamente relacionado com a contratação de empréstimos e respetiva libertação de capital. O Município contraiu em 2023 um novo empréstimo, contudo, como não foi utilizado qualquer montante, pelo que o indicador apresenta o valor 0.

Gráfico 7: **Receitas Correntes/Receitas Totais**

As receitas correntes arrecadadas pelo município representaram, em média, ao longo dos últimos quatro anos, cerca de 81,16% das receitas totais. No ano de 2025 o indicador apresentou um acréscimo face ao ano anterior (10,99%), a que correspondeu o valor de 81,34%. Este valor resulta do acréscimo significativo das receitas correntes, em cerca de 11,38%, apesar do acréscimo registado nas receitas totais, em 0,35%.

Gráfico 8: **Receitas Capital/Receitas Totais**

Este indicador, com comportamento inverso ao anterior, sofreu um decréscimo significativo face ao ano transato, em cerca de 30,15%, passando a representar, em 2025, as receitas de capital 18,66% das receitas totais arrecadadas. O valor obtido pelo indicador resultou do decréscimo da receita de capital, essencialmente pela redução de receita proveniente da comparticipação comunitária de projetos de investimento cofinanciados, tendo também as receitas totais sofrido um ligeiro acréscimo. As receitas de capital passaram assim a representar, ao longo do último quadriénio, uma média de 18,84% das receitas totais.

Gráfico 9: **Pessoal/Despesas Totais**

O peso dos gastos com o pessoal representou em média, ao longo dos últimos quatro anos, 32,79% das despesas totais da autarquia, nunca ultrapassando os limites impostos por lei. No ano de 2025, o indicador apresentou um valor de 35,53%, representando um ligeiro acréscimo de 2,82% face ao ano

transato. O acréscimo do indicador ocorreu por via do acréscimo registado nas despesas com pessoal, em 5,73%, tendo mesmo as despesas totais aumentado em 301 mil euros (2,83%).

Gráfico 10: **Aquisição de bens e serviços /Despesas Totais**

A Aquisição de bens e serviços representou, no quadriénio, um valor médio de 24,52% do total das despesas da autarquia, registando, em 2025, o valor de 25,39%, representando um ligeiro acréscimo do indicador face ao ano transato (1,72%). O acréscimo do indicador resultou do aumento das despesas desta natureza da despesa corrente, em cerca de 4,60%, tendo mesmo as despesas totais sofrido um acréscimo 2,83% face ao ano transato.

Gráfico 11: **Serviço da dívida /Despesas Totais**

O indicador em análise representa o peso dos encargos decorrentes do contrato de locação financeira, em virtude do município já não possuir qualquer valor utilizado de empréstimos de médio e longo prazo, no total das despesas do município, apresentando um valor médio para os quatro últimos anos de 0,15%, demonstrando o fraco peso desta despesa no valor global da despesa. Este indicador sofreu um decréscimo de 27,46%, representando o serviço da dívida do contrato de leasing 0,10% nas despesas totais da autarquia. O valor registado pelo indicador operou-se quer por via da redução da despesa com o serviço da dívida, em cerca de 4 mil euros, quer pelo aumento das despesas totais.

Gráfico 12: **Investimentos/Despesas Totais**

Este indicador reflete o peso do investimento na execução das despesas, verificando-se que o mesmo apresenta um valor médio, ao longo dos últimos quatro anos, de 29,09%. Na gerência de 2025 o indicador registou um decréscimo de 3,50% face ao ano anterior, apresentando o valor de 25,76%. O valor do indicador resulta quer do ligeiro decréscimo na aquisição de bens de investimento, em cerca de 22 mil euros (-0,76%), quer do aumento das despesas totais.

Gráfico 13: **Despesas Correntes/Despesas Totais**

O peso das despesas correntes no total das despesas da autarquia representou, em média, ao longo dos últimos anos, um valor de 68,81%. Na gerência de 2025, as despesas correntes representaram 72,34% das despesas totais, correspondendo a um acréscimo do indicador em relação ao ano anterior (2,12%). O valor do indicador resulta essencialmente do aumento das despesas correntes em cerca de 376 mil euros

(5,01%), embora as despesas totais também tenham aumentado em 301 mil euros (2,83%), o que fez descer o indicador.

Gráfico 14: **Despesas Capital/Despesas Totais**

Este indicador, sendo um complemento do anterior, tem comportamento inverso. Da comparação entre as despesas de capital e as despesas totais, têm resultado valores entre 28% e 34%. Em 2025 o indicador sofreu um decréscimo de 5,14%, passando as despesas de capital a representar 27,66% das despesas totais, valor mais baixo do quadriênio. Esta situação operou-se quer por via da redução das despesas de capital, em cerca de 76 mil euros (-2,45%), quer por via do acréscimo das despesas totais (2,83%), que fez descer o indicador.

Gráfico 15: **Receitas Totais/Despesas Totais**

Da comparação entre as receitas e as despesas totais obtêm-se o valor médio no quadriênio de 101,39%. No ano de 2025 o indicador registou o valor de 111,45%, um dos valores mais altos do quadriênio, significando que as receitas arrecadadas foram superiores às despesas realizadas, gerando um saldo positivo para a gerência seguinte. Esta situação ocorreu pelo ligeiro acréscimo das receitas totais de 43 mil euros (0,35%) tendo as despesas totais sofrido um acréscimo superior de 301 mil euros (2,83%) , o que conduziu a um ligeiro decréscimo do indicador, comparativamente a 2024, em 2,41%.

Gráfico 16: **Receitas Correntes/Despesas Correntes**

O valor deste indicador tem variado ao longo dos últimos quatro anos entre os 115% e os 125,33%, registando um valor médio no quadriênio de 118,74%. Em 2025 o indicador atingiu o valor mais alto do quadriênio de 125,33%, tendo sofrido um acréscimo de 6,07% face ao ano transato. O valor do indicador está diretamente relacionado com o acréscimo registada na receita corrente arrecadada (11,38%), tendo mesmo a despesa da mesma natureza sofrido um acréscimo de 5,01%. Pelo valor apresentado pelo indicador reforça-se a verificação do princípio do equilíbrio na execução corrente, uma vez que a receita corrente arrecadada é superior à despesa suportada da mesma natureza, em 25,33%.

Gráfico 17: **Receitas Capital/Despesas Capital**

Na gerência de 2025, este indicador sofreu um decréscimo significativo face ao ano transato (28,15%), atingindo assim o valor de 75,18%, por via do decréscimo das receitas de capital (5,01%) tendo mesmo as despesas de capital sofrido um ligeiro decréscimo (-2,45%). Assim, ao longo dos últimos quatro anos o peso médio das receitas de capital no total das despesas de capital foi de 64,83%.

Gráfico 18: **Pessoal/Receitas Correntes**

A despesa com pessoal representou, no ano de 2025, cerca de 39,19% das receitas correntes arrecadadas pela autarquia, correspondendo a um ligeiro decréscimo do peso das despesas com pessoal nas receitas correntes (-5,07%). O valor do indicador reflete o acréscimo significativo registado as receitas correntes em cerca de 1.010 mil euros (11,38%), tendo mesmo as despesas com pessoal sofrido um aumento em 210 mil euros (5,73%). O indicador obteve ao longo do quadriénio, valores entre os 39% e os 41%, tendo registado, ao longo do período em análise, uma média de 40,10%. Atualmente a possibilidade de recrutamento de trabalhadores, está sujeita aos limites de endividamento e demais obrigações de sustentabilidade das respetivas finanças locais, conforme estipulado pela Lei do Orçamento de Estado. O acréscimo desta natureza da despesa operou-se por força de lei e pela necessidade de novos recrutamentos, conforme já referenciado.

Gráfico 19: **Receitas Próprias/Investimentos**

O valor apresentado por este indicador, ao longo dos anos não tem sido muito significativo, devido à baixa execução ao nível das receitas próprias da autarquia, sendo o indicador influenciado inversamente pelo valor do investimento ocorrido no respetivo ano. Em 2025 as receitas próprias do município sofreram um significativo acréscimo de 27,10%, face ao ano anterior, passando as receitas próprias a representar 112,22% do investimento, valor mais alto do quadriénio. O valor do indicador foi obtido pela aumento significativa das receitas próprias, em cerca de 653 mil euros (26,13%), tendo o investimento sofrido uma redução em cerca de 22 mil euros (-0,76%).

Gráfico 20: **Empréstimos/Investimentos**

Este indicador representa o peso dos encargos com o recurso a capitais alheios resultantes de empréstimos no total do investimento. É influenciado diretamente pelo aumento do recurso a empréstimos e inversamente pelo aumento do investimento. Em 2025 o indicador apresenta o valor 0 pelo facto de o município não deter qualquer valor de empréstimo utilizado.

Gráfico 21: **Fundos Municipais/Investimentos**

O indicador é influenciado diretamente pelo volume de fundos transferidos do orçamento do estado e inversamente pelo montante do investimento. Em 2025 o indicador sofreu um acréscimo, face ao ano anterior, de 11,63%, passando a registar o valor de 290,77%, facto que se deveu ao aumentado da receita arrecadada proveniente dos fundos municipais (17,45%), em cerca de 1.287 mil euros e à redução do valor do investimento (-0,76%).

Gráfico 22: Fundos Municipais/ (Investimentos + Transferências Capital)

Este indicador compara o peso dos fundos transferidos do orçamento de estado na totalidade das despesas de investimento e das transferências de capital da autarquia. O indicador tem apresentado grandes oscilações, apresentando um valor médio, no quadriénio, de 211,35%, atingindo em 2025 o valor de 270,78%, representando um acréscimo de 13,56%. À semelhança do indicador anterior e atendendo a que as despesas com transferências de capital sofreram também um ligeiro decréscimo (54 mil euros), o valor do indicador resulta diretamente do acréscimo significativo da receita arrecadada proveniente dos fundos municipais (1.287mil euros) e da redução do valor do investimento e das transferências de capital (76 mil euros).

5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, foi aprovado o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplicado às autarquias locais a partir de 2020, conforme estipulado no n.º 1 do art.º 86.º do decreto-lei que estabeleceu as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2019 e que revogou o anterior sistema contabilístico (POCAL), aprovado Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as sucessivas alterações, à exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, tendo o Município de Vila Velha de Ródão procedido à implementação deste novo sistema contabilístico, no exercício de 2020, pelo que já se encontra estabilizada a análise comparativa.

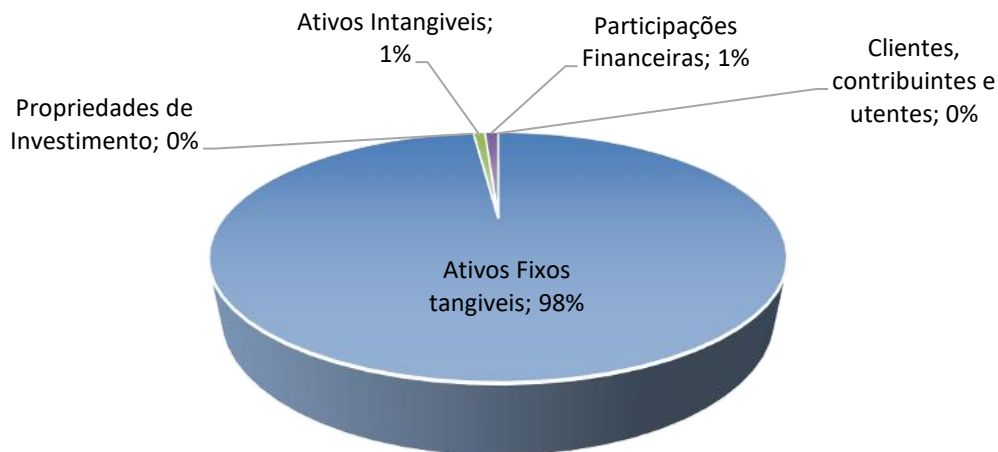
5.1. ESTRUTURA DO ATIVO NÃO CORRENTE

No inventário inicial, elaborado em 2002, o património municipal apresentava o valor de €15.774.022,43. No exercício económico de 2021, utilizando a prerrogativa da IPSAS 33 que concede exceções transitórias para as entidades que adotam as IPSAS na base do acréscimo pela primeira vez e que permite um período de três anos para reconhecer ativos e passivos específicos, o Município de Vila Velha de Ródão, prosseguindo uma política de melhoria contínua, implementou um projeto de definição de um modelo fiável para o reconhecimento e mensuração do Património - Modelo de Gestão e Valorização Patrimonial, com o apoio técnico de uma empresa da especialidade, acreditada para o efeito, a *American Appraisal* — Consultores de Avaliação, Unipessoal Lda., tendo-se procedido à georreferenciação, à avaliação de bens imóveis do domínio público - Rede Viária e estimativa de vidas úteis remanescentes e à avaliação das condutas de rede afetas ao Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento Básico e estimativa de vidas úteis remanescentes. No final do exercício económico de 2025, o Património Municipal registava como valor do Ativo Não Corrente **€ 38.125.742,61**, valor este que representa 84% do total do ativo líquido, tendo sofrido um ligeiro acréscimo de 1,22% face ao ano transato, em cerca de 460 mil euros.

O Ativo não corrente é constituído essencialmente por Ativos Fixos Tangíveis, em 98,09%, correspondendo ao valor de 37.396 mil euros, tendo-se verificado um ligeiro acréscimo (1,15%) face ao ano anterior. As “Participações Financeiras”, com um peso de 1,01% nesta natureza do ativo, mantiveram o valor em relação aos anos transatos de 385 mil euros. Os “Ativos Intangíveis”, sofreram um acréscimo face a 2024 de 11,26%, passando a representar 0,89% da estrutura do Ativo não corrente e a apresentar

o valor de 341 mil euros. Os “Clientes, contribuintes e utentes” mantiveram um valor similar ao ano transato de 4 mil euros, com um peso insignificante nesta natureza do ativo. Não existem ativos registados em “Propriedades de Investimento”.

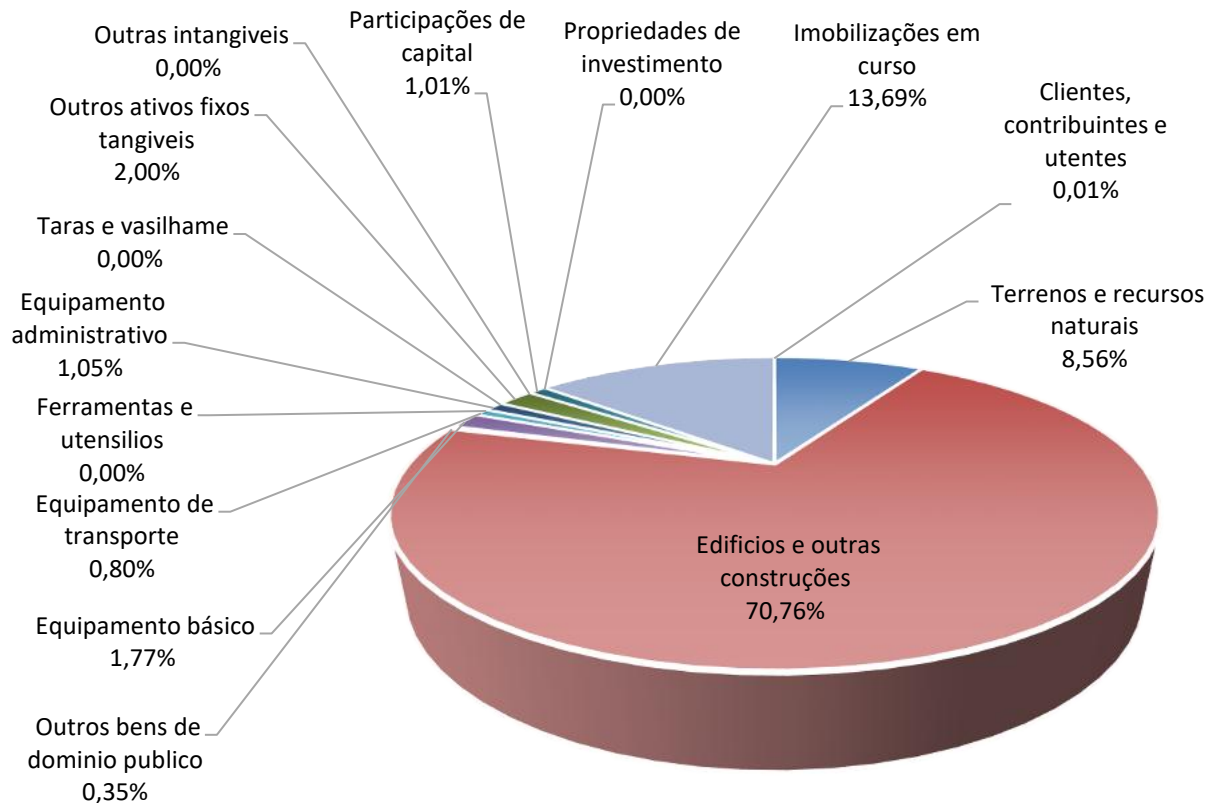
ESTRUTURA DO ATIVO NÃO CORRENTE



Na estrutura do Ativo não corrente, a conta “Edifícios e Outras Construções” é aquela que apresenta maior peso, com 70,76%, dada a natureza dos equipamentos que aí se encontram inventariados, nomeadamente os edifícios, as outras construções como estradas, caminhos, arruamentos e passeios, parques e jardins e as infraestruturas relacionadas com os serviços de águas, saneamento e resíduos. Esta conta sofreu um ligeiro decréscimo face ao ano anterior (-2,37%), registando em 2025 o valor de 26.976 mil euros. Outras contas com algum peso na estrutura do Ativo não corrente são as “Imobilizações em Curso”, que sofreram o maior acréscimo em valor, de 1.004 mil euros (23,82%), passando a representar 13,69% desta natureza do ativo, pela execução de novos projetos de investimento que se mantiveram em curso, e a apresentar um valor de 5.220 mil euros e os “Terrenos e Recursos Naturais”, com um peso de 8,56%, que sofreram um ligeiro acréscimo face ao ano transato (2,40%), passando a apresentar o valor de 3.262 mil euros. Seguem-se, na estruturado ativo não corrente, os “Outros Ativos Fixos Tangíveis”, que sofreram um acréscimo de 15,40%, passando representar 2,00% desta natureza do ativo e a apresentar o valore de 764 mil euros e o “Equipamento Básico”, que sofreu uma redução de valor (-15,91%), passando a representar 1,77% desta natureza do ativo e a apresentar o valore de 674 mil euros. O “Equipamento administrativo” sofreu o maior acréscimo percentual (55,83%), passando a representar 1,05% do Ativo não corrente e a apresentar o valor de 401 mil euros. Outra conta que apresenta ainda algum peso no Ativo não corrente são os “Equipamento de Transporte”, que sofreram um decréscimo percentual de 21,30%, passando a apresentar o peso de 0,80% e o valor de 306 mil euros. As “Participações Financeira” e os “Outros Bens de Domínio Público” mantiveram os valores do ano anterior,

de 385 mil euros e 132 mil euros, respetivamente. As “Propriedades de Investimento” passaram a não apresentar qualquer valor na sequência do desreconhecimento desses ativos como propriedades de investimento. Do mesmo modo a conta “Outros ativos Intangíveis” e “Ferramentas e utensílios” não apresentam qualquer valor na estrutura do Ativo não corrente.

ESTRUTURA DO IMOBILIZADO LÍQUIDO - POR TIPO DE BEM



5.2. Análise Económica

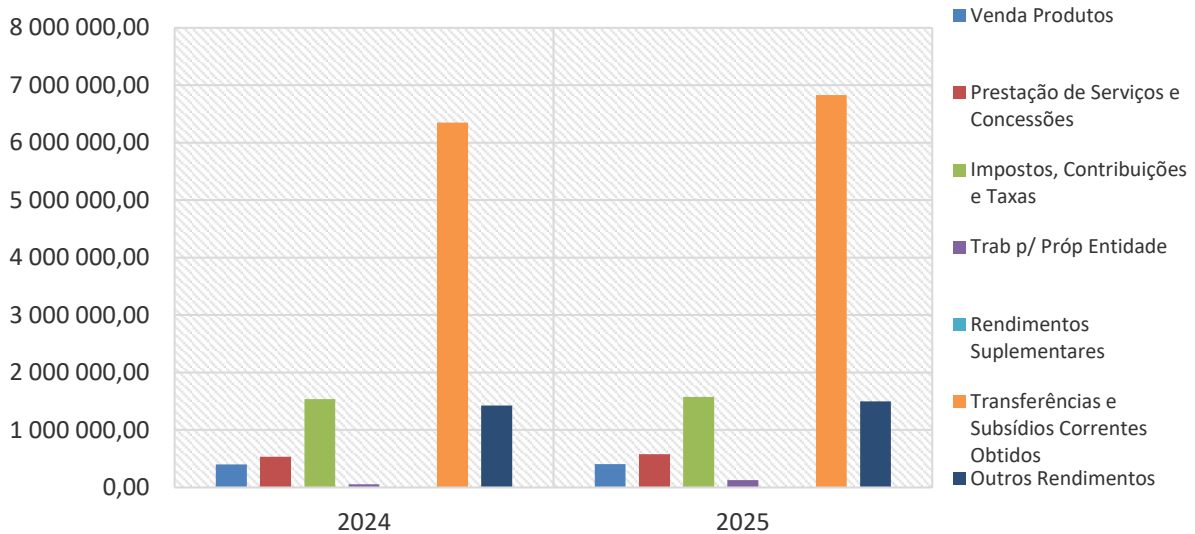
RENDIMENTOS

Estrutura Rendimentos	2024		2025		$\Delta_{2024/2025}$	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Rendimentos Operacionais	10.309.883,33	99,68	11 017 797,42	99,63	707 914,09	6,87
Rendimentos e Ganhos Financeiros	33.524,35	0,32	40 632,90	0,37	7 108,55	21,20
TOTAL	10.343.407,68	100,00	11.058.430,32	100,00	715.022,64	6,91

Os Rendimentos atingiram, no exercício económico de 2025, o montante de € 11.058.430,32, correspondendo a um acréscimo de 6,91% face a 2024, o que representa um aumento de cerca de 715 mil euros. Esta evolução resulta essencialmente do crescimento dos rendimentos operacionais, que continuam a representar a quase totalidade dos rendimentos. Os Rendimentos Operacionais atingiram assim, em 2025, o valor de 11.018 mil euros, passando a representar 99,63% do total dos rendimentos, conta que atualmente integra os rendimentos extraordinários, bem como os rendimentos em imóveis. Por sua vez, os Rendimentos e Ganhos Financeiros registaram um acréscimo de 21,20%. No entanto, dado o seu reduzido peso na estrutura dos rendimentos (0,37%), o seu impacto global é pouco significativo. Em 2025, atingiram cerca de 41 mil euros, refletindo os juros de depósitos a prazo.

Rendimentos Operacionais	2024		2025		$\Delta_{2024/2025}$	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Venda de Produtos	401.050,41	3,89	408 532,37	3,71	7 481,96	1,87
Prestação de Serviços	535.695,87	5,20	581 671,32	5,28	45 975,45	8,58
Impostos, Contribuições e Taxas	1.539.379,07	14,93	1 573 595,19	14,28	34 216,12	2,22
Trabalhos para Própria Entidade	53.180,37	0,52	127 894,19	1,16	74 713,82	140,49
Imparidades (Perdas/Reversões)	314,84	0,00	0,00	0,00	-314,84	-100,00
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	6.352.221,65	61,61	6 827 966,08	61,97	475 744,43	7,49
Outros rendimentos	1.428.041,12	13,85	1 498 138,27	13,60	70 097,15	4,91
TOTAL	10.309.883,33	100,00	11 017 797,42	100,00	707 914,09	6,87

Proveitos Operacionais 2024/2025



Os Rendimentos Operacionais totalizaram € **11.017.797,42**, do exercício de 2025, tendo registado um acréscimo de 6,87% face ao ano transato, a que correspondeu um aumento em valor de 708 mil euros. De um modo geral, todas as contas apresentaram crescimento, com exceção das imparidades, que não registaram qualquer valor em 2025. A conta com maior peso na estrutura dos rendimentos operacionais, as “Transferências e Subsídios Correntes Obtidos” (61,97%), registou um acréscimo em cerca de 476 mil euros (7,49%), atingido o montante de 6.828 mil euros. Esta evolução resulta, sobretudo, do aumento das transferências do Orçamento do Estado, nomeadamente no âmbito das transferências de competências e da afetação à receita corrente de 50% do valor transferido ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º da Lei 73/2013, bem como do reforço das transferências comunitárias de natureza corrente, designadamente através do FSE. Os “Impostos, Contribuições e Taxas”, que representam 14,28% dos rendimentos operacionais, sofreu um ligeiro acréscimo em relação ao exercício de 2024, em cerca de 34 mil euros (2,22%), atingindo o valor de 1.574 mil euros em 2025, essencialmente por via dos impostos diretos. Seguem-se os “Outros Rendimentos”, com um peso de 13,60%, na estrutura dos rendimentos operacionais, conta que apresentou um acréscimo de 70 mil euros (4,91%), registando, assim, o valor de 1.498 mil euros. Este montante decorre principalmente da imputação de subsídios ao investimento em cerca de 825 mil euros, dos rendimentos em investimentos não financeiros no valor de 392 mil euros e das correções relativas a períodos anteriores em 241 mil euros. A conta “Prestações de Serviços e Concessões” sofreu também um acréscimo em 8,58%, correspondente a um aumento dos rendimentos em 46 mil euros, passando a representar 5,28% da estrutura dos rendimentos operacionais e a atingir o valor de 582 mil euros, essencialmente devido à evolução da receita associada aos serviços de saneamento e resíduos sólidos. As “Vendas de Produtos” mantiveram-se relativamente estáveis face ao

ano anterior, atingindo cerca de 409 mil euros e representando 3,71% da estrutura dos rendimentos operacionais, sobretudo devido à venda de água. Por fim, a conta “Trabalhos para Própria Entidade”, evidenciou o maior acréscimo percentual (140,49%), traduzindo-se num acréscimo em cerca de 75 mil euros. Esta passou a apresentar o valor de 128 mil euros, correspondendo a 1,16% dos rendimentos operacionais.

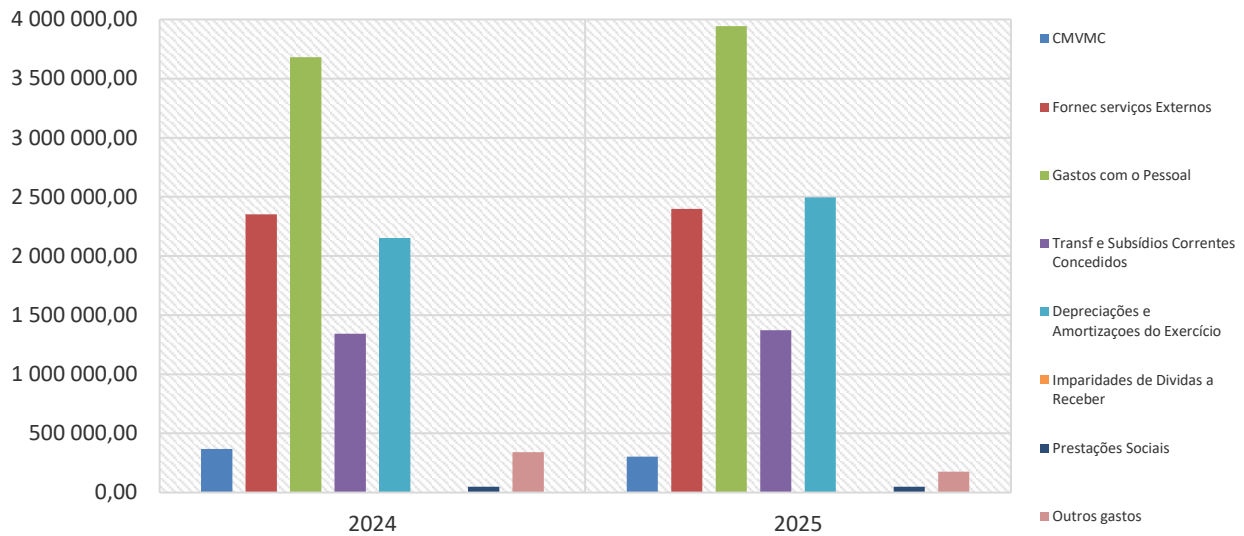
GASTOS

Estrutura Gastos	2024		2025		Δ _{2024/2025}	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Gastos Operacionais	10.286.984,17	99,93	10 742 048,55	99,94	455 064,38	4,42
Gastos e Perdas Financeiros	7.100,29	0,07	5 973,66	0,06	-1 126,63	-15,87
TOTAL	10.294.084,46	100,00	10 748 022,21	100,00	453 937,75	4,41

Os gastos totalizaram, no exercício de 2025, o valor de € **10.748.022,21** representando um acréscimo de 4,41% relativamente ao ano transato, o que corresponde a um aumento dos gastos em cerca de 454 mil euros. Os Gastos Operacionais, que representam 99,94% do total dos gastos, atingiram, em 2025, o valor de 10.742 mil euros. Os Gastos e Perdas Financeiros, com peso de apenas 0,06% na estrutura de gastos registaram, em 2025, o valor de 6 mil euros, resultante dos encargos com comissões bancárias e a juros dos contratos de locação financeira.

Gastos Operacionais	2024		2025		Δ _{2024/2025}	
	Valor	Valor	Valor	%	Valor	%
CMVMC	368.651,81	3,58	303 812,59	2,83	-64 839,22	-17,59
Fornecimentos e Serviços Externos	2.351.472,73	22,86	2 398 002,90	22,32	46 530,17	1,98
Gastos com o Pessoal	3.681.581,08	35,79	3 944 557,93	36,72	262 976,85	7,14
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	1.341.920,18	13,04	1 373 513,46	12,79	31 593,28	2,35
Gastos/reversões de depreciações e amortizações	2.153.272,22	20,93	2 496 710,51	23,24	343 438,29	15,95
Imparidades de Dívidas a Receber	0,00	0,00	793,81	0,01	793,81	ss
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Prestações Sociais	49.123,58	0,48	48 351,06	0,45	-772,52	-1,57
Outros Gastos	340.962,57	3,31	176 306,29	1,64	-164 656,28	-48,29
TOTAL	10.286.984,17	100,00	10 742 048,55	100,00	455 064,38	4,42

Gastos Operacionais 2024/2025



Os Gastos Operacionais totalizaram no exercício de 2025 o valor de **€ 10.742.048,55**, tendo sofrido um acréscimo em cerca de 455 mil euros (4,42%), face ao ano anterior. Esta evolução deveu-se, essencialmente, ao aumento verificado nas contas com maior peso na estrutura dos custos operacionais. Os “Gastos com o Pessoal”, registaram um acréscimo em 263 mil euros (7,14%), passando a apresentar o valor de 3.945 mil euros e a representar 36,72% desta natureza de gastos. Este aumento reflete a atualização da tabela salarial para todas as carreiras, da aplicação do regime especial de aceleração de carreiras, da alteração de posicionamento remuneratório dos assistentes operacionais e de novas contratações. Os “Gastos/reversões de depreciações e amortizações” evidenciaram o maior acréscimo percentual (15,95%), a que correspondeu um aumento de gastos em 343 mil euros, passando esta conta a representar 23,24% da estrutura dos gastos operacionais e a apresentar o valor de 2.498 mil euros. Seguem-se os “Fornecimentos e Serviços Externos” na estrutura dos gastos operacionais, que registaram um ligeiro acréscimo face ao ano transato, em cerca de 47 mil euros (1,98%), conta que representa 2.398 mil euros, a que correspondeu um peso de 22,32% dos gastos operacionais. As “Transferências e Subsídios Correntes Concedidos”, com um peso de 12,79% nesta estrutura de gastos, registaram igualmente um ligeiro acréscimo de 32 mil euros (2,35%) atingindo, em 2025, o valor de 1.374 mil euros. As restantes contas apresentaram uma redução do seu peso na estrutura dos gastos. O “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas” registou um decréscimo em cerca de 65 mil euros (-17,59%), passando a representar 2,83% dos gastos operacionais e a apresentar o valor de 304 mil euros. Por sua

vez, os “Outros Gastos”, sofreram o maior decréscimo percentual (-48,29%) a que correspondeu uma redução deste tipo de gastos em cerca de 165 mil euros, passando a registar, em 2025, o valor de 176 mil euros e a representar 1,64% desta natureza de gastos, essencialmente pela redução do valor das correções relativas a períodos anteriores. As “Prestações Sociais”, onde se passaram a registar as prestações relativas ao apoio alimentar, mantiveram um valor próximo do registado no ano anterior, situando-se em cerca de 48 mil euros e representando 0,45% dos gastos operacionais. Por fim, a conta “Imparidades de Dividas a Receber”, registou um valor de cerca de mil euros e as “Provisões” não apresentam qualquer valor.

RESULTADOS

No exercício de 2025 e tendo em conta as novas regras inerentes à aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), apurou-se um resultado líquido do exercício de € **310.408,11**. Para este valor do resultado líquido contribuíram diretamente os vários tipos de resultados da seguinte forma:

- ✓ Resultados Operacionais.....€ 275.748,87;
- ✓ Resultados Financeiros..... € 34.659,24.

5.3. Análise Financeira

135

ATIVO

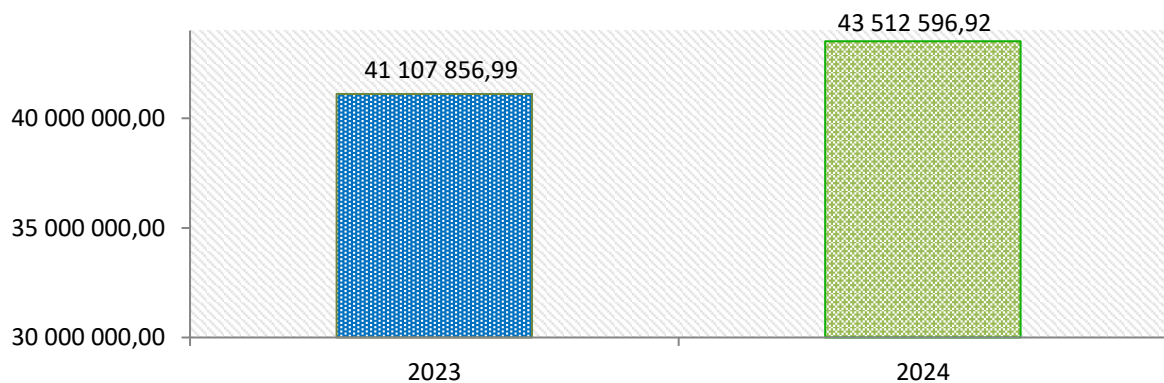
Ativo	2024		2025		Δ _{2024/2025}	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo não Corrente	37.665.369,89	86,56	38 125 742,61	84,34	460 372,72	1,22
Inventários	207.505,01	0,48	248 520,73 €	0,55	41 015,72	19,77
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	792.784,47	1,82	786 388,62 €	1,74	-6 395,85	-0,81
Clientes Contribuintes e Utentes	116.568,42	0,27	135 723,35 €	0,30	19 154,93	16,43
Estado e Outros Entes Públicos	0,00	0,00	55 697,60 €	0,12	55 697,60	ss
Outras contas a receber	1.665.238,16	3,83	1 542 839,21 €	3,41	-122 398,95	-7,35
Diferimentos	13.888,64	0,03	7 372,14 €	0,02	-6 516,50	-46,92
Caixa e depósitos	3.051.242,33	7,01	4 300 909,99 €	9,51	1 249 667,66	40,96
TOTAL	43.512.596,92	100,00	45 203 194,25	100,00	1 690 597,33	3,89

O **Ativo Líquido do Município** apresentou, no exercício de 2025, o valor de € **45.203.194,25** correspondendo a um acréscimo face ao ano anterior em cerca de 1.691 mil euros (3,89%).

Para esta situação contribuiu excepcionalmente o acréscimo registado na classe de contas “Caixa e Depósitos”, que sofreu o maior acréscimo (40,96%), em cerca de 1.250 mil euros, passando assim a registar o valor de 4.301 mil euros e a aumentar o seu peso no ativo para 9,51%. Contribuiu igualmente para o aumento do Ativo líquido o aumento da classe com maior peso na estrutura do ativo, o “Ativo não Corrente”, em cerca de 460 mil euros (1,22%), passando a representar 84,34 % do ativo e a atingir o valor de 38.126 mil euros. O ativo não corrente apresenta assim um crescimento moderado em valor, mas com perda de peso relativo e reforço da liquidez. As “Outras Contas a Receber” registaram uma redução do seu peso na estrutura do ativo, para 3,41%, fruto do seu decréscimo em cerca de 122 mil euros (-7,35%), passando a registar o valor de 1.543 mil euros. Também os “Devedores por Transferências e Subsídios não reembolsáveis” sofreram um ligeiro decréscimo em cerca de 6 mil euros, passando a apresentar o valor de 786 mil euros e a representar 1,74% na estrutura do ativo. Os “Inventários” sofreram um acréscimo de 41 mil euros (19,77%), passando a apresentar, em 2025, o valor de 249 mil euros e a representam 0,55% da estrutura do Ativo. De igual modo os “Clientes Contribuintes e Utentes”, com um peso de 0,30%, sofreram acréscimos de 19 mil euros (16,43%), passando a apresentar o valor de 136 mil

euros. A conta “Estado e Outros Entes Públicos” passaram a registar, em 2025, o valor de 56 mil euros relativo à revisão da metodologia de dedução do IVA incorrido pelo Município de Vila Velha de Ródão, com referência aos anos de 2021 e 2022. Os “Diferimentos”, com um peso de apenas 0,02% na estrutura do ativo sofreu um decréscimo de 46,92%, tendo, por isso, um impacto pouco significativo, passando estes a registar o valor de 7 mil euros.

Ativo Líquido

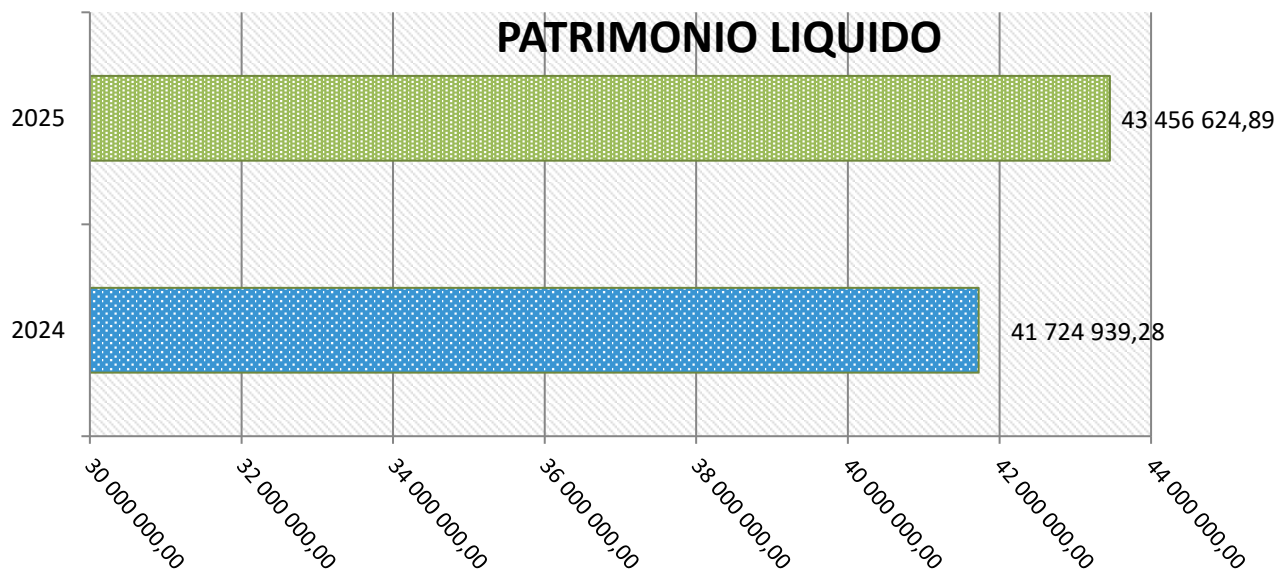


PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Património Líquido	2024		2025		$\Delta_{2024/2025}$	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Património/Capital	18.377.834,47	44,05	18 377 834,47	42,29	0,00	0,00
Reservas	3.909.059,35	9,37	3 909 059,35	9,00	0,00	0,00
Resultados Transitados	4.974.324,92	11,92	5 203 693,62	11,97	229 368,70	4,61
Outras variações no Património Líquido	14.414.397,32	34,55	15 655 629,34	36,03	1 241 232,02	8,61
Resultado Líquido	49.323,22	0,12	310 408,11	0,71	261 084,89	529,33
TOTAL	41.724.939,28	100,00	43 456 624,89	100,00	1 731 685,61	4,15

O **Património Líquido Municipal** apresentou, no exercício de 2025, o valor de € **43.456.624.89** representando um acréscimo dos fundos próprios, face ao ano transato, em cerca 1.732 mil euros (4,15%). A classe com maior peso na estrutura do Património Líquido, o “Património/Capital”, com um peso 42,29%, manteve-se inalterada, apresentando o mesmo valor do ano anterior, de 18.378 mil euros.

O valor do Património Líquido Municipal inclui, à semelhança dos anos transatos, por força do novo imperativo legal, os subsídios ao investimento a diferir e a contabilização do FEF de capital e do fundo resultante do n.º 3 do art.º 35.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, no valor de 1.497 mil euros, na classe “Outras variações no Património Líquido” (59.3). Esta classe, com um peso de 36,03% no Património Líquido Municipal, sofreu um aumento no valor de 1.241 mil euros (8,61%), passando a registar, em 2025, o valor de 15.656 mil euros. Os “Resultados Transitados”, registaram um acréscimo no valor de 229 mil euros (4,61%), passando a apresentar o valor de 5.204 mil euros e a representar 11,97% na estrutura do Património Líquido. Por sua vez as “Reservas”, mantiveram o valor registado em 2024, de 3.909 mil euros, representando um peso de 9,00% no Património Líquido. O Resultado Líquido apurado no ano de 2025 foi positivo, no montante de €310.408,11, traduzindo-se num acréscimo face ao ano transato em cerca de 261 mil euros.



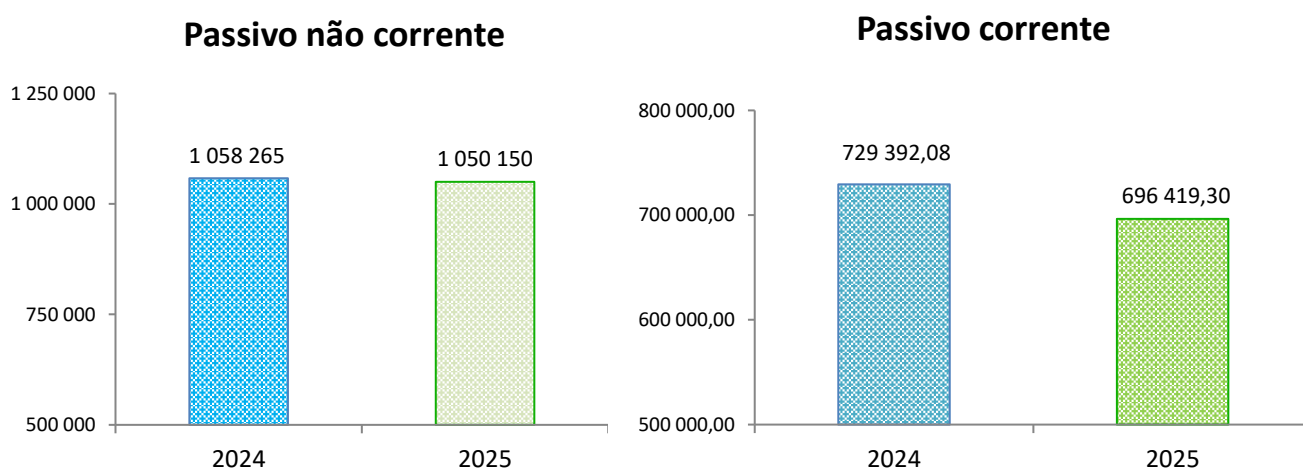
PASSIVO

PASSIVO NÃO CORRENTE	2024		2025		Δ 2024/2025	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Provisões	1 057 433,70	99,92	1 049 318,20	99,92	-8 115,50	-0,77
Financiamentos obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
Outras contas a pagar	831,36	0,08	831,86	0,08	0,50	0,06
TOTAL PNC	1 058 265,06	100,00	1 050 150,06	100,00	-8 115,00	-0,77
PASSIVO CORRENTE	2024		2025		Δ 2023/2025	
	Valor	%	Valor	%	valor	%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00	0,00	950,00	0,14	950,00	ss
Fornecedores	4 173,00	0,57	13 292,55	1,91	9 119,55	218,54
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	7 427,20	1,02	7 427,20	1,07	0,00	ss
Estado e Outros Entes Públicos	46 571,04	6,38	94 693,60	13,60	48 122,56	103,33
Financiamentos obtidos	11 686,16	1,60	0,00	0,00	-11 686,16	-100,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ss
Outras contas a pagar	585 151,52	80,22	552 571,02	79,34	-32 580,50	-5,57
Diferimentos	74 383,16	10,20	27 484,93	3,95	-46 898,23	-63,05
TOTAL PC	729 392,08	100,00	696 419,30	100,00	-32 972,78	-4,52
TOTAL DO PASSIVO	1 787 657,14		1 746 569,36		-41 087,78	-2,30

No exercício de 2025 o *Passivo do Município de Vila Velha de Ródão* apresentava o valor de **€1.746.569,36**, tendo-se verificado um decréscimo, em cerca de 41 mil euros (-2,30%), por via ds redução do passivo corrente e do passivo não corrente.

O **Passivo não corrente**, que representa 60,13% do Passivo Municipal, apresentou em 2025 o valor de €1.050.150,06, correspondendo a um decréscimo em cerca de 8 mil euros (-0,77%) face ao ano anterior. Contribuiu para esta situação a redução da classe de contas que representa a quase totalidade do passivo não corrente (99,92%), as “Provisões”, que sofreram um ligeiro decréscimo em 8 mil euros, apresentando em 2025 o valor de 1.049 mil euros. Os “Financiamentos Obtidos” não apresentaram qualquer valor em 2025 em virtude de não ter sido utilizado qualquer verba de empréstimos ou outros contratos de financiamento e já não existir amortização anual do contrato de locação financeira referentes à aquisição de duas viaturas elétricas, a pagar a médio e longo prazo. As “Outras contas a pagar” de natureza não corrente, apresentaram um valor similar a 2024.

O **Passivo Corrente** representa 39,87% do Passivo Municipal e apresentou no ano de 2025 o valor de €696.419,30, correspondendo a um decréscimo em cerca de 33 mil euros (-4,52%) face ao ano transato, tendo contribuído para esta situação a descida da classe de contas com maior peso nesta natureza do passivo, “Outras Contas a Pagar” de natureza corrente, que sofreu um decréscimo em cerca de 33 mil euros (-5,57%), passando a registar, em 2025, o valor de 553 mil euros e a reduzir o seu peso para 79,34%. Os “Diferimentos”, de natureza passiva, classe com algum peso no passivo corrente, sofreu também um decréscimo face ao ano anterior em cerca de 47 mil euros (-63,05%), tendo reduzido significativamente o seu peso na estrutura do passivo para 3,95% e registado o valor de 27 mil euros. O “Estado e Outros Entes Públicos”, classes de contas com algum peso nesta natureza do passivo, registou um significativo acréscimo em cerca de 48 mil euros (103,33%), apresentando assim, em 2025, o valor de 95 mil euros e passando a representar 13,60% do passivo corrente, reflexo da retenção de impostos sobre rendimentos e das contribuições para sistemas de proteção social a entregar no ano seguinte. De igual modo os “Fornecedores”, sofreram um acréscimo em 9 mil euros (218,54%), mas em virtude do seu peso nesta natureza do passivo esta variação não teve grande impacto, passando assim esta classe de contas a registar o valor de 13 mil euros e a representar 1,91% no total das dívidas correntes do município. A classe de contas “Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes” mantiveram o mesmo valor do ano transato, cerca de 7 mil euros e a representar um peso de 1,07% do passivo corrente e os “Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis” passaram a apresentar o valor, em cerca de mil euros. Os “Financiamentos Obtidos” sofreram um decréscimo de 12 mil euros, passando a não apresentar qualquer valor em 2025 por ter terminado a amortização corrente do contrato de locação financeira. De igual modo os “Fornecedores de investimentos” não registaram qualquer valor em 2025.



6. APURAMENTO DOS CUSTOS POR FUNÇÕES

Em 2010, foi desencadeado o processo de implementação do sistema de Contabilidade de Custos no Município. Trata-se de um procedimento de elevada complexidade técnica e exigência metodológica, cuja concretização pressupõe o envolvimento contínuo e a articulação eficaz de todos os colaboradores municipais. Este sistema encontra-se atualmente em regime de aperfeiçoamento contínuo, visando a otimização dos seus mecanismos e a plena prossecução dos objetivos definidos.

Atendendo às especificidades metodológicas associadas à aplicação da NCP 27, verifica-se que a sua implementação ainda não se encontra concluída na totalidade. Neste contexto, torna-se necessário um período adicional para assegurar a adoção integral e consistente desta norma no âmbito do SNC-AP.

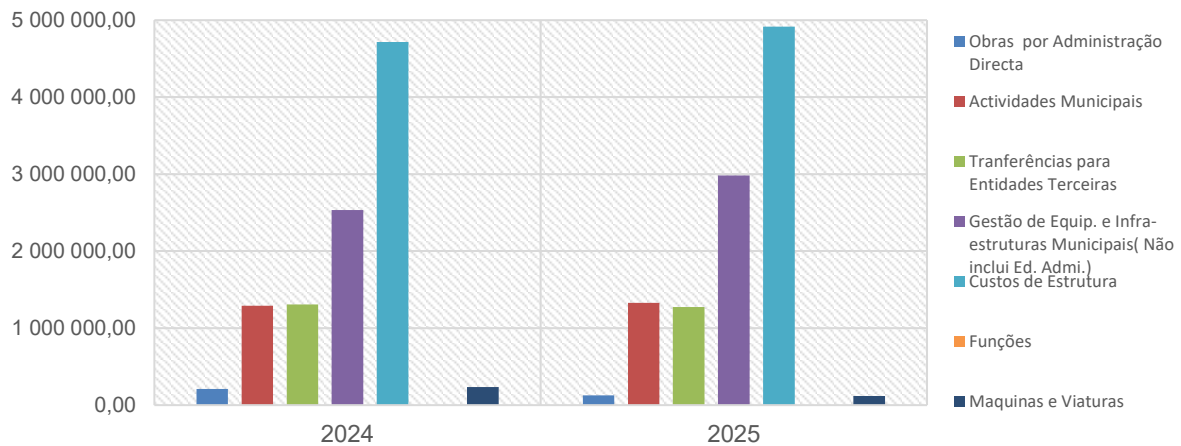
No exercício de 2025, foi, contudo, possível apurar os resultados que seguidamente se apresentam.

TOTAL DOS CUSTOS APURADOS

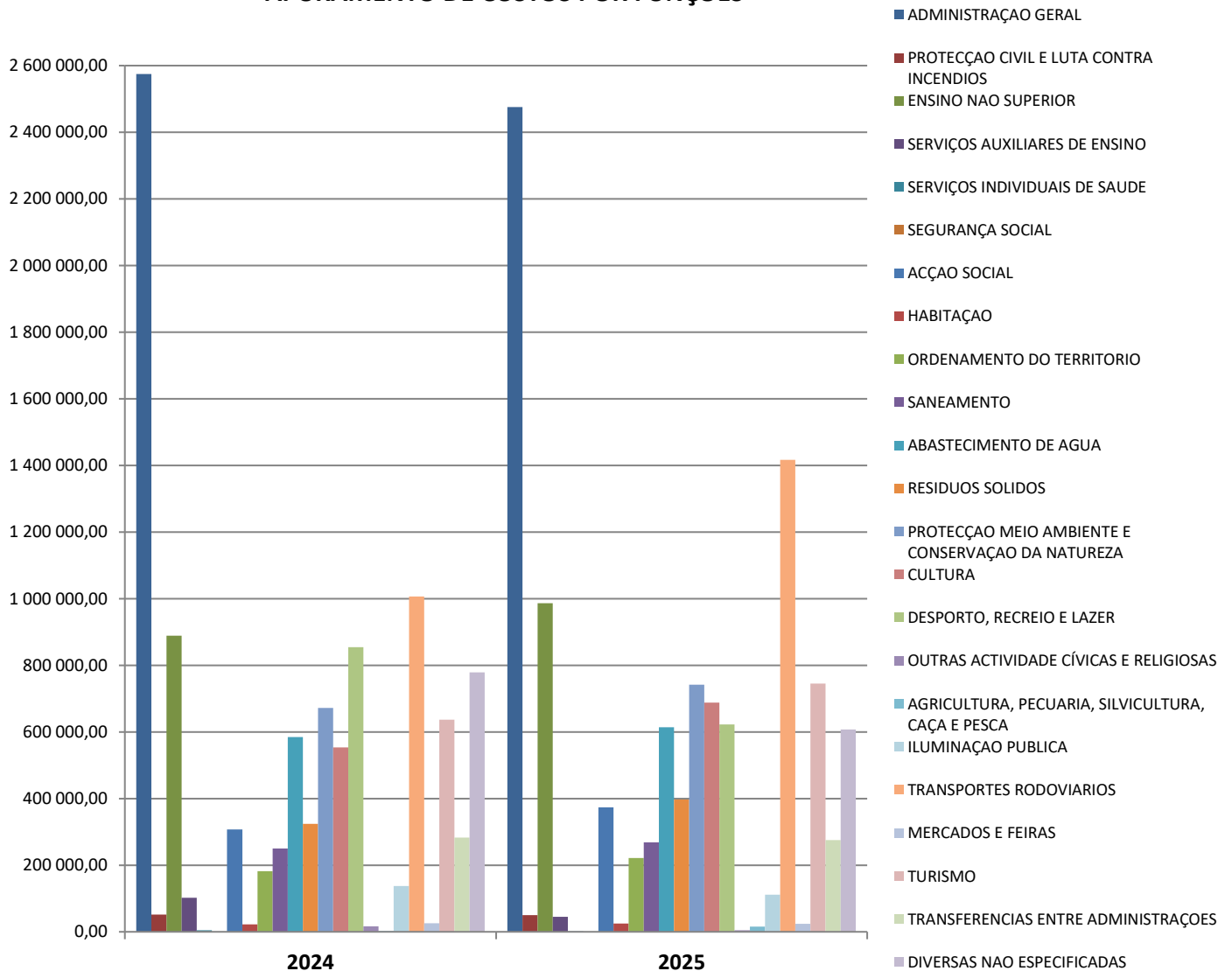
Contabilidade de Custos	2024	2025
Custos Diretos a Bens	209.732,35	125 565,60
Custos Diretos a Atividades	10.085.776,54	10 622 456,61
Custos Diretos a Funções	0,00	0,00
Custos por Funções	10.295.508,89	10 748 022,21

Grupos	Designação dos Grupos	2024	2025
91	Obras por Administração Direta	209.732,35	125 565,60
92	Atividades Municipais	1.291.053,31	1 330 574,50
93	Transferências para Entidades Terceiras	1.309.668,25	1 272 602,32
94	Gestão de Equip. e Infraestruturas Municipais (Não inclui Ed. Admin.)	2.534.986,01	2 982 185,02
95	Custos de Estrutura	4.715.924,27	4 917 871,23
98	Funções	0,00	0,00
99	Máquinas e Viaturas	119 223,54	119 223,54
	TOTAL	10.295.508,89	10 748 022,21

TOTAL DOS CUSTOS APURADOS



APURAMENTO DE CUSTOS POR FUNÇÕES



APURAMENTO DE CUSTOS POR FUNÇÕES

Função	Designação da Função	2024	2025
111	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2 574 905,21	2 475 950,88
121	PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCENDIOS	51 903,72	50 220,93
211	ENSINO NAO SUPERIOR	888 752,42	986 163,63
212	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO	102 473,71	44 957,25
213	ENSINO SUPERIOR	14 121,10	20 268,64
221	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAUDE	4 302,55	1 000,00
231	SEGURANÇA SOCIAL	0,00	0,00
232	ACÇÃO SOCIAL	307 237,39	373 949,18
241	HABITAÇÃO	22 450,93	24 570,12
242	ORDENAMENTO DO TERRITORIO	182 080,21	221 180,53
243	SANEAMENTO	249 798,29	268 672,19
244	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	584 684,79	613 967,84
245	RESIDUOS SOLIDOS	324 212,58	397 280,18
246	PROTECÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	671 618,47	741 618,01
247	ÁGUAS RESIDUAIS	0,00	0,00
248	SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE E ESPAÇOS VERDES	1 865,30	0,00
251	CULTURA	553 446,31	688 367,40
252	DESPORTO, RECREIO E LAZER	854 404,09	622 747,65
253	OUTRAS ACTIVIDADE CÍVICAS E RELIGIOSAS	16 180,05	4 386,63
310	AGRICULTURA, PECUARIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	2 500,00	15 310,00
321	ILUMINAÇÃO PUBLICA	137 350,38	111 099,89
331	TRANSPORTES RODOVIARIOS	1 006 280,68	1 416 440,12
341	MERCADOS E FEIRAS	26 041,19	23 765,49
342	TURISMO	636 629,67	745 278,81
343	COMERCIO	738,00	1 419,26
350	OUTRAS FUNÇÕES ECONOMICAS	20 617,50	17 052,27
420	TRANSFERENCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	282 516,13	275 196,94
430	DIVERSAS NAO ESPECIFICADAS	778 398,22	607 158,37
	TOTAL	10 295 508,89	10 748 022,21

7. EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Conforme se observa no quadro abaixo, o valor do Endividamento Líquido resultante da contratação de empréstimos não apresentou valor em 2025, à semelhança do ano anterior, resultante do facto de não ter sido utilizado qualquer montante do único empréstimo que o Município possui, contratualizado em 2023.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA	2024	2025
1. Capital em Dívida a 1 de janeiro	0,00	0,00
2. Receitas provenientes de Empréstimos	0,00	0,00
3. Amortização da Capital	0,00	0,00
4. Capital em Dívida a 31 dezembro (1+2-3)	0,00	0,00
5. Endividamento Líquido (4-1)	0,00	0,00

No ano de 2021 o Município de Vila Velha de Ródão recorreu a um contrato de locação financeira para financiamento da aquisição de duas viaturas elétricas, contribuindo assim para a dívida municipal nos termos descritos no quadro abaixo.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA	2024	2025
1. Capital em Dívida a 1 de janeiro	25.617,81	11.685,98
2. Receitas provenientes de Leasing	0,00	0,00
3. Amortização da Capital	13.931,83	11.685,98
4. Capital em Dívida a 31 dezembro (1+2-3)	11.685,98	0,00
5. Endividamento Líquido (4-1)	-13.931,83	-11.685,98

Com a publicação da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, foram definidas novas regras para o endividamento municipal. Nos termos da referida lei, o município estava sujeito, durante o ano de 2025, aos seguintes limites cumulativos:

- ✓ “Os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito. Os empréstimos a médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos, para substituição de dívida ou ainda para proceder

de acordo com os mecanismos de recuperação financeira municipal. Os empréstimos têm um prazo de vencimento adequado à natureza das operações a financiar, não podendo exceder a vida útil dos respetivos investimentos e um prazo de utilização de capital máximo de dois anos. As amortizações anuais previstas para cada empréstimo não podem ser inferiores a 80 % da amortização média de empréstimos”;

- ✓ Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, sendo que a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos;
- ✓ “A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Sempre que um município:
 - a) Não cumpra o limite previsto para a dívida total, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido;
 - b) Cumpra o limite previsto para a dívida total, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20%.

De acordo com os dados apurados, o município de Vila Velha de Ródão apresenta a seguinte situação face ao equilíbrio orçamental e ao endividamento:

O Município cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental:

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL (art.º 40.º Lei 73/2013, de 3/09)	2024	2025
1. Amortização Média Anual de Empréstimos ML P(AME)	0.00	0.00
2. Receita Corrente bruta	8.878.680,86	9.888.313,75
3. Despesa Corrente	7.513.683,97	7.890.065,23
4. Saldo Corrente (4=2-3)	1.364.996,89	1.998.248,52
5. Receitas Correntes-(Despesas Correntes +AME) (5=4-1)	1.364.996,89	1.998.248,52

O limite da **dívida total** para 2025 do Município de Vila Velha de Ródão foi de € 4.687.508,71.

Limite Dívida Total* (Art.º 52.º da Lei 73/2013)	Dívida do Município em 31/12/2025	Dívida das entidades relevantes para Dívida Total do Município**	Dívida Total do Município em 31/12/2025	Margem disponível	Limite da margem (40% /ano)
12 426 791,62	652 340,90	69 096,54	708 019,84	11 718 771,78	4 682 141,67

*Valor disponibilizado pela DGAL

**Valores disponibilizados pelas entidades à data de elaboração do presente relatório

De acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídos, para além da dívida total de operações orçamentais do município, a dívida total das seguintes entidades: os serviços municipalizados e intermunicipalizados; as entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento; as empresas locais e participadas, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas; as cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município e as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. O valor da dívida total do município apurado teve em consideração, relativamente às entidades que integram o conceito de Dívida Total do Município relevantes para a mesma, os dados disponibilizados pelas entidades, relativos ao período de prestação de contas, sendo que, a maioria dessas entidades ainda não fez o apuramento final das suas contas, pelo que o valor apurado ainda não reflete os dados definitivos de apuramento da Dívida Total do Município do final de exercício de 2025.

O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estipula na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º como limite de endividamento 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios. A lei do orçamento do estado para 2025, aprovada pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro estabelece no seu art.º 76.º, à semelhança de anos anteriores, que excecionalmente, a margem de endividamento prevista na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é aumentada para 40 %, permitindo assim ao Município duplicar a sua margem de endividamento.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido apurado em 2025 foi de **€ 310.408,11**. Propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, seja distribuído da seguinte forma:

- ✓ Resultados Transitados..... € 310.408,11;

9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após a data de relato de 31 de dezembro de 2025, verificaram-se desenvolvimentos no contexto geopolítico internacional, nomeadamente o agravamento da instabilidade nos mercados energéticos e nas cadeias de abastecimento, com impacto nos preços de bens e serviços essenciais.

Estes acontecimentos, em grande medida decorrentes de decisões e dinâmicas associadas à União Europeia e ao contexto económico global, originaram um aumento dos custos de energia, combustíveis e materiais de construção já no início de 2026.

Considerou-se que tais eventos configuram eventos não ajustáveis, nos termos da *IAS 10 – Events after the Reporting Period*, uma vez que não fornecem evidência de condições existentes à data de 31 de dezembro de 2025.

Não obstante, estima-se que estes desenvolvimentos possam ter impacto relevante:

- a) no aumento das despesas correntes, pela escassez de recursos e instabilidade de preços, nomeadamente com energia e iluminação pública, combustíveis, as matérias primas e mão-de-obra;
- b) evidente impacto ao nível da execução das Grandes Opções do Plano, nomeadamente na execução e custo de investimentos municipais em curso, podendo verificar-se atrasos que põem em causa os prazos de execução estipulados;
- c) no equilíbrio orçamental do exercício de 2026;
- d) eventual necessidade de apoio financeiro a instituições de solidariedade social, de apoio à saúde, educação e às famílias do concelho, essencialmente aos novos residentes, fruto dos ciclos migratórios atuais.

À data de aprovação das demonstrações financeiras, não é ainda possível quantificar com fiabilidade o impacto financeiro total destes eventos.

Assinaturas do Órgão Executivo:

Assinado por: **António Tavares Pinto Carmona Mendes**
Num. de Identificação:
Data: 2026.04.17 13:23:34+01'00'
Certificado por: **SCAP Autárquico – Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão**



Assinado por: **Ana Luísa Faria Pereira Correia Marques**
Num. de Identificação:
Data: 2026.04.17 15:24:10+01'00'
Certificado por: **SCAP Autárquico – Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Vereador da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão**



Assinado por: **Ana da Conceição Bento Carepo Mendes Morgado**
Num. de Identificação:
Data: 2026.04.17 15:32:33+01'00'
Certificado por: **SCAP Autárquico – Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Vereador da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão**



Assinado por: **Ricardo André Antunes da Costa Mendes Morgado**
Num. de Identificação:
Data: 2026.04.17 17:03:40+01'00'
Certificado por: **SCAP Autárquico – Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Vereador da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão**



Assinado por: **Victor Fernando Carmona Ramos**
Num. de Identificação:
Data: 2026.04.20 10:03:29+01'00'



Órgão Deliberativo:

Assinado por: **Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira**
Num. de Identificação:
Data: 2026.04.27 13:09:17+01'00'
Certificado por: **SCAP Autárquico Administração Eleitoral**
Atributos certificados: **Presidente da Assembleia Municipal de Vila Velha de Ródão**



Assinado por: **Luís Manuel Calheiros da Cunha Andrade**
Num. de Identificação:
Data: 2026.04.25 12:10:03+01'00'



Assinado por: **Paula Cristina Ribeiro Gonçalves**
Num. de Identificação:
Data: 2026.04.25 12:04:31+01'00'

